

Política Educativa no Brasil

(1985-2022)

Roberto Antonio Deitos



Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Roberto Antonio Deitos

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL (1985-2022)

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2022

Copyright © do Autor
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Imagem de capa: FOTO DE ROSA; Maria Lucia Deitos, 2022
Revisão: O Autor

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

D324

Deitos, Roberto Antonio.

Política Educacional no Brasil (1985-2022) / Roberto Antonio Deitos –
Curitiba : CRV, 2022.

188 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-251-4077-3

ISBN Físico 978-65-251-4076-6

DOI 10.24824/978652514076.6

1. Educação 2. Política educacional brasileira I. Título II. Série.

2022-28199

CDD 370.0981

CDU 37(81)

Índice para catálogo sistemático

1. Educação – Brasil – 370.0981

2022

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracriv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracriv.com.br

Conselho Editorial:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
 Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
 Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
 Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
 Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
 Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)
 Carmen Tereza Velanga (UNIR)
 Celso Conti (UFSCar)
 Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional
 Três de Febrero – Argentina)
 Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
 Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
 Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
 Êlsio José Corá (UFFS)
 Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
 Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
 Gloria Fariñas León (Universidade
 de La Havana – Cuba)
 Guillermo Arias Beatón (Universidade
 de La Havana – Cuba)
 Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
 João Adalberto Campato Junior (UNESP)
 Josania Portela (UFPI)
 Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
 Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
 Lourdes Helena da Silva (UFV)
 Luciano Rodrigues Costa (UFV)
 Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
 Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
 Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
 Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
 Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
 Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
 Rodrigo Pratte-Santos (UFES)
 Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
 Simone Rodrigues Pinto (UNB)
 Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
 Sydione Santos (UEPG)
 Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
 Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

Comitê Científico:

Altair Alberto Fávero (UPF)
 Ana Chrystina Venancio Mignot (UERJ)
 Andréia N. Militão (UEMS)
 Anna Augusta Sampaio de Oliveira (UNESP)
 Barbara Coelho Neves (UFBA)
 Cesar Gerónimo Tello (Universidad Nacional
 de Três de Febrero – Argentina)
 Diosnel Centurion (UNIDA – PY)
 Eliane Rose Maio (UEM)
 Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
 Fauston Negreiros (UFPI)
 Francisco Ari de Andrade (UFC)
 Gláucia Maria dos Santos Jorge (UFOP)
 Helder Buenos Aires de Carvalho (UFPI)
 Ilma Passos A. Veiga (UNICEUB)
 Inês Bragança (UERJ)
 José de Ribamar Sousa Pereira (UCB)
 Jussara Fraga Portugal (UNEB)
 Kilwany Kya Kapitango-a-Samba (Unemat)
 Lourdes Helena da Silva (UFV)
 Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira (UNIVASF)
 Marcos Vinicius Francisco (UNOESTE)
 Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
 Maria Eurácia Barreto de Andrade (UFRB)
 Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
 Míghian Danae Ferreira Nunes (UNILAB)
 Mohammed Elhajji (UFRJ)
 Mônica Pereira dos Santos (UFRJ)
 Najela Tavares Ujje (UNESPAR)
 Nilson José Machado (USP)
 Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
 Silvia Regina Canan (URI)
 Sonia Maria Ferreira Koehler (UNISAL)
 Suzana dos Santos Gomes (UFMG)
 Vânia Alves Martins Chaigar (FURG)
 Vera Lucia Gaspar (UDESC)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Para Maria Lucia e Ana Carolina

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1. TENDÊNCIAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: aspectos socioeconômicos, políticos e ideológicos (1985-2002).....	15
2. POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos.....	25
3. O LIBERALISMO SOCIAL-DEMOCRATA E A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO (1995-2002)	47
4. ESTADO, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.....	77
5. ASPECTOS FUNCIONAIS E IDEOLÓGICOS DAS ORIENTAÇÕES DO BANCO MUNDIAL PARA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL...	107
6. TENDÊNCIAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: aspectos socioeconômicos, políticos e ideológicos (2003-2022).....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS.....	161
ÍNDICE REMISSIVO	185

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

APRESENTAÇÃO

Neste livro reúno um texto oriundo de uma parte da minha tese de doutorado intitulada *O capital financeiro e a Educação no Brasil*, defendida em 2005, sob a orientação da professora Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, na Faculdade de Educação, na UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Há também outros textos que são oriundos de outras pesquisas realizadas posteriormente ao ano de 2005 junto ao GEPPES – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e dos intercâmbios acadêmicos com outros grupos de pesquisa de outras universidades.

Os textos aqui reunidos, portanto, foram reproduzidos, com algumas modificações, correções ou ajustes do que foi em parte (artigo) elaborado de uma parte da tese de doutorado ou outras pesquisas realizadas, e foram quase todos já publicados em coletâneas ou em revistas científicas, mas há também algumas partes inéditas que congregam os textos que foram os selecionados para constituírem o conjunto de artigos deste livro.

Os textos publicados nesta obra fazem um percurso analítico tratando de alguns aspectos socioeconômicos, políticos, ideológicos e educacionais da política educacional brasileira, em especial a empreendida desde de 1985 até o ano de 2022.

Os dias dos anos finais da década de 1980, particularmente depois do encerramento do *período ditatorial* vivido no país (1964-1985), foram dias efervescentes e de fortes tensões e contradições sociais e políticas que nesses 34 anos, desde o ano da promulgação da Constituição de 1988, vivemos a intensificação da revelação de mediações e contradições que colocam a sociedade brasileira no dilema civilizatório para conceber na luta diária a construção que deve ser permanente, vigilante e revolucionária daquilo que convenciamos chamar de humanidade que ainda não se efetivou, como expresso no poema *Manifesto Humanitário*:

No egoísmo da guerra
A morte é premeditada,
Não há vida!

Na destruição
Da vida,
Não há paz!

Quando o ser humano
É subjugado
Há totalitarismo,
Não há serenidade!

Quando a liberdade
É uma expressão
Apenas de poucos,
Não há felicidade!

Quando o autoritarismo
É a medida dominante,
Não há liberdade!

Quando a exploração
É regra contratual aceita,
Não há justiça!

Quando a comida
É o motivo da morte
Anunciada pela miséria,
Não há igualdade!

Quando a vida
É subtraída como se
Fosse conta perdida,
Não há dignidade!

Quando a vida
Perde a dignidade,
Não há humanidade!

Quando a vida
Estiver em perigo,
Quando a humanidade
Estiver em perigo,
Quando a dignidade
Estiver em perigo,
A existência humana
Sempre estará
Comprometida,
Diminuída;
Seremos sempre mais
A lembrança
Do que não somos;
E o nada poderá
Tomar conta
Do mundo;
Talvez, já tarde demais,
Sem nós, os humanos,
Não haverá o que dizer...
A humanidade será
Apenas o passado
De um calendário
Que deixará de existir?...
(DEITOS, 2020, p. 11-12).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

1. TENDÊNCIAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: aspectos socioeconômicos, políticos e ideológicos (1985-2002)

Introdução

[...] a educação formal não é a força ideologicamente *primária* que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, *por si só*, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Compreendemos, portanto, nos termos elencados por Mészáros (2008) que a educação, e, em particular, a política educacional, é parte constituinte do processo socioeconômico, político e ideológico revelado pela composição e pela forma de organização social em curso em determinado espaço e tempo que vão marcando suas mediações e características fundamentais nas relações sociais e de produção que são a expressão da formação de uma determinada sociedade.

Neste capítulo¹ examinamos algumas tendências predominantes da política educacional no Brasil, revelando alguns aspectos socioeconômicos, políticos e ideológicos que marcaram o empreendimento das ações e proposições para a educação brasileira, no período de 1985 a 2002. Trataremos de alguns aspectos socioeconômicos, políticos e ideológicos que revelaram as marcantes tendências do período estudado, tomando como foco

1 Este capítulo (*inédito*) é parte de relatórios de pesquisas desenvolvidas junto ao GEPPEP – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social, do Centro de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

central as implicações para a política educacional brasileira, dos quais alguns aspectos destacaremos em nossa análise.

Aspectos históricos, políticos e ideológicos

O período antecedente que corresponde de 1964 a 1985 foi marcado pela ditadura militar instaurada em 1964 e como revelava Florestan Fernandes (1980) e Francisco Oliveira (2003) a ditadura militar que marca seu fim em 1985 apenas vai sendo gradativamente destituída institucional e politicamente no decorrer de um longo período e, por isso, o considerava lento, gradual e consentido o processo que desembocou no fim da ditadura.

A transição institucional da ditadura militar foi burlando lutas sociais e políticas, incluindo a negação de emenda sobre as eleições para a presidência derrotada em 1984. Com a transição, sob a batuta dos meios institucionais em vigor ainda na ditadura, Tancredo Neves e José Sarney são alçados ao posto máximo da República por meio do voto de um colégio eleitoral marcado e selado pela ditadura militar. Tancredo adoece e morre, e Sarney assume a presidência conforme o protocolo gradual estabelecido pelos resquícios da ditadura e os interesses de classe que dominaram a conciliação durante e depois da ditadura militar.

Como afirma Fattorelli (2013), a ditadura militar no Brasil fortaleceu autoritariamente um processo econômico, financeiro de concentração de riqueza e forte endividamento interno e externo associado ao agravamento da miserabilidade social. Os dias vão sendo ainda um tanto turvos, o governo Sarney promete muito e realiza pouco, os índices de analfabetismo, miséria e concentração econômica e da riqueza são os grandes feitos do período (FERNANDES, 1980; FIORI, 1997; CUNHA, 1991; FRIGOTTO, 2011).

A entrada em cena do governo Collor/Itamar (1990-1992 e 1992-1994) marcou o arranjo da conciliação orquestrada para a gestão do primeiro presidente eleito pós-ditadura militar. As águas continuavam turvas principalmente para a grande massa da população, os trabalhadores. Com a queda de Collor, Itamar assume o comando da República e numa aliança de centro-direita acelera o

barco da conciliação pelo alto (FIORI, 2001a, 2001b) e os arranjos políticos e de classe vão definindo o percurso. O movimento arranjado da grande conciliação converge para o superministro Fernando Henrique Cardoso (FHC) se tornar uma espécie de primeiro-ministro e promover o projeto que foi gestado no contexto do *Consenso de Washington* (FIORI, 1994, 1997, 2001c) que pariu o chamado Plano Real (1994) (WILLIANSO, 1992; CARDOSO, 1994; BRESSER-PEREIRA, 2003; BRASIL, 1988). O sucesso do arranjo político e econômico ancorado no Plano Real permitiu uma coalizão de centro-direita que levou FHC a permanecer eleito por dois mandatos na presidência da República (1995-2002).

As marcas da organização social, política e econômica brasileira ancorada no processo de desenvolvimento econômico e social fruto do período da ditadura militar de 1964 atravessou a década de 1980 e permeou com toda a sutileza demagógica dos interesses de classe da classe hegemônica todo o caminho dos anos seguintes.

As reformas processadas pela ditadura militar de 1964, cravadas na legislação educacional para o ensino compreendido como de primeiro e segundo grau (Lei nº 5.692/1971) e a educação superior (Lei nº 5.540/1968) foram alimentadas pela ideologia do capital e avançaram como política educacional, entranhando seus resquícios na educação brasileira nas décadas de 1980/90 (SAVIANI, 1988; CUNHA, 1991). As mudanças em relação à estrutura da política educacional gestada durante o processo de transição da ditadura militar, como resultado das aspirações e das contradições sociais e econômicas que perpassaram o período da década de 1980 foram deixando as suas marcas na sociedade brasileira. O processo de transição da ditadura militar culminou com as eleições parlamentares constituintes de 1986 e a promulgação do pacto constitucional que verteu a Constituição democrática liberal de 1988 e as eleições presidenciais em 1989.

No campo da legislação da política educacional, a Constituição de 1988 aglutina aspirações e direitos sociais atrofiados e negados historicamente (BRASIL, 1988). Os movimentos sociais e políticos movem-se, no campo da luta social e político-institucional, para planificar o pacto conciliatório, ou seja,

romper no campo social e político com resquícios perversos promovidos pela ditadura militar e avançar no pacto democrático-liberal permitindo que a conciliação de classe pudesse liberar forças e aspirações de cunho social-democrata e não muito mais que isso.

O quadrante estava sendo jogado, a luta de classes ficava cravada pelos ditames centrais da luta política institucional sob a hegemonia das frações e forças hegemônicas. O jogo não desequilibrou a ordem vigente e foi lentamente sendo cumprido, no jogo de contradições e disputas, que nunca começa do zero, com algumas metas e demandas socialmente prementes (DEITOS, 2010a), mas é sempre a continuidade do jogo anterior, mesmo que os atores mudem as equipes ou alterem o local do jogo, atuarão sempre de acordo com os seus interesses.

A aliança que levou Collor para a vitória nas eleições de 1989 (governo Collor – 1990-1992), centrada num movimento demagógico contra os marajás e impregnado de um neoliberalismo fundamentalista de extrema direita conseguiu dançar o baile até 1992, quando sofreu processo de impedimento e renunciou por antecipação e Itamar Franco assume a presidência (governo Itamar 1992-1995) rearticulando a conciliação e dilatando para a centro-direita a coalização para governar, abrindo o leque para o então ministro Fernando Henrique Cardoso de superministro das relações exteriores para a de ministro da Economia com estofado de primeiro-ministro para articular o Plano Real, programa mais afinado de forma programática econômica e politicamente com o processo de rearticulação global e local, assentando nossa função na esfera da dinâmica da globalização do capital (MÉSZÁROS, 2003, 2008; HARVEY, 2016; FIORI, 1988, 1994, 1997, 2001b).

A grande conciliação promovida pela coalizão que levou a vitória Fernando Henrique Cardoso, eleito presidente por dois mandatos (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002), consagrou o projeto ancorado na plataforma programática econômica e ideológica com a implementação do Plano Real em 1994 e a inserção festejada do cosmopolitismo de cócoras de que falava Fiori (1994, 1997, 2001c; BRASIL, 1995).

Um quadro tendencial da política educacional no Brasil

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Normalmente o enlace e o desenlace das forças sociais e políticas em jogo é que dão a coloração para o embate e o debate educacional. Mas, a solenidade que consagra os enlaces vitoriosos se expressa nas políticas adotadas e empreendidas pelas forças políticas e ideológicas que conquistaram a hegemonia eleitoral e a gestão governamental que irá consagrar a conciliação e a coalização das forças e frações das classes sociais em disputa na sociedade brasileira. Uma sociedade que saiu da ditadura militar capengando como sempre e tratando questões sociais crônicas como pequenas feridas, ocultando as mazelas e a miserabilidade social só podia revelar, no campo que lidera o jogo hegemônico em determinado momento histórico, uma enraizada casca com aparência de atender ao clamor das inúmeras desigualdades estruturais que só podem se explicar pela própria estrutura que a determina. Ou seja, não há como expor as fissuras expostas sem expor a estrutura socioeconômica que a determina, e os interesses de classe que a sustentam. Desse modo, o discurso da inadequação da política educacional antecedente é coerente no que se refere à representação das circunstâncias estruturais crônicas que o próprio sistema de reprodução social capitalista alimenta e degenera constantemente. Mas, ao mesmo tempo, serve constantemente como repositório ideológico para manipular e controlar as contradições das classes sociais em disputa na sociedade brasileira ao tomar a reforma educacional almejada como o receituário recomendado para as feridas do passado. O presente proposto, no campo da reforma ou política educacional institucional, é o curativo da ferida não tratada no passado, crônica como sempre, não há outra saída, senão a discursiva alternativa ideológica correspondente à internalização da culpabilização dos indivíduos (MÉSZÁROS, 2003, 2008; HARVEY, 2016), suas capacidades, qualidades e competências que se diluem no tempo e no espaço, porque são exclusivamente seus os talentos e os defeitos que os qualificam ou desqualificam na vida. O receituário acaba sendo

demonstrado como coerente, se não houver resultado satisfatório, como nunca há de forma generalizada socialmente, o problema sempre recai sobre o indivíduo que não tomou o remédio adequadamente ou não teve sucesso durante o tratamento, assim a vida segue e os indivíduos são sempre tratados como produtos de si mesmos, ou de outra maneira, estarão sempre ajustados ou desajustados socialmente.

As tendências predominantes no campo da política educacional brasileira, no período de 1985 a 2002, apresentam um *quadro tendencial* da política educacional *predominante e institucionalmente hegemônica*, porque legal, normativa e administrada pela esfera federal e reproduzida nas esferas das unidades estaduais e municipais do país são processadas com as devidas contradições e mediações que se movimentaram historicamente, determinadas por circunstâncias e as forças socioeconômicas, políticas e ideológicas que as sustentam. Essas tendências estão representadas por forças sociais divergentes e opostas, algumas não tão opostas nem muito divergentes, mas que ao final foram as tendências que deram sustentação política e ideológica hegemônicas para as políticas educacionais empreendidas pelas esferas de poder jurídico-administrativas do Estado brasileiro no período de 1985 a 2002 (CUNHA, 1991; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007; XAVIER; DEITOS, 2006; XAVIER, 1990; ZANARDINI, J., 2008, 2011; ZANARDINI, I. M., 2006; FIGUEIREDO, 2005, 2006; REIS, 2015; LEHER, 1998; SHIROMA, 2011; DEITOS, 2012; DELORS, 1996; TAVARES, 1997; FALEIROS, 1980; BRASIL, 1996, 2001a, 2001b).

Uma *tendência* predominante que expressa a necessidade ou a justificativa para as reformas educacionais, está centrada na premissa de que a política educacional institucional antecedente (particularmente o período de 1964-1985) sempre apresenta alguma *inadequação educacional* em relação aos novos requisitos sociais, culturais, econômicos e educacionais que a ordem social vigente estaria requisitando para a educação de crianças, jovens e adultos em relação às novas exigências modernizantes e contemporâneas (MELLO, 1991; XAVIER; DEITOS, 2006;

CUNHA, 1991; LEHER, 1998; SAVIANI, 1998a, 1998b, 2007; DEITOS, 2000, 2007, 2005, 2010b, 2011, 2012).

O eixo teórico-ideológico que alimenta a tendência da *inadequação educacional* está centrado no pressuposto de que a política educacional antecedente está obsoleta em relação às novas exigências educacionais, intelectuais e culturais que a ordem econômica exigiria. Situações e mediações socioeconômicas como classes, capital, trabalho são tratadas como componentes inadequados para as novas exigências da sociedade do conhecimento que tanto referenciam e sustentam como base para demarcar quais são os novos requisitos educacionais que atenderiam à educação que consideravam adequada para o futuro (SILVA, 1993; DAVIES, 1999; MELLO, 1991; BRASIL, 1996, BRASIL, MEC, 2001, BANCO MUNDIAL, 1997, 1998; CUNHA, 1991; NAGEL, 2001; VIEIRA, 2001; WARDE, 1984).

Como processo alimentado e oriundo da tendência que sustenta o discurso ideológico da inadequação educacional, verte uma **outra tendência** que se expressa de forma muito significativa que é a *tendência* que afirma a ***inadequação funcional ou da qualificação profissional*** como eixo para explicar o conjunto de problemas e condições sociais e de renda da população trabalhadora (BRASIL, 2001b, 2004; BANCO MUNDIAL, 1998, 1997, 2000; LEHER, 1998; NOGUEIRA, 1999; FONSECA, 1995, 1996; SILVA, M. A., 2002; MELLO, 1991; XAVIER; DEITOS, 2006; DEITOS, 2000, 2005, 2010b, 2011; CUNHA, 1991).

Essa tendência acaba consagrando que a *inadequação funcional* ou da *qualificação profissional* é operado como mecanismo resultante da baixa qualificação profissional e funcional que ocorre em razão de um planejamento curricular e científico, ofertado em cursos de nível básico ou técnico e em nível superior que não atendem adequadamente às novas exigências da famigerada competitividade e desenvolvimento da economia nacional em relação aos novos requisitos impostos pela globalização do capital. Desta forma, a inadequação funcional ou da qualificação profissional estariam gerando desequilíbrios ao processo de modernização e inserção de nossa economia em um patamar mais elevado de competitividade e lucratividade na cadeia de produção, ou seja, o

processo de qualificação profissional e funcional são tomados como responsáveis pelo processo de divisão internacional do trabalho e da repartição da riqueza socialmente produzida, ocultando assim as reais mazelas geradoras da realidade socioeconômica, passando um bom creme modelador em sua perversidade crônica e incurável que é alimentada pelo capital. Aqui, a ideologia da inadequação funcional ganha sedimentação e planifica o caminho para escamotear a realidade e transgredir a favor dos interesses hegemônicos da classe dominante subserviente e articulada a um modelo de dependência econômica a serviço da globalização do capital que se reproduz interna e externamente (FIORI, 2001b; HARVEY, 2016; MÉSZÁROS, 2003, 2008; XAVIER, 1992).

Uma outra tendência é a que considera o *atraso econômico e tecnológico* uma barreira fundamental para o desenvolvimento e o crescimento econômico globalmente competitivo, alimentada ideológica e politicamente todos os dias pelas forças e frações hegemônicas como um mote de sustentação para seus desígnios de dependência subserviente aos ditames da acumulação de capital em âmbito interno e externo (MELLO, 1991; BRESSER-PEREIRA, 2003; CARDOSO, 1994; FIORI, 2001c; OLIVEIRA, 2003; CARNEIRO, 2002; FATTORELLI, 2013; FAGNANI, 1999; LEHER, 1998; BID, 1998, 2000; CARDOSO JR.; CASTRO, 2006; BRASIL, 2001b; GONÇALVES; POMAR, 2001; PINTO, 2000; DEITOS, M. L., 2006; CEPAL, 1995; LIMA FILHO, 2003; DEITOS; ZANARDINI, J.; ZANARDINI, I. M., 2016; ZANARDINI, I. M.; ZANARDINI, J.; DEITOS, 2020).

Esta tendência conjugada com a tendência base da *inadequação educacional* e a tendência da *inadequação funcional* ou da *qualificação profissional* forma o arcabouço teórico-ideológico de sustentação de todo o quadro estruturante que fornece o suporte político e ideológico para a sustentação do modelo estrutural socioeconômico capitalista vigente (BANCO MUNDIAL, 1992; CASTRO, 1997; TREIN; NUNES, 1991; NOSELLA, 1983; FRIGOTTO, 1991; FAGNANI, 1999; CUNHA, 1991; MÉSZÁROS, 2008; KUENZER, 1989, 1997; MELLO, 1991;

XAVIER, 1992). Esta tendência carrega o acervo ideológico que dá o plasma para sedimentar o postulado do *atraso econômico e tecnológico*, fazendo a comparação da realidade interna com a realidade externa, mas a realidade externa comparativa é sempre um conjunto de nações capitalistas centrais, centrais porque dominam na divisão internacional do trabalho, a produção e o desenvolvimento das forças produtivas, incluído nesse quesito o desenvolvimento tecnológico como um parâmetro de diferenciação entre as nações e seu desenvolvimento (MARX, 1980; HARVEY, 2018; MÉSZÁROS, 2008). Esse pressuposto do *atraso econômico e tecnológico* alimenta ideologicamente a conjectura política que dá sustentação ao econômico e ao mesmo tempo retira dessa base estrutural as causas geradoras do próprio desenvolvimento econômico e as determinações e mediações que ele mesmo gera como a questão das exigências educacionais e funcionais ou profissionais. Essas demandas acabam fornecendo a pavimentação necessária, ora para ocultar as determinações econômicas e suas contradições, ora para justificar essas mesmas determinações e contradições, tomando esses pressupostos como o da *inadequação educacional* e o da *inadequação funcional ou profissional* como os causadores do *atraso econômico e tecnológico*. Essas condições teóricas e ideológicas são os eixos estruturantes que assentaram e alimentaram as tendências predominantes de toda a política educacional institucional do período de 1985 a 2002 no Brasil.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos

Introdução

Neste capítulo² nos preocupamos em examinar alguns aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos das políticas públicas e educação no Brasil, particularmente no contexto da história recente. Esses aspectos envolvem diretamente as proposições estatais para as políticas sociais. A política educacional, portanto, é entendida aqui como constituinte da política social. As políticas públicas diretamente definidas e dirigidas pelo Estado são compreendidas como o resultado de mediações teórico-ideológicas e socioeconômicas e estão diretamente imbricadas no processo de produção social da riqueza e, consequentemente, de sua repartição e distribuição. A política educacional, particularmente a empreendida no Brasil a partir da década de 1990, é a articulação e a consumação de forças econômicas e políticas hegemônicas que sustentam proposições que revelam forte tendência predominante de cunho liberal ou social-liberal e definem significativamente os rumos das políticas públicas e da educação nacional.

2 Capítulo revisto e ampliado do originalmente publicado nos *Anais do IX Seminário Pedagogia em Debate e IV Colóquio de Formação de Professores* sob o título Estado e Políticas Educacionais: questões econômico-sociais e ideológicas. Curitiba, PR: setembro de 2009, publicado pelo PPGED/UTP, e parte da apresentação do dossiê temático intitulado Políticas Educacionais na América Latina, publicado pela *Revista Temas e Matizes*, n. 13, primeiro semestre de 2008, Cascavel, PR: EDUNIOESTE constituindo o artigo publicado na *Revista Acta Scientiarum. Education*, Maringá, PR: UEM, v. 32, n. 2, p.1-11, 2010 e também posteriormente publicado na coletânea intitulada: *Pesquisas em Educação: inquietações e desafios*. Organizadoras: Elsa Maria Mendes Pessoa Pullin, Neusi Aparecida Navas Berbel. Londrina, PR: EDUEL, 2012, p. 145-162.

O Estado e os ajustes setoriais e estruturais

O Estado aqui entendido não pode ser compreendido fora do contexto econômico-social e ideológico como processo de sua própria constituição contraditória e permanente. Sua grandiosidade institucional não significa uma absoluta autonomia. A medida de sua autonomia está diretamente ligada com o processo de produção e de organização social que lhe dá vida e estrutura legal, política e militar.

A formulação e a implementação de políticas sociais e educacionais advindas do Estado tomam a forma e a expressão das relações e das forças sociais em disputa. As políticas sociais e educacionais não são benevolência social, mas a articulação e o jogo contraditório que exprime a luta de classe e as mediações econômico-sociais existentes numa determinada sociedade e contexto social. A riqueza socialmente produzida é a questão determinante desse processo como condição social elementar e, portanto, a sua produção e repartição é que estão em questão numa sociedade de classes. Desse modo

O Estado organiza o poder e a economia num território determinado, pela mediação de instituições, aparatos ou aparelhos muito diversificados que compreendem a materialização do poder e da gestão econômica. O poder e a gestão do Estado, assim, representam ou aparecem como o interesse geral da nação ou da sociedade, mas se exercem pelo uso da lei (consenso e força) e de inúmeras mediações e organismos que constituem o governo. (FALEIROS, 1991, p. 60).

No contexto em que os ajustes estruturais e setoriais foram tomando forma e impondo relações econômico-sociais e político-ideológicas para o conjunto dos países e, particularmente, para os países latino-americanos, é que o Estado, portanto, deve ser examinado, considerando-se as condições e as particularidades periféricas que resultam em singularidades no processo de acumulação de capital, com origens históricas demarcadas quando eclode sistematicamente o processo de acumulação que

se recompôs depois de 1960/70. Esse processo se intensificou a partir da chamada crise da dívida da década de 1980, envolvendo países endividados e exportadores de capitais líquidos para os países centrais do capitalismo, especialmente os do Terceiro Mundo, entre os quais se encontram os países da América Latina.

Para as agências financeiras multilaterais, particularmente o Banco Mundial, o receituário para os problemas econômicos, políticos e sociais é sustentado num tripé articulado da seguinte maneira: crise do Estado, crise de competitividade econômica e crise social. O nome dado ao receituário desse tripé é **ajustamento estrutural e setorial**, aplicado especialmente a partir da década de 1980, conforme relata Roberto Leher:

O ano de 1982 é convencionalmente definido como o da ‘crise da dívida’ dos países latino-americanos, um marco cujas repercussões político-econômicas se propagaram por toda a década, ressoando ainda nos anos 1990. No entanto, se é verdade que 1982 é um marco, também é certo que os acontecimentos que transformaram a economia latino-americana naquele ano têm raízes muito profundas, dizendo respeito às condições estruturais do capitalismo [...] e, sobretudo, ao atual estágio de hipertrofia do capital financeiro (1998, p. 128).

Foi nesse contexto que os chamados empréstimos para ajustamento estrutural foram implementados pelo Banco Mundial e de forma convergente pelas outras agências financeiras multilaterais, desde o final da década de 1970, como mecanismos geradores de condicionalidades para cobrar dos países endividados maior rigor e sustentabilidade fiscal e financeira aos bilhões de dólares em empréstimos realizados pelo capital financeiro internacional. Assim, o receituário para o ajuste estrutural e setorial ganha maior expressão e operacionalidade política e financeira a partir da década de 1980, fazendo grandes e rápidos empréstimos aos países endividados na órbita da “crise da dívida”. Por isso, “Estes empréstimos foram chamados de *empréstimos para ajustamento estrutural* (*Structural adjustment loans – SAL*) e seriam liberados

apenas para aqueles países que concordassem em fazer **reformas** em suas economias, segundo a linha preconizada pelo Banco” (LEHER, Roberto, 1998, p. 135, grifo do autor).

Ancoradas no processo de ajustamento estrutural, as reformas implementadas deveriam abarcar o tripé da crise como diagnóstico e, conseqüentemente, como receituário. O receituário trata da crise do Estado de uma forma geral. Acerca dessa questão, o Banco Mundial (1997), em documento intitulado “O Estado num Mundo em Transformação”, apresenta a sua conceituação e o seu receituário sobre o Estado e a função que ele ocupa como componente da crise e solução para ela no atual estágio de desenvolvimento da sociedade mundial, que corresponde ao nome dado de globalização. Isso significa, como ensina um social-democrata, que

[...] a globalização corresponde a um avanço da coordenação da economia pelo mercado e a um novo impulso para as ideologias neoliberais. Ora, crise do Estado não é mais nada do que o outro lado da mesma moeda da globalização (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 169).

O relatório do Banco Mundial sobre a reforma do Estado propugna que, para um desenvolvimento sustentável, equitativo e capaz de reduzir a pobreza, existem cinco ingredientes cruciais:

- base jurídica;
- clima político propício, com estabilidade macroeconômica;
- investimentos em recursos humanos e infra-estrutura;
- proteção dos grupos vulneráveis;
- proteção do meio ambiente natural (1997, p. 43).

Desses ingredientes, o estabelecimento da base jurídica tem uma forte prioridade e está associado de forma crucial ao fortalecimento e ou à criação de instituições que possam contribuir para o funcionamento do mercado. Nesse sentido, a desregulamentação e a flexibilização das relações de trabalho são componentes estratégicos, defendendo, portanto, como um dos principais

postulados, os alicerces institucionais e as instituições decorrentes desse processo para favorecer o resguardo da propriedade e do mercado, reduzindo custos e ampliando a lucratividade das empresas. O relatório do Banco Mundial explicita que:

Os mercados sustentam-se em alicerces institucionais. [...]. Sem os rudimentos de uma ordem social sustentada pelas instituições, os mercados não podem funcionar. [...].

Os mercados não podem se desenvolver se não houver efetivos direitos de propriedade. E os direitos de propriedade só são efetivos quando são preenchidas três condições. A primeira é a proteção contra o roubo, a violência e outros atos predatórios. A segunda é a proteção contra atos arbitrários do governo, de regulamentos e impostos imprevisíveis à corrupção deslavada, que perturbam a atividade empresarial. [...]. A terceira condição é um judiciário justo e previsível. (1997, p. 43).

O Estado é apresentado pelo Banco Mundial não como uma entidade descartável ou inútil. Não há nenhum retorno linear e mecânico aos desdobramentos institucionais do Estado antes do processo de desenvolvimento do capital monopolista. A questão apresentada não é um dilema sobre se o Estado é ou não estratégico ao desenvolvimento, manutenção e reprodução do capital. Essa questão foi superada e está inteiramente resolvida pelos liberais que detêm a liderança política e econômica mundial, ao entenderem que o Estado é central para o processo do controle social, político e econômico. Não há dúvidas sobre isso. Estado capitalista e acumulação de capital estão sistematicamente entranhados e reciprocamente sustentados. Com esses elementos constituintes do diagnóstico e do receituário do Banco Mundial sobre a crise do Estado é que as reformas implementadas, em diversos países, são orientadas e condicionadas na direção hegemônica da concepção e da estrutura institucional e econômica que deve ocupar o Estado. É esse o receituário indicado para todos os Estados, principalmente para os Estados periféricos e endividados como os latino-americanos.

As políticas sociais

As políticas sociais compreendem um conjunto de necessidades sociais e políticas estabelecidas socialmente numa determinada sociedade, como resultado e expressão da forma social de reprodução das condições materiais da existência. Como produto e parte da repartição da riqueza socialmente produzida, a política social corresponde ao embate das forças sociais. O Estado como característico de uma instituição social e político-militar estratégica da sociedade de classes aparece como *mediador-chave* do processo de repartição social da riqueza na forma de políticas sociais implementadas.

Assim compreendido, a definição de políticas sociais abarca

[...] formas e mecanismos de relação e articulação de processos políticos e econômicos. Os processos políticos de obtenção do consentimento do povo, da aceitação de grupos e classes e de manutenção da ordem social estão vinculados aos processos econômicos de manutenção do trabalhador e das relações de produção das riquezas. (FALEIROS, 1991, p. 33).

As políticas sociais devem ser entendidas como o resultado de um processo social complexo e de intensa disputa na sociedade de classes e por isso,

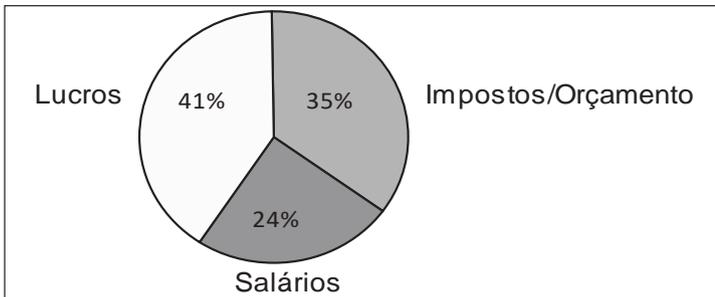
As políticas de saúde, educação, habitação, trabalho, assistência, previdência, recreação e nutrição são objeto de luta entre diferentes forças sociais, em cada conjuntura, não constituindo, pois, o resultado mecânico da acumulação nem a manifestação exclusiva do poder das classes dominantes ou do Estado. Essas políticas não caem do céu, nem são um presente ou uma outorga do bloco do poder. Elas são ganhos conquistados em duras lutas e resultados de processos complexos de relação de forças. (FALEIROS, 1991, p. 62).

Por isso, para Evaldo Vieira,

Examinando a política social, à primeira vista se pode deparar com o campo dos denominados serviços sociais, que significam em outro nível de apreciação o estudo de relações de produção. A política social consiste em estratégia governamental e normalmente se exhibe em forma de relações jurídicas e políticas, não podendo ser compreendida por si mesma. Não se definindo a si, nem resultando apenas do desabrochar do espírito humano, a política social é uma maneira de expressar as relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção. Portanto, os planos, os projetos, os programas, os documentos referentes, em certo momento, à Educação, à Habitação Popular, às Condições de Trabalho e de Lazer, à Saúde Pública, à Previdência Social e até à Assistência Social *não se colocam como totalidades absolutas*. E não se põem como totalidades absolutas enquanto esferas mais amplas, com a denominação de política social ou, em outro caso, de política econômica. Muito menos se põem como totalidades absolutas enquanto esferas específicas, que levam o nome de política educacional, habitacional, de saúde, previdenciária ou assistencial. (1992, p. 21-22).

Numa ilustração, grosso modo, desse processo, a riqueza socialmente produzida na sociedade capitalista acaba sendo dividida em três partes básicas: uma fica com o Estado, em forma de orçamento arrecadado, a outra em forma de salários e a última em forma de lucros.

Ao tomarmos como exemplo didático a riqueza socialmente produzida e relativamente apresentada como Produto Interno Bruto do Brasil (PIB) resultante de uma medida estatística da riqueza nacional produzida, a figura que teríamos dos dados recentes da repartição da riqueza nacional produzida pode ser sintetizado no quadro a seguir:

Figura 1 – Riqueza produzida (PIB)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor. Referências utilizadas como base para a elaboração dos dados do quadro:

- 1) RIBEIRO, Márcio Bruno. **Uma análise da carga tributária bruta e das transferências de assistência e previdência no Brasil, no período 1995-2009: evolução, composição e suas relações com a regressividade e a distribuição de renda.** Brasília, DF: IPEA, jan. 2010. (Texto para discussão);
- 2) IPEA. Documentos da Presidência (Marcio Pochmann). **Pobreza, desigualdade e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 12 jan. 2010. (Comunicados da Presidência, n. 38).
- 3) BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007. v. 67.

Os dados sintetizados no quadro acima demonstram a situação da distribuição da riqueza nacional. A participação dos salários na repartição da riqueza tem diminuído historicamente. O orçamento estatal tem aumentado e não necessariamente traduzido em significativa participação das políticas sociais na composição do mesmo. Boa parte do orçamento estatal volta aos setores econômicos hegemônicos na forma de políticas de apoio ao desenvolvimento e só uma parcela menor entra para as políticas sociais. Os lucros participam da parcela líquida mais significativa.

As políticas públicas e a educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos

O exame da política educacional nacional requer a consideração de questões econômico-sociais e ideológicas. O receituário liberal ou social-liberal tornou-se predominante na análise e na formulação da política educacional brasileira e implementada

pelo Estado brasileiro no período de 1985 a 2005, e pode ser resumido em seis medidas básicas:

1. “[...] parte do suposto de que o processo econômico mundial acelerado e a disponibilidade para a inserção na competitividade internacional (globalização) geram novas exigências econômicas, políticas e educacionais” (XAVIER; DEITOS, 2006, p. 75).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1998, na virada para o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em plena crise econômica interna, revelava como os interesses internos se moviam convergentes aos interesses externos hegemônicos, quando considerava que o

[...] impulso à abertura irreversível da economia à concorrência internacional surgiu como um objetivo da política nacional em 1990. Essa política tem sido mantida pelo novo governo, que também considera essencial a modernização dos setores produtivos do país: a) para que o Brasil participe com êxito na economia global cada vez mais competitiva; e b) porque uma maior dependência nas forças do mercado reduzirá a facilidade com que os produtores internos têm tradicionalmente aumentado os preços e perpetuado as expectativas inflacionárias. (BID, 1998, p. 173).

Não por acaso o discurso central do governo FHC pautava a integração ao processo mundial como a chave para o “novo desenvolvimentismo” ancorado no liberalismo social-democrata liderado pelos tucanos.

2. “[...] aponta como problema de ordem geral o fato de se estarem gerando distorções, considerando a primeira medida, já que o *esgotamento do modelo econômico nacional, sustentado em mão-de-obra pouco qualificada, somado à iniquidade educacional*, estaria levando o país ao atraso econômico e social. [...]” (XAVIER; DEITOS, 2006, p. 76).

A questão da iniquidade educacional como justificativa do atraso econômico é uma tendência cultural e ideológica de profundo alcance nas análises do liberalismo educacional brasileiro. De fato, a realidade educacional é profundamente perversa, considerando

[...] o número absoluto de sujeitos de 15 anos ou mais (que representam 119,5 milhões de pessoas do total da população) sem conclusão do ensino fundamental (oito anos de escolaridade), como etapa constituidora do direito constitucional de todos à educação, é ainda de 65,9 milhões de brasileiros. (BRASIL, MEC, PROEJA, 2006, p. 10).

Esses dados recentes e lamentáveis da situação educacional brasileira, inclusive utilizada como responsável pelas mazelas e pelo “atraso” econômico nacional, demonstram que a justificativa ancorada nas práticas das forças políticas e governamentais revela o tratamento real dado à situação educacional, mote da propaganda e causadora de tantos “danos econômicos”. Os propósitos do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001, que pretendiam alavancar 7% do PIB para a educação não passaram até o momento de discurso justificável. Dados do MEC (BRASIL, 2009), apresentados na tabela a seguir, revelam as prioridades econômico-sociais no tratamento do financiamento da política educacional nacional:

Ano	Percentual do Investimento Público Direto em Relação ao PIB						
	Total	Níveis de Ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Terciária
				De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais		
2000	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7
2001	4,0	3,3	0,3	1,3	1,1	0,6	0,7
2002	4,1	3,3	0,3	1,5	1,1	0,4	0,8
2003	3,9	3,2	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7
2004	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7
2005	3,9	3,2	0,3	1,4	1,1	0,4	0,7
2006	4,4	3,7	0,3	1,4	1,4	0,6	0,7
2007	4,6	3,9	0,4	1,5	1,4	0,6	0,7

Fonte: Inep/MEC. Tabela elaborada pela DTDIE/Inep, BRASIL, MEC, 2009.

O MEC noticia, com base nesses dados, que

O investimento público na educação brasileira em 2007 foi de 4,6% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Em números absolutos, isso representa um aporte de R\$ 117,4 bilhões. A pesquisa apurou dados de 2000 a 2007 e inclui investimentos dos governos federal, estaduais e municipais (BRASIL, MEC, 2009, p. 1).

Esses dados educacionais, considerando os otimistas 4,6% do PIB destinados à educação, não são suficientes para serem comparados com os recursos destinados ao pagamento de juros e encargos do endividamento interno e externo que consomem elevados recursos superando os gastos sociais em várias vezes considerando-se o percentual destinado em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Os gastos gerais do país com segurança, com as forças policiais e com as consequências do processo de agravamento da violência (atendimento médico e outros danos sociais e físicos) absorvem mais de 10% do PIB. Esse percentual corresponde à metade dos gastos totais com as políticas sociais no país.

A expansão e a universalização do processo educacional são constituintes como componente da política social que é resolvida no processo contraditório da repartição da riqueza socialmente produzida numa sociedade de classes e como resultado do embate pela disputa da riqueza nela produzida, a educação, e particularmente a implementação da política educacional, imbricada como parte desse processo, recebe o tratamento na dimensão das forças sociais em jogo.

3. “[...] aponta para a *centralidade da educação elementar (problemas intra-escolares)* como a condição indispensável para a promoção do desempenho econômico e social. [...]” (XAVIER; DEITOS, 2006, p. 76).

Nesse quesito, o Banco Mundial (1998) já reafirmava sua postura em relação ao tratamento prioritário e focalizada de suas orientações políticas. Os níveis de ensino são tratados como fragmentos de uma política, ou seja, níveis mais elevados não são prioridades. A prioridade é definida pela base do sistema e não pelo conjunto das necessidades educacionais e científicas

nacionais. Essa visão concebe a política como setorial e fragmentada na execução. Os problemas são descolados da totalidade das necessidades e problemas sociais e econômicos. O direito social não existe como direito coletivo e universal. Isso é balela para os liberais, o que existe são políticas prioritárias e sujeitos em situações sociais vulneráveis, e por isso as políticas sociais devem ser focalizadas. Assim, considerava o banco que,

A estratégia seleciona uma **prioridade setorial de longo prazo** – educação básica – na assistência do BIRD. De acordo com essa estratégia, o Banco e o governo formariam uma parceria para atingir o objetivo estipulado pelo governo de assegurar a conclusão universal da educação básica até 2007. Esta prioridade setorial proposta resulta da compreensão – amplamente partilhada pelas autoridades – de que o progresso na educação é um requisito central para sustentar o crescimento a longo prazo assim como para aliviar a pobreza e reduzir a desigualdade de renda. (BANCO MUNDIAL, 1998, p. 95, grifo do autor).

4. “[...] o combate à *instabilidade político-institucional*, que aponta a frágil consolidação do sistema democrático como causa da descontinuidade de políticas educacionais” (XAVIER; DEITOS, 2006, p. 77).

Os dois argumentos apresentados a seguir ilustram a dinâmica argumentativa das políticas nacionais e revelam o contexto social e político de estabilidade política desejada e virtuosa pós-eleições de 1989:

A eficácia das instituições públicas é importante para a redução da pobreza, para o crescimento e para o ajuste fiscal. O governo federal é liderado por uma equipe altamente comprometida, especialmente na área econômica e em várias áreas setoriais críticas, tais como a educação e a segurança social, como se depreende da gestão eficaz da crise econômica, das melhorias na educação e de outras realizações recentes. (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 265).

O Brasil iniciou, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um novo modelo de desenvolvimento

econômico e social. Projeto que combina crescimento econômico com distribuição de renda e proporciona a inclusão de milhões de brasileiros e brasileiras no mercado formal de trabalho e na sociedade de consumo de massa. (BRASIL, PAC, 2007a, p. 2, grifo do autor).

5. “[...] refere-se à suposta *ausência de mecanismo de avaliação e informação da sociedade civil*” (XAVIER; DEITOS, 2006, p. 79).

A reforma do funcionalismo público é essencial para o êxito dos planos de modernização do Estado e o Banco apóia os esforços propostos para criar linhas de carreira. O financiamento de programas de cooperação técnica poderia contribuir para a criação de novos modelos para processos de gestão, estabelecimentos de qualificações para admissão, incentivos para trabalho de qualidade, sistemas de avaliação e promoção com base no desempenho (BID, 1998, p. 178).

Particularmente no tocante à política educacional, Milton Friedman, defensor ardoroso do liberalismo radical, entende, quando trata da política de acesso à educação, que

Os pais que quiserem mandar os filhos para escolas privadas receberiam uma importância igual ao custo estimado de educar uma criança numa escola pública, desde que tal importância fosse utilizada em educação numa escola aprovada. Essa solução satisfaria as partes válidas do argumento do “monopólio técnico”. E também resolveria o problema das justas reclamações dos pais quando dizem que, se mandarem os filhos para escolas privadas, pagam duas vezes pela educação – uma vez sob a forma de impostos e outra diretamente. Tal solução também permitiria o surgimento de uma sadia competição entre as escolas. Assim, o desenvolvimento e o progresso de todas as escolas seriam garantidos. A injeção de competição faria muito para a preocupação de uma salutar variedade de escolas. E também contribuiria para introduzir flexibilidade nos sistemas escolares. E ainda ofereceria o benefício adicional de tornar os salários dos professores

sensíveis à demanda de mercado. Com isso, as autoridades públicas teriam um padrão independente pelo qual julgar escalas de salário e promover um ajustamento rápido à mudança de condições de oferta e da procura. (1984, p. 89).

Esses argumentos liberais estão gradativamente sendo assimilados e introduzidos na avaliação e implementação das políticas educacionais:

Para Friedman (1984), essas proposições produziriam um conjunto de situações resultantes de sua consumação em políticas que poderiam resultar em: a) aplicação do bônus (cartão magnético, cupom, vale, cédula, bolsa escola, etc.) financeiro (custo/aluno/anual) do governo para os pais individualmente escolher a escola para seus filhos; b) aplicação do bônus torna-se determinante para o processo de desnacionalização progressiva das escolas; c) a desnacionalização e a permanência das escolas aprovadas com padrão mínimo imposto para o seu funcionamento, e a competição entre as escolas existentes, permitiriam que as escolas desnacionalizadas ou “fechadas” fossem vendidas, principalmente material, equipamentos e instalações, às empresas privadas que desejassem trabalhar nessa área; d) a aplicação do bônus desobstruiria o excesso de conformidade gerado pela intervenção governamental ao subsidiar educação, onerando a liberdade individual e o livre mercado; e) a aplicação do bônus financeiro individual permite a livre escolha de escolas, que deveriam ser avaliadas por instituições independentes do Estado, inclusive para avaliação dos conteúdos das disciplinas e dos alunos, além do desempenho dos professores, a contratação direta de professores e diminuição da uniformidade salarial, tomando o mérito como a fixação de valores, favorecendo especialmente os considerados mais talentosos que são sempre poucos. (DEITOS, 2008, p. 31-32).

6. “[...] considera *saudável a influência dos organismos e agências financeiras multilaterais para o desenvolvimento da eficiência institucional*, operacional e da gestão política e financeira

do Estado, e das ações sociais e econômicas no Brasil” (XAVIER; DEITOS, 2006, p. 79).

A análise do receituário do ajuste estrutural proposto pelos Organismos Internacionais e pelo Estado brasileiro às políticas sociais, especialmente para o conjunto das reformas implantadas e implementadas no país no período de 1990 a 2009, foi ampla e vigorosamente aprofundado. E é nesse mesmo contexto das reformas estruturais que a política educacional é tratada como uma componente da política social. O ajustamento estrutural sustentou e sustenta, em todas as suas condicionalidades institucionais, financeiras, econômicas, políticas e ideológicas, um conjunto de medidas estruturais que abarca a crise e a reforma do Estado, a crise econômica e a competitividade internacional (globalização), a crise social (prioridades: educação básica e alívio da pobreza). Acerca da crise e da reforma do Estado, as reformas implementadas aprofundaram os mecanismos e os suportes estatais capazes de dinamizar uma estrutura política e econômico-financeira que favoreceu maior dinamismo ao processo de ajuste fiscal dos recursos estatais, maior dimensionamento dos gastos e do endividamento público e privado sob a tutela do Estado, favorecendo desde os mecanismos privados diretos aos mecanismos de ampliação da reprodução e da acumulação do capital. Os empréstimos para o ajustamento estrutural ganharam dimensão acentuada nos últimos 20 anos, como pode ser observado em dados de 2009, apresentados pelo Banco Mundial:

Figura 2A – América Latina e Caribe – Empréstimos do BIRD e da AID por tópico – I Exercício Financeiro de 2009 – Parcela do Empréstimo Total de US\$ 14,0 bilhões

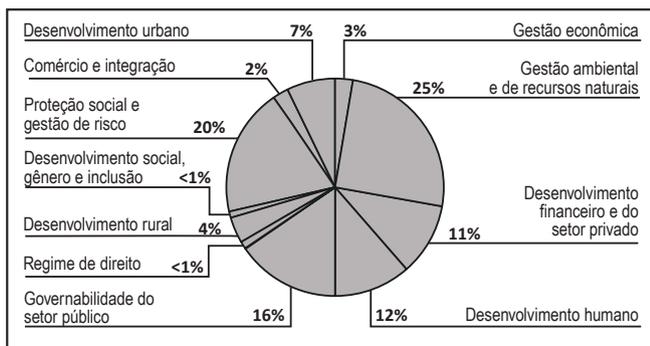
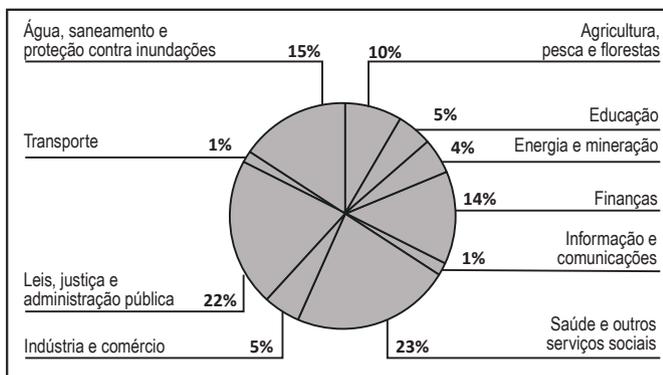


Figura 2B – América Latina e Caribe – Empréstimos do BIRD e da AID por Setor – I Exercício Financeiro de 2009 – Parcela do Empréstimo Total de US\$ 14,0 bilhões



Fonte: BANCO MUNDIAL. *Relatório Anual*. 2009a, p. 48.

Como vemos, portanto, temos o Estado ocupando a função central no processo de controle social e de reprodução do capital. No trato da crise econômica e da competitividade internacional, o ajustamento estrutural, ancorado pelo Estado, avançou significativamente, produzido pelo conjunto de privatizações de empresas estatais, abertura comercial, endividamento público e privado, desregulamentação e fortalecimento dos mecanismos

de regulação privados, desnacionalização avançada das reservas, tecnologias e riquezas naturais e tecnológicas nacionais. No campo da crise social (prioridades: educação básica e alívio da pobreza), as reformas implementadas aprofundaram mecanismos de focalização das políticas sociais aos grupos sociais (individualizados) considerados como vulneráveis. Esse processo de focalização de políticas sociais dirigidas pelo Estado brasileiro esteve e continua ancorado em programas e em ações nacionais e cada vez menos em políticas sociais mais amplas.

A focalização nas políticas de combate à pobreza e de prioridade com a educação básica, especialmente aos níveis elementares do ensino fundamental, continuam no receituário do Banco Mundial como prioritários. Vejamos:

A missão do Banco Mundial é trabalhar por um mundo livre de pobreza. Este ano, depois de examinar o progresso no sentido de alcançar sua visão de desenvolvimento, os líderes mundiais e seus parceiros no desenvolvimento perceberam que, sem ações arrojadas, as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs) por eles adotadas no início do século não serão alcançadas. Para focar a atenção global nos pobres do mundo, proclamaram 2005 o ano do desenvolvimento. Há uma crescente compreensão de que a falta de progresso suficiente rumo a essas metas tem conseqüências imediatas e trágicas. Toda semana 10.000 mulheres no mundo em desenvolvimento morrem de parto e 200.000 crianças menores de cinco anos morrem de doenças. Mais de 8.000 pessoas morrem diariamente de situações relacionadas com a AIDS e neste ano só na África dois milhões morrerão de AIDS. Nos países em desenvolvimento cerca de 115 milhões de crianças não freqüentam a escola. Para centenas de milhares de pessoas, um futuro sem pobreza, sem doença e sem analfabetismo depende do desenvolvimento. Para o mundo, dele dependem a segurança e a paz duradouras.
[...].

Conseguir educação básica universal.

Assegurar até 2015 que todas as crianças possam completar a educação fundamental. (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 12-13, grifos no original).

Considerações finais

É preciso considerar, ao estudar as políticas sociais e, conseqüentemente, as políticas educacionais, que a tendência de análise numa vertente liberal e hegemônica prevalece no exame e na liderança dos processos de implantação e de implementação das políticas educacionais. Essa tendência concebe que:

[...] a política social objetiva permitir aos indivíduos a satisfação de certas necessidades não levadas em conta pelo mercado capitalista. E esta noção de política social não é, e não pode ser, apartada de alguns conceitos, de modo especial dos conceitos de história, de política e de Estado, numa sociedade fundada no mercado e em sua lei. O pensamento liberal tem sustentado ideologicamente o método que se acomoda com ele, que o sanciona e lhe alarga a lógica: o funcionalismo e seus derivados. Sem se remeter ao método, o liberalismo mantém-se à superfície do sentido econômico e político.

O funcionalismo descobre na história o processo natural, linear, progressivo. Concebe-a evolutivamente e livre da vontade dos homens. Para o método funcionalista, a política resume-se à técnica social, resultante da ciência social aplicada. Conceituar política no funcionalismo é entendê-la por técnica destinada a adequar a realidade ao movimento natural da história, em proveito da normalidade social. E o exercício desta técnica, a política, somente se cumpre em relação com o conceito de Estado: este constitui o consenso, a própria representação da sociedade.

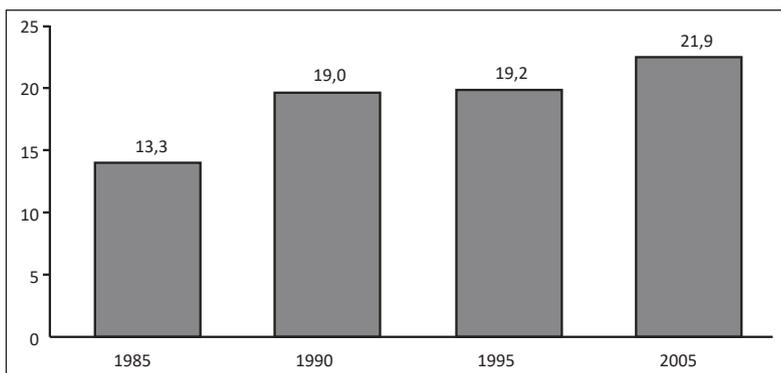
Localizada no âmbito de tal compreensão de história, de política e de Estado, a política social no método funcionalista converge para a acepção e para a atuação compensatórias, equilibrantes e normalizadoras. Um Estado, que se diz imagem do consenso, pretende facilitar a satisfação

de determinadas necessidades, restringindo a desigualdade produzida pelo mercado capitalista. (VIEIRA, 1992, p. 29).

Esse é o embate histórico central para o exame e o debate acerca da política educacional brasileira, considerando-se alguns aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos centrais que precisam ser enfrentados coletivamente.

No tocante às políticas públicas, é preciso reverter o quadro dos gastos sociais na direção da sua ampliação nominal e percentual do global orçamentário, pois o quadro atual é deficitário, ao considerarmos o aumento do PIB e da população brasileira nos últimos 20 anos, como podemos observar:

Brasil: evolução do gasto social nas três esferas da administração pública (em % do PIB)



Fonte: Extraído de IPEA. Documentos da Presidência (Marcio Pochmann). **Pobreza, desigualdade e políticas públicas.** Comunicados da Presidência. Brasília: IPEA, 12 jan. 2010. n. 38.

De modo genérico a questão apresentada no quadro acima acerca da evolução dos gastos sociais no Brasil exige que se leve em conta alguns avanços relativos e significativos ocorridos com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A outra questão refere-se ao aumento populacional brasileiro, abarcando no período em questão um aumento de quase 50 milhões de pessoas, interferindo diretamente no peso dessa evolução dos gastos.

Quanto às políticas públicas para a educação, é urgente e premente avançar em questões centrais que envolvem diretamente o financiamento e a expansão da política e que continuam perversamente imprimindo políticas educacionais tímidas e que se arrastam como problemas educacionais nacionais crônicos, tais como os elencados pela CONAE 2010, em Documento Final, sobre o financiamento e a expansão da política pública educacional e que deverão ser frontalmente encarados e destacados como centrais, caso não se queira protelar e deixar de resolver efetivamente, por mais duas ou três décadas, esses mesmos problemas:

- Ampliar o investimento em educação pública em relação ao PIB, na proporção de, no mínimo, 1% ao ano, de forma a atingir, no mínimo, 7% do PIB até 2011 e, no mínimo, 10% do PIB até 2014, respeitando a vinculação de receitas à educação definidas e incluindo, de forma adequada, todos os tributos (impostos, taxas e contribuições) (BRASIL, CONAE, 2010, p. 110).
- Deve-se destinar cinquenta por cento (50%) dos créditos advindos do pagamento de **royalties** decorrentes de atividades de produção energética (extração, tratamento, armazenagem e refinamento de hidrocarbonetos) à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) (BRASIL, CONAE, 2010, p. 118).
- Como outra nova e importante fonte de recursos para a área educacional, os valores financeiros que compõem o Fundo Social advindos da exploração da **camada pré-sal** devem ter uma destinação na ordem de 50% de suas receitas para a educação, tendo, desse modo, vinculação imediata ao orçamento do MEC, ou seja, não devem passar por deliberação do Comitê Gestor do Fundo Social. [...] (BRASIL, CONAE, 2010, p. 118-119, grifos no original).
- [...] um país com frágeis **políticas sociais**, o que lhe imprimiu dois traços marcantes: uma das maiores desigualdades sociais em convívio com uma das mais altas concentrações de renda do mundo. Com 50% de uma população de 192.847 milhões de pessoas em situação de pobreza, é fácil constatar sua condição de país injusto por excelência. Além disso, relatório

do IBGE (PNAD, 2003) indica que, dos/das trabalhadores/as brasileiros/as com mais de 10 anos, 68% recebem até dois salários mínimos. [...] (BRASIL, CONAE, 2010, p. 119, grifos no original).

- [...] Basta identificar que, da população com mais de sete anos 11,2% é analfabeto/a, dos/das quais aproximadamente 2,5 milhões estão na faixa de escolaridade obrigatória (7 a 14 anos). Dentre os/as maiores de dez anos, 11,2% não têm escolaridade ou estiveram na escola pelo período de até um ano; 27,5% têm até três anos de escolaridade; e mais de 2/3 da população (60, 4%) não possuem o ensino fundamental completo, tendo, no máximo, sete anos de escolaridade (IBGE, 2003). [...] (BRASIL, CONAE, 2010, p. 19).
- Os dados da educação brasileira evidenciam que ainda há cerca de 14 milhões de pessoas analfabetas; as taxas de analfabetismo da área rural são, em média, quase três vezes maiores que as da área urbana; em 2005, a taxa de escolarização líquida de crianças de seis anos era de 62,9%; a taxa de frequência à escola da população de quatro a seis anos era de 77,6%; em 2008 (PNAD), a taxa de escolarização das crianças de sete a 14 anos atingiu a quase universalização, com atendimento de 97%; quanto maior o nível de rendimento familiar *per capita*, maior a taxa de escolarização de crianças de quatro a seis anos de idade; cerca de 80% das pessoas de 15 a 17 anos estudam e apenas pouco mais de 30% dos 18 a 24 anos, sendo que, destes, 71% ainda estavam no ensino fundamental ou médio; defasagem idade-série continua sendo um dos grandes problemas da educação básica; é baixa a média de anos de estudo da população brasileira, que gira em torno de seis anos de escolarização; em 2005, a taxa de *escolarização líquida* no ensino médio era de 45,3%. (BRASIL, CONAE, 2010, p. 64-65).

Desde a Constituição de 1988 que a sociedade civil e, principalmente, as organizações sociais e os movimentos e organizações dos educadores vêm pautando a grave situação social e, particularmente, a situação educacional. Pós-Constituição de 1988 tivemos as primeiras metas para a primeira década. Depois veio a LDB (Lei Federal nº 9.394/1996) e novamente tivemos as metas para

mais uma década. Em seguida vem o Plano Nacional de Educação, de 2001, com metas rasgadas pela metade, para 2011, mais uma década prometida. Agora a CONAE, com proposições para 2011 e 2014. Quais dessas metas serão efetivamente implementadas pelo Estado brasileiro nos próximos anos e em que medida?

O contexto, portanto, em que se insere a problemática que envolve o exame da política educacional brasileira não pode ser desvinculado da dinâmica econômico-social e político-educacional que consubstancia o processo em âmbito nacional e internacional. É nesse universo que são gestadas e implementadas as políticas educacionais que avançam a partir dos anos de 1990, representadas pelos debates/orientações, no rastro das condicionalidades definidas para os países periféricos pelas agências multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BI), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), e, também, nos embates e enfrentamentos sociais, estatais, educacionais ou ideológicos dessas proposições.

3. O LIBERALISMO SOCIAL-DEMOCRATA E A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO (1995-2002)

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

O capítulo³ consiste numa análise sobre o liberalismo social-democrata e a reforma do Estado brasileiro (1995-2002) como proposições apresentadas nos argumentos de uma facção que liderou o processo político e o aparelho de Estado brasileiro a partir de uma coalizão vitoriosa em 1994 que se compusera a partir das ações conduzidas pelo PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, facção que aglutinou o pacto burguês nacional, expresso na representação da liderança política do intelectual Fernando Henrique Cardoso, eleito presidente da República em 1994. Para tratar dessas questões, o artigo analisa os aspectos mais gerais da reforma do Estado brasileiro, para compreender como emergiu uma determinada versão liberal e como seus argumentos políticos e ideológicos consumaram e aglutinaram, a partir de uma determinada facção das classes dominantes, a liderança política e econômica do pacto burguês nacional, fortalecido a partir de 1995, com o início dos governos FHC e, conseqüentemente, com o início de mais uma reforma do Estado brasileiro, culminando com a aprovação, ainda em 1995, do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

Neste artigo, analisam-se o liberalismo social-democrata e a reforma do Estado brasileiro, particularmente quanto à atuação de uma fração que liderou o processo político e o aparelho de Estado brasileiro a partir de uma coalizão vitoriosa em 1994 e composta a partir das ações conduzidas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Tal facção aglutinou a representação do pacto burguês nacional, expresso na representação da

3 O capítulo resulta de temática analisada em parte da Tese de Doutorado intitulada O Capital Financeiro e a Educação no Brasil, defendido em 2005, na FE/UNICAMP (DEITOS, 2005), e originalmente publicado na *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 30, n. 1, p. 199-229, jan./abr. 2012.

liderança do intelectual Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito presidente da República em 1994 (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Essa facção consolidou uma posição política que aglutinou quase a totalidade das classes dominantes ou da maioria de suas frações em um pacto burguês nacional, possibilitando a reforma do Estado como a dinamizadora das ações políticas, econômicas e financeiras, especialmente no período de 1995 a 2002.

A facção política que liderava os dois governos FHC tinha como pressuposto gerador da crise: a crise do Estado. Crise esta entendida como a ineficiência da gestão estatal, bem como das ações econômicas que o Estado brasileiro poderia modificar na direção da implementação de políticas econômicas, tais como a privatização e gestão de empresas ou setores econômicos, tais como energia, telecomunicações, transportes etc., para na visão liberal, tornar-se então mais eficiente e dinâmico em direção às necessidades do mercado. Comportadas nessa crise estavam as derivações econômicas, financeiras, políticas e sociais que o país enfrentava para a chamada abertura ao mercado internacional – exigência entendida como derivada da globalização e da competitividade necessárias para a integração ao mercado mundial –, abarcando a justificativa e os pilares que sustentam material e politicamente o pacto e as reformas implementadas pelo liberalismo social-democrata brasileiro.

Para tratar dessas questões, este artigo analisa os aspectos mais gerais da reforma do Estado brasileiro, a fim de compreender como emergiu uma determinada versão liberal e como os seus argumentos políticos e ideológicos consumaram e aglutinaram, a partir de uma determinada facção das classes dominantes, a liderança política e econômica do pacto burguês nacional, fortalecido a partir de 1995 com o início dos governos FHC e consequentemente com o início de mais uma reforma do Estado brasileiro, e que culminou com a aprovação, ainda em 1995, do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. (CARDOSO, 1995).

No referido plano foram delineadas as dimensões institucionais e estruturais para o conjunto das reformas que se pretendiam e se empreenderam a partir da reforma do Estado brasileiro na

sociedade brasileira ao explicitar os propósitos e as ações programáticas para as funções e ações estatais. Os pressupostos e os argumentos para tal reforma foram assumidos com a versão liberal, hegemônica no país, na liderança do pacto burguês nacional, articulado desde a implantação do Plano Real, em 1994, para propor uma *nova noção de soberania*⁴ para a integração eficiente do país no cenário global e *modernizante*.

É emblemática a ascensão do grupo intelectual e político dirigido pelo presidente da República e sociólogo renomado Fernando Henrique Cardoso, particularmente depois do trabalho em que trata de uma determinada visão do conceito de dependência (CARDOSO; FALETTTO, 1973), abarcando um enfoque sociológico em que muitas das afirmações sobre uma economia periférica e sua relação com as economias centrais, e especialmente com a economia mundial, não são contraditórias com as posições políticas adotadas pelo presidente, a ponto de dizer, equivocadamente, que houve uma negação do trabalho do sociólogo na perspectiva intelectual e política do presidente. (FIORI, 1995, 1988, 2001a, 2001b).

As proposições do liberalismo social-democrata vertem os pilares da afirmação de uma postura política renovada e imbricada nas relações e disputas políticas e econômicas que consolidaram as posições e os consensos em que se consumaram os pactos e as disputas que aconteceram, especialmente no Brasil, a partir da implantação do Plano Real, liderado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, ainda em 1993.

Desse modo, portanto, não se pode dar as costas à capacidade política e intelectual e, conseqüentemente, econômica que se condensou com as proposições aglutinadas por essa facção política brasileira para uma versão liberal refinada (FIORI, 2001a, 2001b) das conveniências nacionais, confluindo para a composição das facções das classes dominantes para os pactos burgueses firmados, em que as subordinadas foram as classes dominadas.

4 Termo usado por Fernando Henrique Cardoso na *Exposição de Motivos do Plano Real* em dezembro 1993. (CARDOSO, 1994).

Essa facção liberal está articulada e racionalmente sustentada nas características e nas particularidades engendradas pela composição social brasileira, bem como é convergente com os interesses gerais do capitalismo renovado em seu processo de acumulação em escala mundial, composto, de forma expressiva a partir da década de 1990, por uma mundialização financeira ancorada em um processo de acumulação, especulação e parasitismo sem precedentes na história mundial.

Como já revelou Fiori (2001a), é possível compreendermos que, no âmbito nacional, esse processo ganhou uma versão renovada de um liberalismo que emergiu como fruto da articulação de um grupo de intelectuais brasileiros eruditos e versados – especialmente em um tipo de “marxismo” dogmático e escolástico ou de matrizes weberianas, funcionalistas e positivistas –, os quais ganharam e formularam o brilho e os argumentos político-ideológicos necessários às composições e aos pactos burgueses firmados. Fiori (2001b, p. 285) revela, portanto, que:

Os novos liberais anunciaram o fim das fronteiras e a chegada de um novo renascimento global, e prometeram destruir o nacionalismo anacrônico em nome de um novo conceito de soberania e interesse nacional. Seu diagnóstico era simples: a globalização era um fato novo, promissor e irrecusável, que impunha uma política de abertura e interdependência irrestrita, como único caminho de defesa dos interesses nacionais, num mundo onde já não existiriam mais fronteiras nem ideologias. A grande novidade da história recente foi a convergência entre ampla vertente marxista da intelectualidade e os velhos defensores do liberalismo econômico, que sempre estiveram presentes na política como na academia, mesmo durante o auge da hegemonia desenvolvimentista. No caso brasileiro, essa convergência permitiu que se formasse um novo e poderoso bloco político-ideológico, capaz de articular, intelectualmente, uma aliança bem-sucedida entre o que se poderia chamar de “cosmopolitismo de cócoras” de uma parte da intelectualidade paulista e carioca atrelada às altas finanças internacionais, e o localismo dos donos do sertão e da Malandragem urbana brasileira. Essa aliança de

poder está levando até as últimas conseqüências um projeto de transnacionalização radical de nossos centros de decisão e das estruturas econômicas brasileiras [...].

Esse liberalismo é mais apropriado e racionalmente renovado, contendo nuances e capacidades que fortalecem e oxigenam as alianças políticas e programáticas, salvo alguns conflitos comuns das frações de classe, da velha oligarquia, da velha guarda liberal e, mais significativamente, parte do empresariado industrial e comercial e especialmente dos grupos empresariais, bancários e financeiros nacionais e transnacionais.

Nesse contexto, firmam e dirigem um pacto intelectual, político e econômico capaz de dar roupagem nova e também mediações e condições reais para manter alianças políticas e econômicas programáticas. Esse pacto, dirigido pelos interesses das classes dominantes em âmbito nacional, é sustentado pelo aparelho de Estado como expressão das relações e das contradições sociais que se expressavam naquele momento. Desse modo, canalizam a consumação eleitoral vitoriosa do pacto burguês nacional e a proclamam como sendo modernizadora ao propor o rompimento com os vícios e as práticas desenvolvimentistas, nacionalistas, burocráticas e populistas que marcaram a história brasileira, particularmente durante os governos de Getúlio Vargas.

A distinção professada expressa uma diferença sobre a função que o Estado ocupa e engendra para os que se autoproclamam sociais-liberais ou sociais-democratas, como o presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que assumiu como um predicado de seu grupo intelectual e político-partidário esse pressuposto teórico e político. Essa postura revela que mesmo muito antes da realização de “obras social-democratas e modernizadas” para o Brasil, em sua marcante passagem pelo mais elevado cargo no aparelho de Estado brasileiro, as marcas genuínas dessa versão do liberalismo já estavam postas na disputa intelectual, eleitoral, econômica e política brasileira (BRESSER-PEREIRA, 1996, 1999a, 1999b, 1999c, 2003) e se convertiam e convergiam para uma aglutinação das facções das classes dominantes de modo que acabaram possibilitando uma disputa e a condensação de um

pacto político e econômico que acabara sustentando a manutenção de um pacto burguês sob a égide da mudança encampada pela mundialização financeira, que se aprofundou depois de 1990, especialmente a partir do anunciado Plano Real⁵, dirigido econômica e politicamente por FHC, como ministro da Fazenda no governo Itamar Franco, e consumado a partir de 1995, no início do seu primeiro governo. Assim, a era FHC consoma o principal da desregulamentação e da flexibilização dos condutores regulatórios e desregulatórios das proposições da mundialização financeira. (FIORI, 2001b, p. 285-286).

Esses intelectuais, políticos e empresários brasileiros ligados ao social-liberalismo, ao ascenderem na direção do aparelho de Estado brasileiro – depois de plantadas as condições e as mediações políticas e econômicas favoráveis com a consumação do Plano Real, em 1993 – desencadeiam a partir de 1995 um conjunto de medidas governamentais, legais, político-ideológicas e econômico-sociais capazes de engendrar todo um processo de aprofundamento que tem como uma das suas bases e de seus pilares fundamentais a reforma do Estado brasileiro. Consequentemente, mas imbricadas e congruentes a essa reforma, modificações desaguaram nos campos político, financeiro e econômico com profundas e marcantes alterações, que se processam nas condições e particularidades da formação social brasileira, a partir de um conjunto de reformas, preconizadas pelo *receituário* (neo) liberal, modificado pelas conveniências nacionais, congruentes com as disputas, composições e contradições enfrentadas pela classe dominante.

Desse modo, os liberais compreendem como fundamental a função do Estado como mediador de ações consideradas essenciais para a existência da liberdade de mercado. O Estado que defendem e cuja reformulação iniciam, consubstancia-se em uma regulamentação que desregulamenta e regulamenta o necessário para as mediações exigidas para o *ótimo* funcionamento da

5 O *Plano Real* foi anunciado oficialmente em 7 de dezembro de 1993, cf. Exposição de motivos, n. 395, encaminhada ao presidente da República Itamar Franco pelo ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. (CARDOSO, 1994).

economia do livre mercado por meio de novas instituições, formadas pelas agências reguladoras em congruência com as ações tomadas no aparelho de Estado e sob a égide do capital financeiro internacional. Trata-se de um Estado forte que seja capaz de exprimir e gerar as condições da reprodução e mediação necessárias ao próprio funcionamento do capitalismo. (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 40-41).

As análises do Banco Mundial (BM) e da Corporação Financeira Internacional (CF) estão convergentes com a necessidade dessas ações regulatórias, como podemos observar em suas recomendações:

Assim como muitos países em todo o mundo, o governo brasileiro passou por uma grande transição, de ator dominante na economia para se tornar um regulamentador e controlador das funções que atualmente são privadas [...]. (BANCO MUNDIAL; CORPORACÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL, 2001, p. 33).

Convergindo a essa direção, o presidente FHC, quando avaliava as metas de seu governo, considerava que:

O crescimento econômico resulta da conjugação de quatro ordens de fatores: 1) elevada taxa de poupança e investimento; 2) apropriada qualificação da mão de obra; 3) desenho institucional que favoreça a eficiente aplicação de recursos produtivos; 4) ambiente macroeconômico estável. (BRASIL, 1998, p. 5).

O Estado assume função primordial e, contrariando os prognósticos apressados, os seus promotores, os liberais, valendo-se da retórica do estatismo intervencionista ou do burocratismo ineficiente, reafirmam o Estado brasileiro como central no processo de acumulação e reorganização das relações produtivas e financeiras, selando mais um período de *estabilidade e governança* a partir do pacto burguês sob o controle das classes dominantes, em detrimento, conseqüentemente, dos interesses das classes dominadas.

Para os liberais, especialmente para os que irão dirigir o processo da necessidade de *governança*, incluindo o domínio político do aparelho estatal, o Estado brasileiro assume uma dimensão singular no processo de coordenação política e econômica. Considerando o Estado como fundamental para o processo de “modernização” brasileira, em 1995 o governo FHC inicia uma profunda reforma do Estado brasileiro.

Essa reforma esteve sob uma ótica e versão liberal que historicamente acabou predominando desde a sua constituição, tendo o Estado e o mercado como componentes de um mesmo corpo constituinte do capital e da sociedade dividida em classes sociais, servindo e compondo as mediações com as classes dominadas, para a viabilidade e a estabilidade de ganhos financeiros e políticos dentro da ordem social estabelecida. Assim, o Estado é a expressão de relações de poder e de classe, produzindo mediações que culminam com a solidificação dos interesses das classes dominantes. Para os liberais, na expressão de um dos seus maiores representantes:

Reformar o Estado não significa desmantelá-lo. Pelo contrário, a reforma jamais poderia significar uma desorganização do sistema administrativo e do sistema político de decisões e, muito menos, é claro, levar à diminuição da capacidade regulatória do Estado [...]. (CARDOSO, 1999, p. 15).

Essa mesma perspectiva é também adotada para o programa de reformas educacionais proposto no governo FHC. Ao se referir à necessidade do aumento da porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) destinado à educação, Mello (1990, p. 58), com a mesma clareza teórica e perspectiva política, afirmava:

[...] é preciso considerar, em primeiro lugar, que esse aumento da porcentagem do PIB destinado à educação está condicionado à recuperação da capacidade de investimento do setor público e, portanto, estreitamente dependente da superação da crise econômica e de uma profunda e eficaz reorientação do papel do Estado na economia.

Foi sempre nessa direção que as reformas que emergiram durante os governos FHC foram regradadas, isto é, pautavam-se em uma clareza da necessidade e da função do Estado brasileiro na atuação dos mecanismos de mercado, privatizando empresas estatais, alterando regimes de trabalho dos servidores e dos trabalhadores em geral, interferindo econômica e financeiramente e flexibilizando e instituindo agências reguladoras nacionais, as quais tratariam dos serviços considerados exclusivos e não exclusivos do Estado. Considera-se que:

Os Estados modernos contam com três setores: o setor das atividades exclusivas de Estado, dentro do qual estão o núcleo estratégico⁶ e das agências executivas ou reguladoras; os serviços sociais e científicos, que não são exclusivos, mas que, dadas as externalidades e os direitos humanos envolvidos, demandam, do ponto de vista técnico e ético, forte financiamento do Estado; e, finalmente, o setor de produção de bens e serviços para o mercado. (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 36).

Para Bresser-Pereira (2001), a reforma do Estado brasileiro iniciada em 1995 pode ser considerada um projeto bem-sucedido, principalmente pelas mudanças constitucionais e culturais que empreendeu, especialmente ao flexibilizar a contratação de pessoal para os serviços públicos, criando o regime de emprego público em oposição ao cargo público.

Assim, foram instituídas mudanças trabalhistas e criaram-se as agências reguladoras, dotadas de autonomia, como agências executivas, além das organizações sociais para prover serviços que o Estado não necessariamente teria a obrigação de oferecer assegurados através de contratos de gestão que se firmariam com o núcleo estratégico do Estado (BRESSER-PEREIRA, 2001).

6 O núcleo estratégico é o centro no qual se definem a lei e as políticas públicas e se garante, em nível alto, seu cumprimento. É formado pelo presidente ou primeiro-ministro e seus ministros, pelo Parlamento, pelos Tribunais Superiores e pela cúpula dos servidores civis. Autoridades estaduais e das grandes cidades também podem ser consideradas parte do núcleo estratégico. (Nota do autor no original) (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 36).

Para diferenciarem-se e mostrarem a renovação a que estão dispostos, os nossos liberais estabelecem algumas diferenças com outras facções liberais, por entenderem que:

[...] a transição do ‘Estado produtor’ para o ‘Estado gerencial’ vai além de criar agências reguladoras: é também o Estado democrático e eficiente que financia a fundo perdido os serviços sociais e a pesquisa científica e age como capacitador (*enabler*) da competitividade das empresas privadas. (BRESSER-PEREIRA, 1999b, p. 30).

Bresser-Pereira (1999c) entende que a reforma foi bem-sucedida durante o processo que se realizou no período entre os anos de 1995 e 1998, quando foram consolidadas algumas das principais bases político-ideológicas e jurídico-institucionais para a efetivação das reformas previstas.

Como um dos mentores intelectuais da reforma do Estado brasileiro, Bresser-Pereira (1999b, p. 33) entendia que a iniciativa “cultural e institucional” produzida com a chamada reforma gerencial do Estado brasileiro tornou-se referência empírica para muitos países, especialmente os latino-americanos e, por isso, foi incorporada na formulação do documento *Uma nova gestão pública para a América Latina*, elaborado pelo Conselho Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), e, desse modo, tornando-se indicativo de ajustes institucionais defendidos pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a reforma do Estado nos países latino-americanos.

As mediações que o Estado pode realizar reorganizando poderes, distribuindo funções e criando novas instituições jurídicas e econômico-financeiras são compreendidas como características primordiais do Estado concebido pelos nossos liberais. Eles conceituam com distinção e definem as especificidades da composição e das mediações que constituem a reforma do Estado brasileiro que desejam efetivar, estando na direção do aparelho de Estado ou fora dele, governando a partir do pacto das classes dominantes – particularmente daquelas “rotuladas” ou afinadas

com as tendências “modernizantes”, sopradas pelos ventos da mundialização financeira. Para o que se propunham, “O problema central da reforma não é escolher entre estratégias de gestão, mas criar instituições que viabilizem a adoção de tais estratégias.” (BRESSER-PEREIRA, 1999b, p. 34).

As velhas e as novas funções estatais e o núcleo estratégico do Estado brasileiro moderno, para Bresser-Pereira (2001, p. 36-37), comportariam, portanto:

As atividades exclusivas, que são aquelas que envolvem o poder de Estado e que implicam um poder extroverso com relação ao Estado, na medida em que este, enquanto aparato, é a única organização com poder para regular não apenas os próprios membros da organização, mas os de toda a sociedade.

Sobre a propriedade não estatal, o autor apresenta a direção distinta para que se move a reforma do Estado brasileiro, considerando que:

Se não têm, necessariamente, de ser propriedade do Estado nem de ser propriedade privada, a alternativa é adotar-se o regime da propriedade pública não estatal, isto é, utilizar organizações de direito privado, mas com finalidades públicas, sem fins lucrativos. (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 38-41).

A defesa da gratuidade é do mesmo tamanho da liberdade preconizada pelos pressupostos de nossos liberais, em que o mercado estabelece as oportunidades e dinamiza a circulação e a seleção dos mais eficazes e eficientes, sejam instituições estatais, privadas ou não estatais, como as que se propunha na reforma. O que os liberais não conseguem negar, com ou sem contrato de gestão, é que, no ponto de chegada, sempre esperando de braços abertos, está o mercado.

Os nossos liberais, quando renovam sua defesa do mercado, de forma civilizada e com a escora estatal aceitável, explicitam, contrariando os “lapsos estatizantes”, como se dariam, no ponto de chegada as ações de gestão dos serviços sociais:

[...] no setor dos serviços não-exclusivos de Estado, a propriedade deve ser em princípio pública não-estatal. Deve ser pública para justificar os subsídios recebidos do Estado. O fato de ser pública não-estatal, por sua vez, implica a necessidade de a atividade ser controlada de forma mista pelo mercado e pelo Estado. [...] (BRESSER-PEREIRA, 1999c, p. 263).

O serviço mais árduo a que se prestam os nossos sociais-liberais a serviço do país estaria em “[...] oferecer uma alternativa ao individualismo radical da nova direita neoliberal” (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 44), certamente compondo um pacto burguês, em que essa direita neoliberal coaduna com um bloco de poder, a que essa facção teórica corresponde, e aceita as intenções políticas e as práticas realizáveis que se punham a desempenhar, com grande competência e qualidade, os novos liberais *modernizantes*. Os nossos *novos* liberais tornam-se os porta-vozes e os destacados dirigentes na tarefa de reorganizar e ampliar as esferas estatais em direção ao mercado e a partir da crença “profética” nele.

Essa é a reforma do Estado eficiente do social-liberalismo, que não quer ser chamado de direita e não gosta de ser confundido com a direita neoliberal, mas aglutina as duas e faz a *terceira via* para os *novos liberais* avançados e modernizantes com o nome apreciável e refinado que desejam adotar, porque, na verdade, conseguem propor a forma mais consistente de mediação privada pelos mecanismos estatais concentrando um pacto das classes dominantes extremamente vantajoso e relativamente estável em razão de seus desdobramentos econômico-financeiros arrojados – tais como a privatização de empresas e espaços que eram estatais – e dos mecanismos processuais de financeirização alargados pelas ações regulatórias estatais, pelos mecanismos de intermediação e subsídios protecionistas às classes dominantes e pelo processo de encilhamento financeiro envolvendo os fenômenos da dívida interna e externa e da reprodução da acumulação gerado pela venda de títulos públicos com rentabilidade garantida às classes proprietárias e parasitárias.

Só não é um Estado perfeito para determinadas facções de liberais porque algumas, mais que outras, querem os proveitosos benefícios promovidos pelo Estado, que tanto combatem, com os quais muito se saciam.

Os pressupostos definidores da reforma do Estado brasileiro, a partir do que se definiu com a reforma desencadeada principalmente com o governo FHC, alardeiam as condições favoráveis do mercado, sem, no entanto, dispensar o Estado. Afirmam a proposição da administração gerencial como uma diferenciadora da relação e ação estatal. Não há, portanto, a negação do mercado e do Estado, pois o mercado é guia do Estado e por isso é protegido por ele. Sendo assim, a reforma gerencial implementada

É social-liberal, enfim porque acredita no mercado como um ótimo, embora imperfeito, alocador de recursos, além de procurar restringir a ação do Estado às áreas em que o mercado está ausente, realiza mal sua tarefa coordenadora. [...] (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 42-43).

O Estado que defendem e de que usufruem jamais significou a negação do mercado, que não foi colocado em um plano secundário na relação com o Estado, como aparentemente parecem querer enfatizar algumas interpretações dos liberais ou das facções liberais. Muito pelo contrário, a direção é definitiva e compreende que:

[...] são essenciais uma reforma política que dê maior legitimidade aos governos, o ajuste fiscal, a privatização, a desregulamentação – que reduz o ‘tamanho’ do Estado – e uma reforma administrativa que crie os meios de se obter uma boa governança. [...] (BRESSER-PEREIRA, 1999b, p. 36).

O Estado é efetivamente concebido em sua constituição como a materialidade capaz de, em condições sociais e politicamente defensáveis, expressar as mediações e impor um pacto das classes dominantes sobre as classes dominadas, sustentando e dando forma à chamada governança neoliberal:

A diferença entre uma proposta de reforma neoliberal e uma social-democrática está no fato de que o objetivo da primeira é retirar o Estado da economia, enquanto o da segunda é aumentar a governança do Estado. [...] (BRESSER-PE-REIRA, 1999c, p. 237-238).

Segundo a perspectiva social-liberal, as grandes incumbências de sanar as necessidades sociais nacionais (como saúde, educação e pesquisa científica), se não são tidas como exclusivas do Estado, também não apresentam, por causa das dificuldades laterais e externalidades, condições de ficar somente sob o comando do mercado, apesar de serem entendidas como incumbências de sua alçada.

A proposição defendida, então, seria a formação de organizações sociais coordenadas pelo setor público não estatal, sem que isso possa significar o enfraquecimento do poderio do Estado capitalista. Muito pelo contrário, a formação dessas organizações deve implicar ampliação da sua capacidade de gestão convergente e alimentadora do processo de reprodução e acumulação do capital.

Há uma preocupação em estabelecer diferenciações para as traduções, que são concebidas das conveniências econômicas e políticas que se consolidadas, considerando-se as características peculiares da formação social em que se desenvolvem e as frações de classes dominantes em disputa pela hegemonia do processo de acumulação e de poder no Estado brasileiro.

Disso decorre que o diagnóstico para caracterizar a reforma do Estado gera críticas ao patrimonialismo, ao burocratismo, ao populismo e ao autoritarismo para que sejam intituladas como modernizantes em relação a essas posições políticas e econômicas consideradas radicais, sejam elas do campo da direita ou da esquerda revolucionária. Assim, projeta-se a reforma como sendo uma resposta à crise que se configurou a partir da década de 1980. Dentre as justificativas centrais, estaria a necessidade de os mercados nacionais se abrirem incondicionalmente à competitividade internacional, integrando-se a ele de modo eficiente e competente.

Ainda, com relação ao diagnóstico da crise que provocou um suposto Estado ineficiente e burocrático, na opinião dos proponentes da reforma:

A crise política teve três momentos: primeiro, a crise do regime militar – uma crise de legitimidade; segundo, a tentativa populista de voltar aos anos 50 – uma crise de adaptação ao regime democrático; e finalmente, a crise que levou ao *impeachment* de Fernando Collor de Mello – uma crise moral. [...] (BRESSER-PEREIRA, 1999c, p. 239).

As reformas, porém, somente ganham força e consistência quando contam com o “[...]fundamental apoio das facções modernizantes do país, que necessariamente inclui a alta administração pública. [...]” (BRESSER-PEREIRA, 1999c, p. 267). Isso inclui um amplo bloco reformista alicerçado por essas *ilustres matrizes ideológicas modernizantes*. Tanto que:

[...] Os problemas de governabilidade não decorrem do ‘excesso de democracia’, do peso excessivo das demandas sociais, mas da falta de um pacto político ou de uma coalizão de classes que ocupe o centro do espectro político [...]. Nosso pressuposto é de que o problema político da governabilidade foi provisoriamente equacionado com o retorno da democracia e a formação do ‘pacto democrático-reformista de 1994’, possibilitada pelo êxito do Plano Real e pela eleição de Fernando Henrique Cardoso. [...] (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 238).

Ao tratar o processo administrativo e político e de como viabilizar a materialização da transferência estatal para o mercado, a transição proposta estabeleceu os parâmetros do jogo e as condições para o ponto de partida da reforma do Estado brasileiro.

Para transformar os serviços não-exclusivos de Estado em propriedade pública não-estatal e declará-los uma organização social será necessário um ‘programa de publicização’, que não deve ser confundido com programa de privatização, na medida em que as novas entidades conservarão seu caráter

público, mas de direito privado, assegurando, assim, uma autonomia administrativa e financeira maior. Para tanto será preciso extinguir as atuais entidades e substituí-las por fundações públicas de direito privado criadas por pessoas físicas [...]. (BRESSER-PEREIRA, 1999c, p. 263-264).

Bresser-Pereira (1999c) considera que foram realizadas algumas reformas administrativas no Brasil. A primeira reforma administrativa teria ocorrido na década de 1930 (entre 1937 e 1938, durante a ditadura do Estado Novo Vargasista). Nessa reforma foi criado, em 1938, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). A segunda reforma aconteceu em 1967, durante a ditadura militar iniciada em 1964, e foi coordenada pelo ministro do planejamento Hélio Beltrão. Por fim, entre 1979 e 1983, na gestão do agora ministro da desburocratização Hélio Beltrão, foi realizada uma iniciativa considerada por ele como sendo proveitosa.

Percebe-se que os períodos mencionados como de possíveis avanços na reforma administrativa e do Estado brasileiro sob o ponto de vista da suposta administração moderna gerencial, descrita e defendida pelo ministro Bresser-Pereira (1999b), ilustram como reformas administrativas elogiáveis e proveitosas as que ocorreram em períodos autoritários: a primeira foi concebida e produzida na ditadura do Estado Novo e segunda, na ditadura de 1964.

A gestão de Hélio Beltrão é destacada, na perspectiva “gerencial”, como uma iniciativa louvável que se configura durante a ditadura militar. Já as reformas empreendidas na chamada transição democrática, com a eleição indireta de Tancredo Neves e a posse de José Sarney, em março de 1985, não se apresentam como uma perspectiva de reforma do aparelho de Estado, segundo os pressupostos da administração gerencial apresentados no Plano Diretor da Reforma do Estado. Desse modo, não se enquadram com qualquer substância, mesmo que de relativa significância, aos desígnios pretendidos pelos *reformuladores* e *modernizadores* do Estado brasileiro.

Em relação às mudanças instituídas pela Constituição de 1988, o então ministro da Reforma do Estado, Bresser-Pereira

(1999c), considerava que na Carta Constitucional havia ocorrido um retrocesso burocrático com relação aos pressupostos da administração “gerencial”, os quais sugerem demandas com o propósito de imprimir alterações constitucionais para o seu ajustamento às necessidades previstas pela “modernização” preconizada com a reforma do Estado brasileiro, vislumbrada com a apresentação e aprovação do Plano Diretor da Reforma do Estado.

Dessa forma, o autoritarismo (não que esse seja o único elemento) parece não incomodar as pretensões, as perspectivas e a modernização que se propunha com a reforma administrativa e do Estado na perspectiva “gerencial” implementada pelo governo FHC sob a direção de um mentor habilidoso e teoricamente posicionado e empenhado.

As únicas propostas e alternativas de reforma administrativa e do aparelho do Estado realizadas na história brasileira que possuem alguma consideração na direção da perspectiva “gerencial” foram realizadas em períodos de autoritarismo: durante o governo de Getúlio Vargas e no Golpe de 1964. Entretanto, parece-nos que o elemento central não estaria no autoritarismo, mas na lógica e dinâmica que alimenta e move a reforma administrativa em uma perspectiva “gerencial”, sob a égide do mercado e das premissas doutrinárias de uma versão liberal clássica, em que o mercado e a propriedade privada são condições prévias para a liberdade individual.

Sendo assim, a política é condicionada pela liberdade individual, que só existe como a condição material que se processa *no* mercado a *partir da* propriedade privada. Dessa forma, o regime político torna-se uma condição secundária, pois estaria subordinado às vontades individuais, sustentadas e legitimadas na privacidade que, em última instância, só o mercado e a propriedade poderiam realizar, seja econômica, social ou politicamente. (FRIEDMAN, 1984).

Nossos liberais social-democratas não comungam, em suas perspectivas teóricas, da aceitação do autoritarismo na versão conhecida, por exemplo, a versão do regime militar de 1964 ou mesmo a da ditadura de 1937. Defendem que o pacto burguês

possa ocorrer e fluir sustentado também no âmbito de uma política de coalizão ancorada no sufrágio eleitoral. Isso acentua, para nossos novos liberais *modernizantes*, a capacidade de gerenciamento e a eficiência da estabilidade política e da governança no aparelho de Estado.

Na direção dessa perspectiva, os mecanismos “democráticos”, de “governabilidade” e de “controle estatal” estão sujeitos ao consenso pactuado pelas frações das classes dominantes *modernizantes*, uma coalizão que deve promover a sociedade cidadã e republicana. Ou seja, essas frações *modernizantes* estariam em uma posição claramente definida. Primeiro, por não concordarem com o estatismo deliberado; segundo, por concordarem que o mercado possa sofrer intervenções regulatórias; terceiro, por que compreendem a dimensão que o Estado assume na constituição do próprio capitalismo, seja nas sociedades centrais ou nas sociedades periféricas; quarto, por que estão determinadas, econômica e politicamente, a avançarem na “modernização” do Estado, contemplando as agências reguladoras como mecanismos de contraposição ao estatismo e, ao mesmo tempo, da negação do Estado como interventor na economia, mas sem deixar de tê-lo como seu importante promotor; e, quinto, por reconhecerem o mercado como um promissor regulador de ações sociais, inclusive estatais e, por isso, quererem e defenderem um tipo determinado de governança estatal, reconhecendo que a economia de mercado está na própria estrutura institucional, que dela se nutre como um componente, com o capital, da sua própria constituição.

O capitalismo não prescindiu das ações estatais, mas é nelas que ganha corporeidade e estabilidade de reprodução e acumulação de capital. O Estado, desse modo, é constituinte do capitalismo assim como o capitalismo é constituinte do Estado, que é resultante das relações e mediações que se materializam com a luta de classes e compõem o processo de produção, circulação e acumulação de capital. Desse modo, não se separa capital, trabalho e Estado, compondo relações que se reproduzem e se consomem em um sociometabolismo reprodutivo, constante e contraditório. (MÉSZÁROS, 2002).

Assim, o Estado só pode ser compreendido em sua constituição com o capital e o trabalho. Essa relação constituinte do Estado mostra as suas fissuras e contradições, bem como as características dominantes em cada período de formação social determinada historicamente e articulada mundialmente.

Jamais o Estado, que assume formas determinantes e particulares no modo de produção capitalista e na sua composição em determinada formação social, constitui-se fora do âmbito das relações de poder e da luta de classes. Porém, essas características são dissimuladas pela consolidação e pelas mediações que emergem do pacto burguês na sociedade do livre mercado. (SODRÉ, 1996, p. 25-26).

Serão, portanto, as suas contradições de classe e as relações de produção, trabalho e acumulação de capital que darão a condensação fundamental ao processo de reprodução engendrados nas relações de poder e de classe que o Estado permite articular e estabelecer em uma sociedade capitalista e, conseqüentemente, em que as classes dominantes exploram as classes dominadas utilizando vários mecanismos e componentes sociais, políticos, produtivos, psicoideológicos e linguísticos disponíveis para explicar as estruturas sociais e sustentar ideologicamente a ordem social estabelecida.

Há o refinamento da justificativa e da compreensão de que o mercado e o Estado estão embrenhados na mesma dinâmica constitutiva do capitalismo e que a mediação realizada pelo Estado é central para o processo de acumulação de capital e de manutenção de determinada política, de determinado poder político e dos próprios mercados. Esse processo acaba fornecendo fluidez e eficiência para o seu funcionamento e constitui o alicerce em que são instituídas novas competências e estratégias para justificar as suas necessidades e dar conta das relações, mediações e dos pactos que se estabelecem sob a égide das classes dominantes e que consagram materialmente vitórias sobre as necessidades e demandas de classe, estabelecidas pelas classes dominantes linguística e publicitariamente, justificadas como resultantes de concessões políticas e sociais às classes dominadas na hierarquia

social desigual e competitiva, e acobertadas com a manutenção do pacto burguês nacional.

Coerente com essa dinâmica, nossos liberais *modernizantes* compreendem que

À medida que se tornava claro que a proposta neoconservadora ou neoliberal de atribuir ao mercado toda a coordenação da economia e reduzir o Estado ao mínimo não era realista, não correspondendo nem aos anseios da sociedade nem às necessidades das economias nacionais, a questão da reconstrução do Estado e da reforma de seu serviço civil tornou-se central. (BRESSER-PEREIRA, 1999a, p. 7).

Congruente com essas novas exigências, o mais ilustre dos representantes de nossos liberais demonstra total clareza de direção e de alvo que se quer atingir quando, em uma de suas entrevistas, ao ser solicitado a responder quem estaria fazendo crítica inteligente ao seu governo, respondeu:

Roberto Campos também faz, mas pelo outro lado. Não concordo. Ele é liberal. Quer realmente que o Estado diminua. Que regulamente menos. Outro dia ele fez uma crítica a mim. Disse que não sou um “convertido”. Tem razão. Não sou mesmo convertido a essa visão de um Estado que não regulamenta. O que estamos fazendo na prática? Criando agências de regulamentação. Privatizando e criando agências de regulamentação [...] (CARDOSO, 1997, s. p.).

A distinção exposta demonstra a dimensão desse liberalismo que o presidente Fernando Henrique Cardoso proclama e realiza. Há uma nítida percepção da necessidade de ações regulatórias estatais em relação à boa governança, que só ocorre quando o mercado conta com a sua fluidez oxigenada pelo Estado. Tal perspectiva tem o aval de outro ilustre intelectual e aliado político quando este relatava, uma década antes do início formal do governo FHC, como devia pensar um economista progressista sobre a intervenção do Estado na economia, enumerando as principais ações que o Estado deveria executar, particularmente no campo econômico.

A questão básica em discussão é a capacidade do mercado de regular automaticamente a economia ou da sua incapacidade de realizar essa tarefa. Neste último caso, o economista progressista defende a necessidade de um certo grau de intervenção do Estado... (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 7).

Assim, não há como confundir os pressupostos. Estes assumem nitidez ainda maior quando são os nossos liberais *modernizantes* que os proclamam e definem. Como liberal *modernizante* e *renovador*, Bresser Pereira (1985) aponta suas próprias distinções e esclarece suas posições com brilhantismo, convicção e fundamentação teórica. Ao caracterizar um economista progressista, compara-o ao economista conservador. Em síntese, revela que o economista “Conservador é aquele que pretende antes conservar do que reformar a ordem estabelecida” (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 6), já o economista “Progressista é quem está mais preocupado com a justiça do que com a ordem.” (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 6).

Desse modo, não deixa dúvidas de que um economista progressista é um economista liberal, chamando a atenção para o fato de que o termo liberal deve compreendido no âmbito da linguagem anglo-saxã. (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 6) Não permite, portanto, que ocorra dúvida sobre o campo do social-liberalismo, em que estão imbuídos muitos de nossos liberais e que apenas renova e fortalece os trilhos percorridos pelo nosso liberalismo. Tanto que, ao criticar as posições e distorções entre liberais conservadores e progressistas, tomados aqui na própria dimensão expressa por Bresser-Pereira, adverte que “[...] o mercado continua a ser a instituição reguladora fundamental do sistema capitalista, não podendo ser ignorado nem substituído”. (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 13).

Corroborando a perspectiva defendida, seu não menos ilustre aliado político, Fernando Henrique Cardoso, ao apresentar o Plano Real em dezembro de 1993 e mencionar a necessidade premente de revisão constitucional (CARDOSO, 2003, p. A4), anunciava alguns dos problemas do Estado. Para esses problemas, propunha soluções por meio do Estado, pois a crise diagnosticada

tinha nele mesmo o seu ponto de culminância e não teria sido suficientemente abarcada e enfrentada à base de competência e eficiência com a Constituinte de 1988. (CARDOSO, 1994, p. 122).

A reforma do Estado, inserida prioritariamente na revisão constitucional proposta pelos nossos liberais, carrega grande significado e materialidade política e econômica. Por isso, não hesitam em dizer que:

Mais do que um passo necessário para a estabilização da economia, e até para que a estabilidade seja duradoura, a Revisão é fundamental por suas implicações de longo prazo. Ela é a oportunidade de definir com nitidez o perfil do Estado desejado pela sociedade brasileira e de desatar as amarras constitucionais [...] (CARDOSO, 1994, p. 122).

Ao se referir, na Exposição de Motivos do Plano Real, à componente *modernização da economia*, FHC vincula-a com a proposta da componente *revisão constitucional*, sendo esta uma determinante central à realização daquela. Por isso, afirmava, sobre a proposição de modernização da economia que defendia:

[...] a eliminação das restrições ao capital estrangeiro na exploração do subsolo e das fontes de energia hidráulica. Também aqui o fundamental, para que se resguarde o interesse nacional e popular, é reforçar o poder regulador do Estado neste tipo de exploração, feito por empresas estatais ou privadas, nacionais ou estrangeiras. É esta a noção moderna de soberania que está faltando: Governo e sociedade atentos organizadamente ao desempenho das empresas que exploram áreas essenciais para o desenvolvimento do País e para o bem-estar coletivo. (CARDOSO, 1994, p. 126).

De acordo com a sua Exposição de Motivos, o Plano Real pressupunha em uma de suas justificativas, entre inúmeras mudanças e alterações econômicas, financeiras, administrativas e sociais propostas, que a realização de tais mudanças promoveria a *noção moderna de soberania* que estava faltando ao país. Demonstrava, ainda, que a nova moeda criada possibilitaria, no

que se refere à dívida brasileira, uma generosa melhoria da *segurização* (*títulos da dívida pública*) com a salvaguarda dos títulos da dívida federal em novas condições, vislumbradas com a nova e redentora moeda chamada *Real*.

Na área social, como desdobramento dos ajustes *modernizantes*, as mudanças seriam geradas a partir da reforma do Estado e da conseqüente modernização econômica, que, de acordo com a Exposição de Motivos do Plano Real, propunha-se a romper mazelas e distribuir *melhor* a renda e a riqueza. Assim, a nova moeda, o Real, é a pré-condição, a condição e a encarnação nacional do rompimento da miséria social.

Os liberais consideram que o Plano Real é fundamental à nação e à melhoria de alguns de seus maiores problemas, como o crescimento, o emprego, a distribuição de renda e da riqueza, bem como para a realização de autonomia em relação ao aparelho de Estado de instituições e a criação de agências reguladoras como um passo determinante ao *paraíso* orientado pela crença no mercado. Neste caso em particular, encontra-se o Banco Central do Brasil que, não estando adequado ainda à *noção moderna* de *soberania*, não gera maior competitividade que o Estado deve possibilitar para uma maior flexibilidade regulatória e para a promoção do mercado.

Os liberais, como Milton Friedman (1984), dos EUA, não abrem mão do termo *liberalismo* no embate entre liberais e neo-liberais, mas a disputa central entre eles encontra-se na questão da intervenção ou não do Estado na economia. A solução para os problemas advindos da dinâmica do capitalismo, no fundo, como professa Friedman, encontra-se nas premissas do próprio liberalismo, das quais não abre mão. As disputas das facções dissimulam as contradições fundamentais em que se sustentam essas premissas e os receituários por elas prescritos.

No Brasil, os liberais *modernizantes* e *renovadores*, para se distinguirem das facções liberais de que divergem teoricamente, se autoproclamam sociais-liberais, ou progressistas. Mas afirmam que, ao final da conversa, são todos liberais e, na prática, adoram o Estado brasileiro. Na verdade, esses sociais-liberais são

mais competentes ao enfrentarem o tensionamento entre Estado e mercado. Promovem sempre o mercado, nunca prescindindo do Estado, compreendido como fundamental para a própria existência do processo de acumulação do capital. Eis onde encontra-se a fração avançada dos liberais *modernizantes*.

As proposições oriundas das justificativas anunciadas pela Exposição de Motivos do Plano Real são tão reais como premissas do liberalismo econômico quanto à retórica que exprime melhor distribuição de renda e riqueza. Isso é real e nossos liberais, distintos em suas nuances políticas, são semelhantes e convergentes, em seus propósitos de classe, quanto à conveniência do liberalismo que proclamam e o liberalismo que realizam. (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 14). Nada mais ideologicamente condicionado que a ação dos economistas conservadores ou progressistas, que são certos de que “A economia é uma ciência social e, portanto, uma ciência ideologicamente condicionada [...]”. (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 5). Bresser-Pereira (1985) tem razão quando esclarece esse pressuposto sobre a sua compreensão da economia ao dar ênfase às características ideológicas da economia.

No campo da reforma do Estado, afirmam suas posições e dão maior materialidade às mediações de classe e maior visibilidade ao pacto e às ações estatais. Não estão equivocados, portanto, ao nutrir seus argumentos de que fundamentalmente o centro da crise está na crise do Estado. As determinações econômicas, sociais e as da luta de classes são tidas como secundárias e derivadas da crise do Estado, em última instância. Por isso, globalização, competitividade e integração são componentes vislumbrados pela reforma do Estado e só serão enfrentados a partir dela, que é fundada na *noção moderna de soberania* como uma projeção e “profecia” para o futuro.

Essa preocupação de nossos liberais *modernizantes e renovadores*, que vislumbravam o futuro, já condicionava que os problemas do país eram determinadamente de ordem interna e os colocavam, diante das implicações e determinações externas, como um problema de gestão e de integração ao mercado

mundial, sendo este diagnosticado como movido por uma economia mundial cada vez mais competitiva e tecnologicamente avançada. Certamente, as relações internas determinam nossa posição nas relações externas ao estarem produzindo-se e reproduzindo-se nas relações internas.

As facções liberais encarnadas como *modernizantes* e *renovadoras* convergem na avaliação de que a *tarefa de casa* não está sendo bem-feita, mas, ao apresentarem a saída, ou seja, ao diagnosticarem os problemas, rearticulam os movimentos interno e externo na perspectiva para a materialização das relações econômico-sociais e político-ideológicas internas.

Disso resulta que não são a ordem econômica mundial, a globalização e a competitividade, inerentes a esse processo, a causa da ineficiência das economias periféricas. A sua causa, antes de tudo, está nas próprias economias periféricas, isto é, na ineficiência produzida pelas suas economias “fechadas” à competitividade internacional e supostamente submersas em um desenvolvimento tecnologicamente atrasado, e também em uma crise do Estado, fundamentalmente responsável pela ineficiente integração à economia globalizada. Isso tudo é congruente com uma argumentação sintetizada da tese da crise do desenvolvimento na crise do Estado sustentada pelo social-liberalismo brasileiro. (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 163-164).

Essa posição revela a *noção moderna de soberania* pretendida. Não haveria contradição na defesa de uma reforma que pusesse o Estado mais intimamente a serviço do mercado. E, para fazer isso, a notável exposição mostra o vigor cobrado às classes dominantes (notadamente às facções *modernizantes* e *renovadoras*) para a sua disputa no processo de reprodução e acumulação de capital.

O social-liberalismo, distintivo em seus predicados, apresenta a argumentação central das classes dominantes: a de que a reprodução e a acumulação de capital não podem prescindir do Estado burguês brasileiro. Como materialmente as classes dominantes praticam exaustivamente esse exercício estatal da reprodução e da acumulação, a lição é aprendida com facilidade

ao gosto de nossas *oligarquias burguesas*, o *dever de casa* é retomado da argumentação e, como resultado, da consagração do dever bem-feito. (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 164).

A explicação vigorosa da descrição da crise comprova duas ilustres teses. A primeira, de que o desenvolvimento não atingiu patamares avançados devido à ineficiência econômica interna de integração nacional à economia mundial, competitiva e tecnologicamente avançada. Assim, portanto, o desenvolvimentismo e o nacionalismo correspondem ao “fechamento” nacional da economia ao mercado mundial, ou seja, à incapacidade interna de integração à economia mundial, representada na tese sobre um determinado conceito de dependência formulada por Falleto, Cardoso e Bresser-Pereira – este último incluído por ele mesmo nessa discussão. (BRESSER-PEREIRA, 1996, 2000).

A segunda tese aponta que o desenvolvimentismo e o nacionalismo não deram conta da integração mundial tendo como base a justificada da argumentação da tese da crise do Estado (BRESSER-PEREIRA, 1996, 2000), ou na tese da interpretação da crise do Estado, apresentada por Bresser-Pereira e anunciada originalmente como resultado de sua elaboração teórica. (BRESSER-PEREIRA, 2000).

A crise do Estado, diante da superação do modelo de desenvolvimento deve ser superada, pois se torna, agora, a única causa e consequência da crise econômica e política. Justifica-se, portanto, a partir da crise do Estado, a crise política e a crise econômica. Além disso, em uma sucessiva continuidade de problemas derivados dessa ordem interpretativa, arrolam-se todos os problemas estruturais ou setoriais, como problemas os educacionais. Essa é a extraordinária argumentação teórica realizada particularmente pelos nossos liberais *modernizantes* com muita dedicação e presteza intelectual e de classe.

Essas duas teses permitiram uma explicação racional e sistêmica das crises e dos problemas nacionais e internacionais e assumem importante função econômica e política para as classes dominantes. São verdadeiras teses liberais proclamadas e realizadas, com expressivo aprofundamento, especialmente a partir

da década de 1990, quando ganham força na composição e na formação do bloco das classes dominantes na direção do aparelho de Estado brasileiro. Desse diagnóstico convergem mundialmente outros tantos, não menos nem mais liberais do que os que aqui se reproduzem.

Os elementos centrais que sustentam as justificativas e argumentações dos liberais, particularmente em âmbito mundial, ganharam espaço no processo de recomposição da hegemonia norte-americana basicamente a partir da década de 1960. Esse processo ocorre em várias dimensões. No campo da acumulação de capital sobre as forças produtivas e de trabalho ocorre reordenando e ampliando o domínio do e sobre o trabalho e os meios de produção, bem como reforçando o processo de marginalização e precarização das condições de trabalho e sobrevivência. Na esfera financeira, com a aceleração da financeirização dos espaços, tempos e riquezas nacionais. (LEHER, 1998).

Isso ocorre, no Brasil, de várias maneiras: endividamento crescente do Estado por meio do pagamento de juros; câmbio para as trocas comerciais e financeiras sustentado com base no dólar; venda de empresas estatais rentáveis aos capitais nacionais e transnacionais; aumento das reservas nacionais no mercado financeiro internacional; venda de títulos da dívida pública e ações de empresas estatais; transferência de espaços públicos para a exploração de empresas privadas, tais como pedágios, petróleo, terceirização de serviços sociais, reservas naturais etc.

A argumentação e a justificativa elaborada pelos liberais (notadamente os liberais *modernizantes* e *renovadores*) em seus diagnósticos são excelentes fórmulas político-ideológicas para a crise contemporânea, que não seria do modo de produção que se sustenta na propriedade privada. Essa análise é pertinente, partindo obviamente de nossos liberais que apenas seguem seus caminhos na ordem burguesa e não estão “fora do lugar”.

Por isso, quando os liberais estão preocupados em criar a *noção moderna de soberania*, estão pensando e agindo a partir de uma interpretação da crise do Estado e, mais, de uma crise contemporânea que seria resultante da crise do Estado e concebida,

portanto, como a reprodutora e a causadora da crise econômica e política.

Congruente com esse diagnóstico e justificando-o, Cardoso ao apresentar à sociedade brasileira o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, aprovado em 1995, indica que: “A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado.” (CARDOSO, 1995, p. 9).

Na introdução do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, explicitando seu diagnóstico, a tese da crise do Estado está evidenciada e reafirma o pressuposto apresentado, além de sustentar a afirmação de que a crise é geradora de instabilidade econômica e política (CARDOSO, 1995). Percebe-se, portanto, que o problema deriva fundamentalmente do Estado por dois elementos. O primeiro refere-se à interferência do Estado na esfera produtiva e empresarial, e o segundo é o equívoco do Estado mínimo proposto pela ideologia neoliberal. Esses dois argumentos sustentam ou reforçam as formulações propostas para a reforma do Estado brasileiro realizadas, em grande medida, por meio do diagnóstico contido no *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*.

A lição apresentada pelo liberalismo *modernizante*: primeiro, para fortalecer o mercado é necessário o Estado; segundo, o Estado regulador, como a expressão da composição das classes dominantes, deve ser forte. Desse modo, só será possível torná-lo forte a partir da ideia de que é necessário que a presença do Estado seja mínima no campo da recomposição das políticas sociais para devolver a elas o seu caráter mercadológico na recomposição do processo de reprodução da acumulação, particularmente sob a égide da esfera financeira. Assim, o Estado deve ser reformado, pois ele continua sendo um elemento fundamental da acumulação de capital e da coordenação política mais geral, ao reorganizar a repartição da renda e da riqueza.

Desse modo, o diagnóstico que sustenta essa justificativa compreende a reafirmação do mercado como o objetivo do Estado – com sua função “[...] reguladora, no quadro de uma economia de mercado [...]” (CARDOSO, 1995, p. 9) –, expressão da

composição social resultante das classes sociais e da luta de classes na sociedade capitalista.

Esse diagnóstico, apresentado na justificativa do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, converge com o diagnóstico exposto por ocasião da formulação apresentada na Exposição de Motivos do Plano Real. O ministro da Fazenda observava que “[...] a desordem financeira e administrativa do Estado é a principal causa da inflação crônica que impede a sustentação do crescimento, perpetua as desigualdades e mina a confiança nas instituições” (CARDOSO, 1994, p. 114). Defendia, coerentemente, a reforma do Estado por este ser o responsável pela crise política e econômica do país. Zeloso no diagnóstico, previa ainda o que o Estado brasileiro deveria promover como ações oriundas dessa perspectiva econômica e política. As reformas, portanto, dependem da garantia estatal.

Essas proposições e o programa político proposto para a realização dessas ações, sejam elas estatais, econômicas ou sociais, afirmam que não postulam um ordenamento apenas a partir do mercado e não admitem o mercado sem a *mão visível* do Estado. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 24).

Dessa forma, os liberais consideram que a lei da natureza econômica e política existe há muito tempo e basta inová-la em suas condições e sustentações teóricas e pragmáticas. Esta conjugação ganha força, compondo-se de uma disposição genuinamente “fundamentalista”, ao retomar-se o liberalismo econômico e rejeitarem-se os compromissos sociais que o capitalismo contemporâneo sustentou em determinada organização social, perdendo, talvez, alguns anéis. E, para consolidar essa mobilidade inovadora, comporta uma característica, dentre outras, que é fundamental, pois assegura a envergadura teórica de seus intelectuais altamente aguerridos, sofisticados e definitivamente posicionados em frações das classes dominantes, as quais representam com esmero próprio da sua emergência e da sua constituição política e material. (CRUZ, 2002).

Desses liberais *modernizantes*, o campo da política educacional brasileira não obtém menos esforço e dedicação política e

intelectual. Tanto que, já articulados e afinados teórica e politicamente, eles convergiam e compunham a facção que disputava a direção do pacto burguês. Já se compreendia, portanto, que a crise econômica, educacional e social estava fundamentalmente imbricada na crise do Estado. Por isso, Mello (1990, p. 71-72) observa:

Há hoje um consenso razoável sobre a necessidade de diminuir o tamanho do Estado na economia. Um Estado agigantado, cuja expansão ocorreu de modo inorgânico e segmentado, pelo enfraquecimento da administração direta, gerou a ineficácia, a incapacidade de governar, a formulação de políticas contraditórias e sobretudo uma enorme dificuldade de instituir controles públicos sobre a máquina estatal [...].

Na disputa com outras frações das classes dominantes e no enfrentamento das classes dominadas é que emergiram as proposições e os argumentos dos programas econômico-sociais e político-ideológicos defendidos e realizados no país pelos liberais *modernizantes*, particularmente as proposições que aqui discutimos empreendidas pelos sociais-democratas nos governos FHC (1995-2002) que fertilizaram a economia, a política e a gestão estatal do Estado brasileiro.

4. ESTADO, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Introdução

Neste capítulo⁷ nos preocupamos em examinar as proposições contidas no receituário apresentado por alguns organismos internacionais e a sua relação estreita ou direta com as políticas sociais implementadas no Brasil no período dos governos Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva – LULA, de 1993 a 2010. As proposições e condicionalidades que compõem o receituário dos organismos internacionais que examinamos neste trabalho referem-se às apresentadas pelo Banco Mundial/BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Tratamos especialmente das proposições/condicionalidades contidas em documentos/publicações desses dois organismos internacionais que tratam de reformas sociais, particularmente das reformas que envolvem a implementação de políticas sociais no Brasil. Consideramos, ainda, nesta análise, as proposições e as condicionalidades apresentadas pelo Estado brasileiro contidas no Plano Fernando Henrique Cardoso – Plano Real de 1993; no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995); no Plano

7 Texto originalmente produzido como parte de relatório pesquisa vinculado, 2007-2012, ao projeto de pesquisa com apoio da CAPES/SETEC/MEC/PROEJA: “Demandas e Potencialidades do PROEJA no Paraná”, congregando pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – PPGTE/UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR – Universidade Federal do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná e ao projeto de pesquisa: “Trabalho e Política Educacional no Paraná e no Brasil”, do GEPPES – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social da UNIOESTE, e publicado originalmente no livro: **A função social da escola**: das políticas públicas às práticas pedagógicas, organizadoras Marta Chaves, Ruth Izumi Setoguti e Maria Eunice França Volsi, Maringá, PR: EDUEM, 2011. p. 121-150.

de Aceleração do Crescimento – PAC (2007); no Plano Nacional de Educação (2001), no Documento da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010 (BRASIL, 2010).

O exame das proposições e das condicionalidades apresentadas pelos referidos organismos internacionais e pelo Estado brasileiro para as políticas sociais, particularmente as relações econômico-sociais que se configuram para as políticas educacionais de 1993 a 2010, é aqui realizado com ênfase nas questões macroestruturais, que produzem significativas e estratégicas determinações e se articulam às mediações que se mostram, no tocante às questões do planejamento e da gestão da política educacional nacional, intimamente entrelaçadas com o processo social e econômico mais amplo.

Para expor as questões propostas neste estudo, organizamos o artigo em duas partes, das quais a primeira trata do receituário daqueles organismos para os países em âmbito mundial, como também das reformas estatais e sociais, e a segunda trata do receituário dos mesmos organismos e do Estado brasileiro para as políticas econômicas e sociais nacionais. As considerações finais apontam alguns questionamentos e algumas críticas que buscam contribuir com o debate sobre a problemática em questão.

O receituário dos organismos internacionais para a inserção dos países em âmbito mundial e as reformas estatais e sociais

Para o Banco Mundial, o Estado é compreendido como um agente estratégico e fundamental para o processo social e econômico nacional e internacional. A questão da dinamização de estratégias políticas e econômicas manejadas centralmente pelo Estado é um requisito essencial e considerado como o princípio que deve nortear o bom funcionamento da economia. Por isso o Banco Mundial (1997, p. III) previa que

Os caminhos que levam a um Estado efetivo são múltiplos e variados. Este Relatório não procura oferecer uma receita

única para a reforma do Estado em todos os países. Oferece, contudo, uma estrutura para guiar esses esforços, na forma de uma dupla estratégia:

- Primeiro, focalizar as atividades do Estado para ajustá-las à sua capacidade. Muitos Estados procuram fazer demais com poucos recursos e reduzida capacidade. Levar os governos a se concentrarem mais nas atividades públicas que são cruciais para o desenvolvimento aumentará a sua eficiência.
- Segundo, buscar meios de melhorar a capacidade do Estado mediante o revigoramento das instituições públicas. O Relatório dá especial ênfase aos mecanismos capazes de incentivar os servidores públicos a melhorar o seu desempenho e a agir com mais flexibilidade, mas que também incluam controles para coibir os comportamentos arbitrários e corruptos.

A concepção sistêmica de Estado, para os organismos internacionais, agentes destacados dos países hegemônicos no cenário capitalista mundial, não significa uma tímida atuação estatal ou fraca munição legal e institucional das relações sociais e econômicas. Como podemos observar nas proposições gerais do Banco Mundial para uma atuação institucional eficiente dos Estados nacionais, especialmente daqueles periféricos ou considerados em desenvolvimento (chamados de emergentes), dois pontos devem nortear as diretrizes: 1) – a eficiência estatal está em ajustar suas capacidades às atividades consideradas mais cruciais, as quais devem centrar-se em algumas áreas; e 2) – é preciso melhorar a capacidade gerencial do Estado, revigorando as instituições públicas na direção dos objetivos sistêmicos e regulatórios emanados da ação estatal direta e indireta.

Ao propor uma simpática perspectiva de ver o processo denominado de “globalização” e nele se integrar, o Relatório do Banco Mundial sobre o Estado de 1997 previa ainda que os países que deixassem de se orientar por esse processo estariam assumindo o risco de experimentar algumas situações sociais e econômicas indesejáveis, ou, no mínimo, punitivas, no rateio das benesses que a globalização do capital vinha oferecendo aos que aceitassem integrar-se mundialmente naquele cenário, ou então pagariam por seus atos, em razão de que

O custo da falta de abertura será um aumento da diferença de padrões de vida entre os países que se integraram e os que ficaram de fora. Para elevar a renda, os países que estão defasados terão que adotar políticas adequadas e fortalecer a capacidade do Estado. A integração proporciona decisivo apoio a essas políticas – e aumenta seus benefícios –, mas não pode tomar o seu lugar. Nesse sentido, a globalização começa em casa. Mas as instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio têm um papel importante a desempenhar proporcionando aos países o incentivo para dar esse salto (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 13).

Mais recentemente, não abdicando dessas premissas prescritas aos países, mas ajustando o receituário sistêmico da globalização do capital, o Banco Mundial apresenta, no Relatório Anual de 2009, uma visão da crise econômica mundial de 2007/2008, destacando suas preocupações “humanitárias” globais, ao perceber que

O mundo está lidando com seu maior desafio econômico e financeiro desde a Segunda Guerra Mundial. O tumulto financeiro que teve início em 2007 estourou em uma intensa crise econômica em setembro de 2008, gerou uma crescente onda de desemprego e agora ameaça tornar-se um grande problema humanitário. Praticamente nenhum país escapou do impacto da crise crescente, cujos efeitos poderão ser sentidos até 2011 (BANCO MUNDIAL, 2009a, p. 12).

Marx poderia nos ajudar a compreender o novo nome dado ao processo de acumulação do capital – “carinhosamente” chamado de *tumulto* –, ao lembrar que o mundo é *redondo*, pois, ao explicar o desenvolvimento econômico capitalista, alertava os seus interlocutores de que

A tarefa histórica da sociedade burguesa é a criação de um MERCADO MUNDIAL, pelo menos nas suas grandes linhas, e de uma produção apoiada nas suas bases. Dado que o mundo é redondo [...] (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2008, p. 1).

Em outro documento recente do Banco Mundial (2009b), o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2010, que trata do desenvolvimento e da mudança climática, afirma que a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável continuam a ser as prioridades globais com as quais o Banco está preocupado, e manifesta isso aos Estados nacionais, admitindo que a situação social mundial é grave, ao considerar que

Um quarto da população dos países em desenvolvimento ainda vive com menos de US\$ 1,25 por dia. Um bilhão de pessoas carece de água potável; 1,6 bilhão de eletricidade; e 3 bilhões de saneamento adequado. Um quarto de todas as crianças dos países em desenvolvimento sofre de desnutrição. Abordar essas necessidades deve continuar a ser prioridade tanto dos países em desenvolvimento como da ajuda para o desenvolvimento – reconhecendo que o desenvolvimento se tornará mais difícil, e não mais fácil, com a mudança climática (BANCO MUNDIAL, 2009b, p. viii).

Apesar desse quadro social atual, o Relatório se mostra otimista com os avanços nessa direção produzidos nos últimos 30 anos. Segundo estatísticas apresentadas pelo Banco Mundial, o quadro era muito mais grave, mas nem por isso esse órgão deixa de ter preocupação *humanitária* renovada, ao afirmar que

[...] as necessidades continuam imensas, com o número de pessoas que sofrem de fome tendo passado a marca do bilhão este ano pela primeira vez na história [...]. Com tantas pessoas ainda vivendo na pobreza e com fome, o crescimento e o alívio da pobreza continuam a ser a principal prioridade dos países em desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2009b, p. 1).

Para minimizar a dimensão social e econômica da crise estrutural geral que inevitavelmente envolve a questão ecológica e climática, o Banco Mundial (2009b, p. xi) propõe investimentos globais na ordem de aproximadamente 500 bilhões de dólares anuais até 2030 na redução de poluentes e nas adaptações

climáticas mundiais. Calculando-se o volume geral total dessa despesa financeira global, essa despesa irá ficar em torno de 10 trilhões de dólares para as próximas duas décadas. Esses valores são nada pequenos, mas Mészáros (2009, p. 20-22), ao analisar a crise do capital mundial ocorrida em 2007/2008 e apresentar alguns números do processo de acumulação, destaca que o dinheiro aplicado no salvamento de bancos e empresas ultrapassava os 10 trilhões de dólares, a dívida americana atingia a marca de 10 trilhões de dólares e a dimensão da economia financeira e especulativa mundial girava em torno de 151 trilhões de dólares. A dimensão incalculável do processo de acumulação de capital, diga-se de passagem, é o principal responsável pela destruição ecológica e climática mundial,

Na realidade, é mesmo muito difícil compreender – quanto mais justificar, como fazem nossos políticos e banqueiros apologistas do capital – as somas astronômicas de especulação parasitária acumulada numa grandeza correspondente a 500 mil vezes a idade do universo (MÉSZÁROS, 2009, p. 22).

O receituário dos organismos internacionais e do Estado Brasileiro para as políticas econômicas e sociais nacionais

Aqui realizamos o exame das questões que consideramos fundamentais para a análise das políticas sociais em período recente da nossa história política e socioeconômica (1993-2010), entrelaçada que está no conjunto das circunstâncias e condições estruturais mundiais.

As questões analisadas foram organizadas a partir dos seguintes pontos: a) crise e reforma do Estado brasileiro; b) o receituário estrutural do Estado brasileiro para as políticas sociais e educacionais (1993-2010).

Essas questões foram analisadas tomando-se como referência os documentos e publicações do Banco Mundial, especialmente os que foram formulados para as políticas nacionais do Brasil.

As proposições e as condicionalidades apresentadas pelo Estado brasileiro estão contidas nos seguintes documentos oficiais: Plano Fernando Henrique Cardoso – Plano Real (1993); Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995); e Plano de Aceleração do Crescimento – PAC (BRASIL, 2007a). O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), aprovado pela Presidência da República em setembro de 1995, foi elaborado e desenvolvido pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado – MARE, sob a direção do então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira; foi discutido e aprovado pela Câmara da Reforma do Estado no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, finalmente, aprovado pelo presidente da República em novembro de 1995. O Plano de Aceleração do Crescimento – PAC (2007) foi criado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, assim como o Documento da CONAE 2010 – Conferência Nacional de Educação (BRASIL, 2010).

Crise e reforma do Estado brasileiro

O Plano Fernando Henrique Cardoso – Plano Real (1993), tornado público pelo ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso em 7 de dezembro de 1993, no Governo Itamar Franco, preconizava que

O estabelecimento em bases permanentes do equilíbrio fiscal e da estabilidade monetária requer mudanças profundas na forma de gestão do Estado brasileiro. Supõe definições claras sobre o tipo de Estado que desejamos ter e o encaminhamento das reformas estruturais decorrentes dessa opção. Choca-se, por isso mesmo, com atitudes arraigadas no setor público e na sociedade sobre o papel do Estado, especialmente sobre a concepção e a execução do gasto público (BRASIL, 1993, p. 115).

Não há nenhuma dúvida acerca da necessidade de controle estatal e da própria necessidade de dimensionar e reorganizar sistemicamente as funções do Estado brasileiro para gerar

estabilidade econômica e fluidez do mercado. Desse modo, a reforma do Estado contida no receituário do *Plano Diretor da Reforma do Estado* previa com clareza a dimensão da função do Estado no processo de acumulação do capital, ao considerar que,

Dada a crise do Estado e o irrealismo da proposta neoliberal do Estado mínimo, é necessário reconstruir o Estado, de forma que ele não apenas garanta a propriedade e os contratos, mas também exerça seu papel complementar ao mercado na coordenação da economia e na busca da redução das desigualdades sociais (BRASIL, 1995, p. 55-56).

Eis a avaliação do Banco Mundial, feita já em 1998, por ocasião de análise das políticas nacionais:

O governo continua comprometido fortemente com o Plano Real. É provável que políticas macroeconômicas e reformas estruturais mantenham a inflação baixa, reduzam o crescimento do endividamento do setor público e recolorem a conta corrente em um nível sustentável. A principal atenção está no **desempenho fiscal melhorado** nos níveis nacional e subnacional (estadual). Isso vai exigir redução de gastos e contenção da folha de pagamentos e ainda um uso melhor dos recursos, incluindo aí melhor contabilidade e auditoria (BANCO MUNDIAL, 1998, p. 105-106, grifo do autor).

O *Plano Real* era entendido como o suporte e pilar estruturante das políticas macroeconômicas e das reformas estruturais nos diversos setores sociais e de infraestrutura do País, tanto que o Banco Mundial reconhecia que

[...] o governo visa modernizar o Estado através de (i) privatização de outras atividades onde o setor privado tenha algum interesse; (ii) um papel efetivo do Estado na regulamentação das atividades econômicas; (iii) redefinição e redistribuição das funções do setor público entre os níveis nacional e subnacionais (estaduais), e (iv) implementação melhor de serviços descentralizados do Estado (buscando aumentar o

controle e a responsabilidade dos serviços do setor público e das finanças) (BANCO MUNDIAL, 1998, p. 106).

No conjunto das reformas estruturais consideradas viáveis, a questão do funcionalismo público aparece com destaque como estratégia.

A reforma do funcionalismo público é essencial para o êxito dos planos de modernização do Estado e o Banco apoia os esforços propostos para criar linhas de carreira. O financiamento de programas de cooperação técnica poderia contribuir para a criação de novos modelos para processos de gestão, estabelecimentos de qualificações para admissão, incentivos para trabalho de qualidade, sistemas de avaliação e promoção com base no desempenho (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 1998, p. 178, grifo do autor).

Uma questão central que aparece nesse quesito sobre o funcionalismo público é o processo de estabelecimento de controle de gestão, de avaliação e promoção com base no desempenho. Esse processo considera necessária, para supostamente avançar na qualidade e qualificação dos serviços públicos em todas as áreas, uma avaliação que considere o desempenho nas funções, produzindo uma avaliação por mérito e quantificável. Isso geraria um processo de estratificação cada vez maior nos tipos de funções e atividades nos diversos setores, além da desorganização dos acordos e planos coletivos de carreira e das condições de trabalho e salários.

Já o campo da reforma fiscal está centrado no controle da administração dos recursos tributários, na redução do desequilíbrio fiscal entre as esferas administrativas e no controle dos gastos sociais, envolvendo o pagamento das dívidas e a articulação dos chamados esforços de privatização, numa aliança cada vez mais próxima com os setores privados.

A área da reforma fiscal requer o apoio do Banco em três setores: a) aumento da receita mediante a modernização da

administração tributária, especialmente no âmbito estadual para complementar o programa governamental acima citado; b) redução do desequilíbrio fiscal causado pelas transferências de receita do Governo Federal aos governos estaduais e municipais mediante o estímulo ao esclarecimento das políticas que definem o nível de governo responsável pela prestação de serviços; c) apoio a ajustes fiscais, ajustando o governo a concentrar seus esforços e verbas em tarefas governamentais essenciais e apoio a novas formas de colaboração com o setor privado ou esforços de privatização (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 1998, p. 178, grifo do autor).

A dimensão de controle e de gestão do funcionalismo público se alia a outra questão considerada central para a chamada modernização do Estado: a da Previdência Social. O que vem embutido nessa preocupação com a Previdência Social é o avanço social da população, em termos do tempo de vida, e do controle econômico sobre parte da riqueza dos trabalhadores dos serviços públicos e privados que estão sob a guarda direta do Estado e dos fundos de pensão:

O banco, portanto, continuará atribuindo alta prioridade à modernização do Estado, com uma estratégia centrada na melhoria da eficiência e da transparência da gestão pública [...] dada a gravidade do problema e seu peso sobre o déficit fiscal, o banco procurará respaldar as iniciativas de reforma do sistema de previdência social em todos os níveis do governo. Nessa área, independentemente do processo político necessário (aprovação de novas reformas, emendas e leis), o banco pode contribuir significativamente para o fortalecimento dos aspectos de gestão do sistema de previdência social privado e público (contribuições e concessão de benefício), bem como para a definição de modelos previdenciários no âmbito subnacional e para a conformação e gestão dos fundos de aposentadorias e pensões (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2000, p. 223).

Esse processo converge com outras dimensões necessárias para as reformas estruturais e setoriais. Neste quesito, o controle e a gestão dos gastos sociais do Estado com as políticas sociais eram, declaradamente, centrais para a aplicação dos ajustes econômicos e sociais ao país, pois segundo o Banco, as

[...] *reformas estruturais a prazos mais longos* compreendem a reforma administrativa, a reforma da segurança social, a reforma tributária e a reforma do código fiscal (*Lei de Responsabilidade fiscal*), com benefícios fiscais que aumentariam com o passar do tempo. Uma vez que o ônus do juro é endógeno e o orçamento discricionário já foi bem enxugado, só as reformas do funcionalismo público e da segurança social poderão conseguir uma redução substancial sustentável dos gastos [...]. No mínimo, as reformas da segurança social deveriam evitar um aumento da parcela do PIB absorvida pelos gastos com benefícios da aposentadoria, e as reformas administrativas deveriam garantir um declínio sistemático da razão entre a conta dos salários do setor público e o PIB (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 293-294, grifo do autor).

Conjugada com essas questões nascia a reforma administrativa, que, na ótica dos organismos internacionais e dos governos nacionais, promoveria as reformas estruturais e setoriais fundantes do processo de gestão eficiente e de modernização dos Estados nacionais.

A *reforma administrativa* está quase completa. Ela irá estabelecer limites máximos na razão entre as despesas com pessoal e as receitas, irá permitir que os governos que excedam esses limites demitam unilateralmente o pessoal efetivo, permitirá aos governos fazer contratações sob o regime trabalhista do setor privado, que é mais flexível (o que também irá reduzir custos de aposentadorias), e permitirá demissões com base em desempenho insatisfatório (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 295).

Esse processo culminou, já em 2003, em uma avaliação promissora das reformas estruturais e da governabilidade e estabilidade econômica, as quais foram assim consideradas pelo Banco Mundial (2003, p. 43):

A estabilidade macroeconômica e a boa governabilidade formam a base para um Brasil justo, sustentável e competitivo. Esses fatores abrangem, em particular, uma política fiscal e monetária eficiente, reformas estruturais para diminuir a rigidez dos gastos, medidas para melhorar a qualidade das despesas, bem como reformas na gestão do setor público, processos decisórios transparentes e inclusivos, e um sistema judiciário eficaz. Uma maior integração comercial, que depende das iniciativas do Brasil e de seus parceiros comerciais, poderia reduzir a vulnerabilidade externa.

O “Plano de Aceleração do Crescimento – PAC (2007)”, de acordo com as fontes oficiais (BRASIL, 2007a), vai aplicar, em quatro anos, um total de investimentos em infraestrutura da ordem de R\$ 503,9 bilhões nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Este valor está dividido em R\$ 67,8 bilhões do orçamento do governo central e R\$ 436 bilhões provenientes das estatais federais e do setor privado. O PAC, de acordo com as proposições governamentais, prevê o seguinte:

É um Programa de Desenvolvimento que vai promover:
A aceleração do crescimento econômico;
O aumento do emprego; e
A melhoria das condições de vida da população brasileira (BRASIL, PAC, 2007b, f. 2).
O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a:
Incentivar o investimento privado; Aumentar o investimento público em infra-estrutura; e Remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento (BRASIL, 2007b, f. 2).

Essas medidas governamentais e estatais traduzem, sinteticamente, a convergência estrutural das reformas implementadas

nos últimos 18 anos, como ilustra a avaliação propositiva do PAC, em 2007.

Para crescer mais, de forma sustentável, é preciso aumentar a taxa de investimento da economia brasileira. Assim, o presidente Lula lança, neste início de seu segundo mandato, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As ações e metas do PAC estão organizadas em um amplo conjunto de investimentos em infra-estrutura e um grupo de medidas de incentivo e facilitação do investimento privado. O programa também prevê a melhora na qualidade do gasto público, com contenção do crescimento do gasto corrente e aperfeiçoamento da gestão pública, tanto no orçamento fiscal quanto no orçamento da previdência e seguridade social (BRASIL, 2007a, p. 3).

O receituário estrutural do Estado brasileiro para as políticas sociais e educacionais (1993-2010)

Convergente com o diagnóstico e o receituário para a crise social e a reforma do Estado, o receituário estrutural do Estado Brasileiro para as políticas sociais e educacionais persegue pilares estratégicos que deem sustentação às reformas implementadas nos diferentes governos desde 1993. Na implantação do *Plano Real*, o cenário que se vislumbrava tinha a seguinte previsão:

Vão longe os dias em que o Estado – como ainda o faz em diversos setores – tinha que monopolizar as atividades produtivas para criá-las e controlá-las, a fim de assegurar as condições do crescimento econômico (BRASIL, 1993, p. 125).

E, mais eufóricos com a “integração ao cenário globalizado”, a nova *moeda* nacional revestia-se de amplo poder.

Vale repetir: a moeda degradada que hoje temos está intimamente ligada ao *apartheid* social que vivemos no País. É uma moeda para o pobre, que não tem como se defender da inflação. A moeda do rico é a moeda indexada, que isola

do processo inflacionário e chancela transferências de renda em favor deste grupo. A moeda forte que este programa procurará introduzir eliminará essa dualidade e será um passo essencial para a construção de uma nação próspera e justa (BRASIL, 1993, p. 130).

Por isso estavam muito bem definidas a concepção de Estado e as funções estratégicas que ele deveria executar e coordenar em direção às reformas macroeconômicas que possibilitam fluidez ao capital nacional e internacional.

A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1995, p. 9).

O Estado é entendido como estratégico para a inserção internacional (globalização do capital) e obrigatório para cumprir com as próprias tarefas de casa (nacionais), tais como as reformas estruturais que envolviam o próprio Estado, a economia e as políticas sociais.

O grande desafio histórico que o País se dispõe a enfrentar é o de articular um novo modelo de desenvolvimento que possa trazer para o conjunto da sociedade brasileira a perspectiva de um futuro melhor. Um dos aspectos centrais desse esforço é o fortalecimento do Estado para que sejam eficazes a sua ação reguladora, no quadro de uma economia de mercado, bem como os serviços básicos que presta e as políticas de cunho social que precisa implementar (BRASIL, 1995, p. 9-10).

No cenário social e econômico posterior, os desdobramentos e encaminhamentos estratégicos e político-econômicos do governo do presidente Lula, ainda mais competentes, deixaram os tucanos longe em eficiência e gestão estatal e econômica, fortalecendo uma política dinamizadora em direção à ampliação das reformas estruturais e setoriais e distanciando-se do tucanato nos aspectos social-liberal e político e, em alguns aspectos, no econômico, ao produzir eficiente execução de reformas econômicas e sociais. Esse processo gerou tensão e uma situação social diferenciada da herança tucana, mas não totalmente rompida com ela, particularmente em alguns aspectos macroeconômicos. Talvez exatamente nesses aspectos macroeconômicos de fluidez do capital é que o governo do presidente Lula tenha sido muito mais eficiente e habilidoso que o seu antecessor. Não é por acaso que o governo do presidente Lula, ao tratar do PAC, revela que

A expansão do investimento em infra-estrutura é condição fundamental para a aceleração do desenvolvimento sustentável no Brasil. Dessa forma, o país poderá superar os gargalos da economia e estimular o aumento da produtividade e a diminuição das desigualdades regionais e sociais. Mais que um plano de expansão do investimento, o PAC quer introduzir um novo conceito de investimento em infra-estrutura no Brasil. Um conceito que faz das obras de infra-estrutura um instrumento de universalização dos benefícios econômicos e sociais para todas as regiões do país, para que elas sejam capazes de trazer riqueza a todos e não apenas lucro para poucos (BRASIL, 2007b, p. 15).

Articulada com os aspectos macroeconômicos da estratégia política do governo do presidente Lula está a estratégia social do governo. Nos propósitos do PAC, a justificativa social é a que sustenta a proposição das medidas que articulam a fluidez do mercado com as necessidades sociais da população.

O Brasil iniciou, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. Projeto que combina crescimento

econômico com distribuição de renda e proporciona a inclusão de milhões de brasileiros e brasileiras no mercado formal de trabalho e na sociedade de consumo de massa (BRASIL, 2007b, p. 2).

A crise social e econômica, gerenciada, desde 1993, em novos marcos de ajustamento estrutural e setorial, revelava as funções que Estado brasileiro assumia como deliberada atuação coordenada política e economicamente em direção ao conjunto de reformas nacionais a serem produzidas. É nesse cenário e contexto que os organismos internacionais previam um receituário articulado para as questões sociais, entre as quais a política educacional ocupava uma posição estratégica.

A estratégia seleciona uma **prioridade setorial de longo prazo** – educação básica – na assistência do BIRD. De acordo com essa estratégia, o Banco e o governo formariam uma parceria para atingir o objetivo estipulado pelo governo de assegurar a conclusão universal da educação básica até 2007. Esta prioridade setorial proposta resulta da compreensão – amplamente partilhada pelas autoridades – de que o progresso na educação é um requisito central para sustentar o crescimento a longo prazo assim como para aliviar a pobreza e reduzir a desigualdade de renda (BANCO MUNDIAL, 1998, p. 95, grifo do autor).

As políticas sociais são compreendidas como tarefas essenciais, desde que focalizadas no atendimento às necessidades sociais básicas e desde que fique muito bem definido a quem devam atender, priorizando a população pobre, principalmente aquela mais vulnerável e em situações de risco:

O eixo da estratégia do governo para reduzir as desigualdades e atenuar a pobreza é assegurar que os programas sociais atendam genuína e eficientemente as necessidades dos pobres e dos desempregados [...] cinco áreas: “**a) saúde e nutrição**, especialmente em programas orientados às crianças de tenra idade e às mães lactantes, programas de

merenda escolar e a distribuição de alimentos: **b) serviços urbanos**, com ênfase em água e esgotos e habitação de baixo custo; **c) desenvolvimento rural**, enfatizando programas de assentamentos no campo e apoio às famílias de agricultores; **d) emprego e renda**, com ênfase na capacitação da força de trabalho e no crédito às microempresas; e **e) proteção às crianças vulneráveis**, mediante apoio a creches, programas pré-escolares e programas para atender as necessidades dos “meninos de rua” e oferecer-lhes alternativas (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 1998, p. 173-174, grifo do autor).

O foco nos chamados patamares mínimos de visibilidade social condensa requisitos sociais básicos, ou seja, a medida da equidade social, da eficiência estatal e do gasto social deve centrar-se em mecanismos fiscais e distributivos que possam classificar a miserabilidade e as vulnerabilidades extremas. Isso tudo devia ocorrer para não prejudicar o bom andamento de uma política de livre escolha e de desenvolvimento vertiginoso dos indivíduos por meio do mercado.

Diante do desafio de implantar o programa de ajuste fiscal com equidade social, as questões de focalização do alvo e eficiência do gasto social, já presentes, adquirem renovada prioridade no enfoque estratégico do banco. Nesse sentido, o banco dará prioridade ao apoio a: (i) análise da *incidência distribucional do gasto*, bem como o desenvolvimento de sistemas de *focalização* que permitam dirigir melhor os recursos públicos para os grupos mais vulneráveis, com uma permanente consideração dos fatores de gênero e atendimento à infância e à terceira idade; (ii) implantação, melhoria e avaliação da rede de *proteção social* a fim de se promoverem as ações de maior impacto sobre o alívio da pobreza (iniciativas do tipo Bolsa Escola e Garantia de Renda Mínima, tendo os mais pobres como clientela alvo); e (iii) implantação e aprofundamento de *reformas* em andamento nos setores de educação, saúde, assistência social e desenvolvimento urbano e municipal, com o objetivo de

melhorar a eficiência, a equidade e qualidade dos serviços prestados aos cidadãos (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2000, p. 235, grifo do autor).

Cuidando de aspectos como eficiência, equidade e qualidade, o foco da política social deveria levar em conta, prioritariamente, a chamada *incidência distribucional do gasto* ancorado pela demanda da *focalização* da política social voltada aos desamparados e vulnerabilizados socialmente. Não há aqui nenhuma crença em políticas sociais amplamente universalizantes e na acessibilidade a direitos sociais coletivos isonômicos e amplamente ofertados pelo Estado. Tanto não há essa crença que as recomendações harmoniosas e elogiosas à administração central do país previam que

A reforma estrutural dos gastos sociais precisa continuar, com os seguintes direcionamentos: (i) conseguir maior eficiência na oferta de serviços e programas sociais; (ii) melhorar o direcionamento dos programas para população pobre; e (iii) reduzir a rigidez e o direcionamento no financiamento e no orçamento dos gastos sociais. A reforma dos gastos sociais fica complicada pela rigidez existente nas disposições constitucionais e legais, bem como nas fontes de recursos com alocações já previamente definidas. Clientelas específicas estão ligadas a cada item de linha de gastos a partir dos quais os recursos poderiam ser realocados para programas mais bem direcionados. Desta forma, o progresso na reforma dos gastos sociais constitui um processo gradual e deveria ser avaliado com base em parâmetros mais realistas (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 288).

Não por acaso, em avaliação do primeiro governo do presidente Lula, o Banco Mundial adiantava aspectos positivos e estratégicos que deveriam ser considerados para a efetivação de importantes reformas nacionais.

O progresso social é essencial para melhorar a qualidade de vida dos grupos menos favorecidos. A importância de

alcançar o progresso social a curto prazo, simultaneamente à estabilidade econômica, é ainda mais enfatizada pelas ambições, expectativas e esperança em relação a este governo. Uma rápida melhoria no bem-estar reuniria um maior apoio à responsabilidade econômica e às difíceis reformas, fortalecendo assim as bases para o crescimento econômico e o progresso social mais acelerado no futuro (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 30).

No campo da proposição e da avaliação das políticas sociais a política educacional aparece em destaque como estratégica para a redução da pobreza e da desigualdade social nos propósitos apresentados pelo Banco Mundial.

Apesar dos avanços recentes (e com avaliações incompletas dos efeitos dos programas de transferência de recursos), a sociedade brasileira ainda é uma das mais desiguais do mundo: um por cento da população recebe 10% da receita monetária total – a mesma parcela cabe aos 50% mais pobres. Análises mostram que a disparidade de renda no Brasil decorre basicamente do acesso desigual à educação e de uma grande valorização da mão de obra qualificada, aliados a um sistema previdenciário muito regressivo. Um Brasil mais justo fortalecerá o papel dos cidadãos e estimulará sua participação, especialmente dos mais pobres. Melhor qualidade e acesso mais equitativo à educação (inclusive no ensino médio e superior) são essenciais para reduzir a pobreza e a desigualdade. Contudo, os impactos positivos da reforma educacional levam tempo para se consolidar. Reformas nos programas de assistência social que incorporam transferências de recursos e um sistema previdenciário mais equitativo podem gerar resultados complementares mais rápidos e reduzir substancialmente a desigualdade (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 31).

Em documento intitulado “Estratégia de Parceria com o Brasil” (2008-2011), o Banco Mundial apresenta uma análise mais recente das reformas e das políticas econômicas e sociais

para o país. Nesse documento, as questões relacionadas com a política educacional adotada nos últimos anos são apresentadas novamente como uma prioridade, mas agora enfatizando aspectos como melhoria da qualidade, o desempenho e os resultados.

Na área de *educação*, apesar do avanço na expansão da cobertura, o Brasil deve enfrentar os desafios de melhorar a qualidade, o desempenho e os resultados – ou perderá as oportunidades de crescer e reduzir a pobreza. O País gasta 4,3% do PIB, em torno da média dos países latino-americanos e abaixo da média dos países da OCDE com educação, mas a despesa por estudante é baixa levando em conta a estrutura jovem da população, o grande montante de recursos dirigidos ao ensino superior e o alto nível de dispêndio com aposentadorias de professores. O sistema educacional apresenta a maior taxa de repetência na América Latina (20% dos alunos repetem de ano; o país mais próximo desse índice na região é a Guatemala, com uma taxa de repetência de 14%) e um baixo aproveitamento – a população com menos de 15 anos de idade possui apenas 4,8 anos de escolaridade. A situação é pior para os pobres, que entram mais tarde no sistema, saem antes do tempo e repetem mais de ano. Com 15 anos, os jovens pobres concluíram menos três anos de formação escolar do que os não pobres. A qualidade do ensino é uma questão importante: mais da metade dos jovens de 15 anos no Brasil são analfabetos funcionais e quase 80% apresentam mau desempenho em conhecimentos básicos de aritmética. A situação é ainda mais calamitosa considerando que essas avaliações não incluem as pessoas que estão fora da escola. Nesse contexto, os principais desafios para a educação e a capacitação abrangem: (a) melhorar a qualidade dos gastos e a oferta de serviços em um contexto descentralizado, para aumentar o retorno dos investimentos no setor; (b) fortalecer a prestação de contas e o desempenho; (c) reduzir a taxa de repetência e as distorções de série; e (d) tornar o ambiente propício aos negócios para estimular a participação privada em pesquisa e desenvolvimento, aumentando ao mesmo tempo

a eficácia do investimento público nessa área (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 54, grifo do autor).

O diagnóstico sobre a situação educacional brasileira não é um dos melhores no cenário mundial e a questão central está vinculada com os propósitos para resolvê-la. O eixo norteador do receituário para a crise educacional apresenta o rendimento escolar em escalas de avaliação por meio de instrumentos gerais de controle do desempenho dos alunos, das disciplinas em determinados conteúdos e dos professores e gestores, além da indução para mecanismos privados de mediação direta para a execução e gestão da política educacional. O modelo definido para o processo de gestão das políticas educacionais foi o dos Estados Unidos da América, recentemente criticado por um dos seus próprios criadores e mentores intelectuais, Diane Ravitch, ex-secretária-adjunta de Educação dos EUA.

O que se pode aprender da reforma educacional americana?

A reforma americana continua na direção errada. A administração do presidente Obama continua aceitando a abordagem punitiva que começamos no governo Bush. Privatizações de escolas afetam negativamente o sistema público de ensino, com poucos avanços de maneira geral. E a responsabilização dos professores está sendo usada de maneira a destruí-los.

Quais são os conceitos que devem ser mantidos e quais devem ser revistos?

A lição mais importante que podemos tirar do que foi feito nos Estados Unidos é que o foco deve ser sempre em melhorar a educação e não simplesmente aumentar as pontuações nas provas de avaliação. Ficou claro para nós que elas não são necessariamente a mesma coisa. Precisamos de jovens que estudaram história, ciência, geografia, matemática, leitura, mas o que estamos formando é uma geração que aprendeu a responder testes de múltipla escolha. Para ter uma boa educação, precisamos saber o que é uma boa educação. E é muito mais que saber fazer uma prova. Precisamos nos preocupar com as necessidades dos estudantes, para que eles aproveitem a educação (RAVITCH, 2010, p. 1, grifos no original).

Há poucos meses, entre os dias 28 de março e 1º de abril de 2010, foi realizada a “Conferência Nacional de Educação” – CONAE 2010, ocasião em que foram apresentadas algumas proposições defendidas como fundamentais para a gestão da política educacional nacional.

A primeira questão se refere ao diagnóstico da situação educacional brasileira. Apontando alguns dos grandes problemas educacionais brasileiros, o documento da CONAE destacou que

- [...] um país com frágeis **políticas sociais**, o que lhe imprimiu dois traços marcantes: uma das maiores desigualdades sociais em convívio com uma das mais altas concentrações de renda do mundo. Com 50% de uma população de 192.847 milhões de pessoas em situação de pobreza, é fácil constatar sua condição de país injusto por excelência. Além disso, relatório do IBGE (PNAD, 2003) indica que, dos/das trabalhadores/as brasileiros/as com mais de 10 anos, 68% recebem até dois salários mínimos [...] (BRASIL, 2010, p. 19, grifos no original).

O quadro social apresentado como preocupação da CONAE revela a gravidade da situação social brasileira e, conseqüentemente, a da política educacional, que deveria atender efetivamente o conjunto da população. As condições educacionais da população são precárias, como é precário o conjunto das políticas sociais. Os dados apresentados pela CONAE dão conta de baixa escolaridade da população brasileira, demonstrando o crônico processo de deterioração educacional:

- [...]. Basta identificar que, da população com mais de sete anos, 11,2% é analfabeto/a, dos/das quais aproximadamente 2,5 milhões estão na faixa de escolaridade obrigatória (7 a 14 anos). Dentre os/as maiores de dez anos, 11,2% não têm escolaridade ou estiveram na escola pelo período de até um ano; 27,5% têm até três anos de escolaridade; e mais de 2/3 da população (60, 4%) não possuem o ensino fundamental completo, tendo, no máximo, sete anos de escolaridade [...] (BRASIL, 2010, p. 19).

A situação educacional vai apresentando graves situações em todos os níveis e modalidades de acesso escolar.

- Os dados da educação brasileira evidenciam que ainda há cerca de 14 milhões de pessoas analfabetas; as taxas de analfabetismo da área rural são, em média, quase três vezes maiores que as da área urbana; em 2005, a taxa de escolarização líquida de crianças de seis anos era de 62,9%; a taxa de frequência à escola da população de quatro a seis anos era de 77,6%; em 2008 (PNAD), a taxa de escolarização das crianças de sete a 14 anos atingiu a quase universalização, com atendimento de 97%; quanto maior o nível de rendimento familiar *per capita*, maior a taxa de escolarização de crianças de quatro a seis anos de idade; cerca de 80% das pessoas de 15 a 17 anos estudam e apenas pouco mais de 30% dos 18 a 24 anos, sendo que, destes, 71% ainda estavam no ensino fundamental ou médio; defasagem idade-série continua sendo um dos grandes problemas da educação básica; é baixa a média de anos de estudo da população brasileira, que gira em torno de seis anos de escolarização; em 2005, a taxa de *escolarização líquida* no ensino médio era de 45,3% (BRASIL, 2010, p. 64-65, grifo do autor).

Esses dados dão uma dimensão da gravidade da situação educacional brasileira. Desde longa data as políticas educacionais adotadas apresentam soluções das mais variadas para as mesmas questões estruturais que envolvem o planejamento e a gestão das políticas educacionais. A lenta resolução de problemas educacionais como o analfabetismo, o difícil acesso a níveis regulares de escolarização da população em idade correspondente e o difícil acesso e permanência em níveis de escolarização média e superior, embora tenham melhorado em comparação com décadas anteriores, não sustentam a necessidade social do conjunto da população como direito ao acesso à educação em todos os níveis.

Alguns elementos centrais que norteiam prováveis soluções imediatas recaem nas condicionalidades estruturais econômicas e políticas. Historicamente, se tomadas como referência as últimas duas décadas, ver-se-á que as metas planejadas como exigências

legais e políticas estabelecidas na Constituição de 1988, na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, no Plano Nacional de Educação – 2001 e agora, recentemente, pela CONAE 2010, foram apenas relativamente atendidas pelas políticas estatais. O Estado brasileiro protelou, intencionalmente, muitas das metas planejadas. Uma questão central que abarca condicionantes fundamentais para o alargamento e efetivo cumprimento das metas legais e políticas governamentais é a questão da política nacional de financiamento da educação. As novas metas da CONAE 2010 apenas repõem a questão em uma nova propositura, como podemos observar:

- Ampliar o investimento em educação pública em relação ao PIB, na proporção de, no mínimo, 1% ao ano, de forma a atingir, no mínimo, 7% do PIB até 2011 e, no mínimo, 10% do PIB até 2014, respeitando a vinculação de receitas à educação definidas e incluindo, de forma adequada, todos os tributos (impostos, taxas e contribuições (BRASIL, 2010, p. 110).

A questão do enfrentamento dos grandes problemas educacionais nacionais passa, necessária e efetivamente, pela questão do financiamento da educação. Amplos setores sociais e educacionais, desde a propositura, no início da década de 1990, de um plano nacional de educação que culminou com a proposta de um plano oficial que desconsidera históricas reivindicações desses movimentos sociais e educacionais, já previam a necessidade de aplicação de 10% do PIB no financiamento da educação (SAVIANI, 2008).

Protelou-se intencionalmente, no governo FHC, a ampliação dos recursos educacionais em relação ao PIB (produto Interno Bruto) e continuou, intencionalmente, protelada pelo governo LULA. Não há saída possível para a ampliação das condições educacionais da população brasileira sem que haja efetivo aumento dos percentuais do PIB aplicados na educação em todos os níveis. Isso obriga o Estado brasileiro a mexer no rateio das riquezas socialmente produzidas pela Nação, o que significa, como afirmam as proposições da CONAE 2010, que

o Estado deve sair do plano das metas para o da execução das políticas educacionais:

Deve-se destinar cinquenta por cento (50%) dos créditos advindos do pagamento de **royalties** decorrentes de atividades de produção energética (extração, tratamento, armazenagem e refinamento de hidrocarbonetos) à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) (BRASIL, 2010, p. 118, grifo do autor).

Essa questão central envolve a repartição da riqueza nacional produzida. Nesse sentido, as novas fontes de riqueza, ampliadas com a exploração de novas fontes naturais de recursos energéticos, estão na ordem do dia. Essa questão também é significativa e a CONAE 2010 assim se expressa sobre ela:

Como outra nova e importante fonte de recursos para a área educacional, os valores financeiros que compõem o Fundo Social advindos da exploração da **camada pré-sal** devem ter uma destinação na ordem de 50% de suas receitas para a educação, tendo, desse modo, vinculação imediata ao orçamento do MEC, ou seja, não devem passar por deliberação do Comitê Gestor do Fundo Social [...] (BRASIL, 2010, p. 118-119, grifos no original).

De fato, a repartição da riqueza nacional produzida em direção de políticas sociais amplas e capazes de ampliar efetivamente o financiamento educacional é uma das políticas centrais que o Estado deveria promover. Somente com a correlação de forças sociais, especialmente ao lado dos setores amplamente desprovidos da maioria desses recursos e dos amplos setores sociais e de trabalhadores, é que se poderão mobilizar forças na direção da ampliação efetiva desses recursos para políticas sociais.

Considerações finais

Compreende-se a política social, particularmente a política educacional nacional, em todos os seus aspectos de planejamento,

de gestão e de abrangência, como parte do conjunto das políticas econômicas e sociais. Desse modo, não é possível desvincular o planejamento e a gestão da política educacional do conjunto das políticas sociais adotadas pelo país em cada momento e em cada contexto social e político determinado. Além disso, a dimensão econômica é central na definição, no planejamento e na gestão de toda a política social, a qual foi definida em um cenário de contraditórias disputas e de contraditórios enfrentamentos sociais e econômicos nacionais e internacionais.

Os dados apresentados por Aquino sobre a situação juvenil brasileira dão um quadro da gravidade da situação nacional dos adolescentes e dos jovens.

Dados da Projeção Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Revisão 2008 apontam que, em 2007, os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 50,2 milhões de pessoas, o que correspondia a 26,4% da população total. Este contingente é 45,9% maior do que aquele de 1980, quando havia no país 34,4 milhões de jovens; no entanto, ainda é menor do que os 51,3 milhões projetados para 2010. As projeções indicam, porém, que, a partir daí, a tendência de crescimento da população jovem deverá se reverter, havendo redução progressiva no número absoluto de jovens no Brasil, que chegará a 2050 em torno de 49,5 milhões (AQUINO, 2009, p. 29-30).

Em termos gerais, metade da população jovem do país se encontra fora da escola e a mesma proporção está sem qualquer tipo de emprego. Não é possível estabelecer, no campo educacional, nenhuma política social viável e efetiva se não houver uma ampla reversão social e econômica desse quadro; e essas questões são, social e politicamente, mais amplas ao estarem fortemente condicionadas pelos desdobramentos econômicos mediatos e sociais da repartição da riqueza geral e da riqueza retida pelo Estado brasileiro na forma orçamentária. Alguns dados gerais sobre a concentração de renda e riqueza no país podem dar uma dimensão dessa questão. Quanto à dimensão do quadro de contração da riqueza, podemos observar os seguintes dados:

A enorme disparidade distributiva brasileira coloca nosso país numa das piores posições do *ranking* mundial. Segundo as Nações Unidas, apenas oito países têm Índice de Gini pior do que o Brasil. O número de pobres no Brasil ainda é muito elevado, apesar da redução recente devido às políticas de transferência às famílias de baixa renda. Em 2008, 17% dos domicílios brasileiros viviam em situação de pobreza e 6% em situação de indigência. Apesar da tímida melhoria ao longo do tempo, [...] a situação distribuição de renda no Brasil é bastante aguda. Em 2008, 12,3% da renda era apropriada pelos 1% mais ricos da população. Os 40% mais pobres detinham 17,6% e os 10% mais pobres, apenas 1,1%.

A concentração de renda no Brasil é tão aguda que em 2008 uma pesquisa realizada pela consultoria BCG – *Boston Consulting Group* em diversos países dos cinco continentes aponta o Brasil como sendo o país cujo número de milionários cresce mais rapidamente no mundo. A pesquisa classifica como milionários os indivíduos que têm investidos no mercado financeiro pelo menos US\$ 1 milhão. Em 2006, o Brasil tinha 130 mil cidadãos nesta categoria e em 2008 somavam 220 mil, um crescimento de aproximadamente 70%. Este grupo restrito de brasileiros, cuja participação é de cerca de 0,1% da população total, detinha um total de US\$ 1,2 trilhão em aplicações financeiras. Certamente o poder aquisitivo desta faixa da população é elevado o suficiente para também acumular outros investimentos patrimoniais, como imóveis, bens de luxo, coleções, etc. (SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2010, p. 3-4).

Quanto à dimensão de parte direta da riqueza nacional produzida na forma orçamentária sob controle imediato do Estado brasileiro, constata-se a perversa distribuição da fatia dessa riqueza para o financiamento das políticas sociais. Ademais, essa questão envolve enfrentamentos políticos, ideológicos e econômico-sociais imensos, tanto no processo de disputa das políticas em âmbito estatal como na dimensão socioeconômica da sociedade brasileira. Cardoso Jr e Castro, em estudo sobre a economia das

finanças públicas, ao avaliarem as condições estruturais e estatais no período de 1995 a 2002, revelavam:

[...] se conclui que é pequeno o potencial de combate às desigualdades a partir da estrutura tributária nacional atualmente existente, já que o princípio do autofinanciamento da política social está nela enraizado. Uma forma de ver isso é lembrar que praticamente dois terços de todo o gasto social está vinculado a contribuições sociais feitas sobre a folha de salários. Ou seja, tendo em conta que o principal componente do GSF é representado pelo gasto previdenciário, tem-se que, em sua maior parte, ele é financiado pelos próprios beneficiários, sendo o restante indireta e desproporcionalmente financiado pelas camadas mais pobres da população, através dos tributos que incidem sobre o consumo. Tomando por base, portanto, a regressividade da estrutura tributária, mais o fato de a maior parte dos impostos e contribuições devidos por empregadores ser repassada aos preços, conclui-se que as classes que vivem do trabalho (e, dentre essas, as mais pobres) são as que, em verdade, financiam a maior parte dos gastos sociais no Brasil (CARDOSO JÚNIOR; CASTRO, 2006, p. 170).

Dados comparativos que abarcam o período recente identificam um quadro não menos perverso do ponto de vista das condições estatais e econômicas para a execução das políticas sociais nacionais.

Ao longo do período 1999-2002, o aumento do GSF arrefeceu. Em valores totais, o GSF passou de R\$ 220,4 bilhões para R\$ 261,2 bilhões, o que significou uma variação média anual de 5,0%. Em valores *per capita*, o GSF foi de R\$ 1.306,05 para R\$ 1.480,80, com uma variação de 3,4% a.a. Esse arrefecimento explica-se pela instabilidade macroeconômica do período, resultante da crise da política de estabilização monetária vigente. Essa crise aumentou o gasto financeiro no conjunto de despesas do Estado, diminuindo as possibilidades de expansão do gasto social. Dessa forma, a participação deste último no PIB aumentou de forma modesta, entre 1999 e 2002.

No período 2003-2005, o GSF voltou a crescer a um ritmo mais acelerado: 6,2% médios anuais, passando de R\$ 263,8 bilhões para R\$ 312,4 bilhões. Em termos *per capita* também ocorreu um crescimento de 4,7% a cada ano, passando de R\$ 1.473,86 em 2003 para R\$ 1.696,13 em 2005. Apesar disso, não se verificou aí um movimento idêntico ao de 1995-1998, quando a área social ganhou maior “importância” diante da macroeconomia. A participação do gasto social no PIB do país cresceu de modo menos expressivo (de 12,95% para 13,82%). A explicação estaria na manutenção, pelo governo, da “essência” da política de estabilização herdada do final do período 1999-2002. Ao provocar um maior crescimento do gasto financeiro, tal política reduziu as chances de ampliação substancial do gasto social – que, não obstante, até conseguiu se expandir em certas áreas (como a assistência – que passou a proteger um contingente maior da população brasileira), mas não em todas as áreas da política social (AMORIM; CAMPOS; GARCIA, 2008, p. 156).

A estrutura social e econômica hegemônica nacional determina uma repartição da riqueza socialmente produzida no país não diferente da definição do financiamento das políticas sociais nacionais, o que é demonstrado inclusive pelo controle tributário nacional sobre a produção e a riqueza. Por isso,

[...] é preciso mencionar a baixa utilização que se faz do patrimônio como base de composição da carga tributária nacional. Nunca mais que 1% do PIB [...] foi arrecadado no período em nome das diversas formas de propriedade existentes, a despeito do caráter potencialmente progressivo dessa base de incidência (CARDOSO JÚNIOR; CASTRO, 2006, p. 163).

Os dados apresentados em diversos estudos já mencionados revelam e comprovam que os trabalhadores são efetivamente os que pagam suas próprias políticas sociais, mesmo que reduzidas e limitadas na esfera da execução estatal. Os ricos e os proprietários não pagam as políticas sociais, não oferecem significativa contribuição aos recursos orçamentários do Estado

para o estabelecimento das políticas sociais, mas efetivamente participam de sua repartição desigual e perversa em nível nacional. Como podemos verificar em dados recentes, esta situação não mudou.

O sistema tributário brasileiro não alcança apropriadamente o conceito de fortuna ou patrimônio. Muitos bens e direitos, adquiridos em razão direta do crescimento da renda, ficam excluídos da tributação (SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2010, p. 18).

O quadro social e econômico não é paralisante, mas é decididamente perverso e contraditório, porque centrado em parâmetros socioeconômicos desiguais. Também não pode ser paralisante de forças sociais que se movem em direção oposta a tudo isso. Esse quadro, mais do que lucidez, exige compreender que, socialmente, este não é o melhor caminho a ser adotado. Mudar é possível e necessário para uma construção coletiva de todos os despossuídos das riquezas que produzem, as quais estão concentradas nas mãos de poucos!

5. ASPECTOS FUNCIONAIS E IDEOLÓGICOS DAS ORIENTAÇÕES DO BANCO MUNDIAL PARA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Introdução

Neste capítulo⁸ examinamos alguns aspectos das orientações funcionais e ideológicas, em especial, do Banco Mundial – BM (2017a, 2017b, 2018a, 2018b, 2018c, 2019) a fim de compreender as proposições para a política de educação profissional e o trabalho juvenil no Brasil. As orientações e reflexões, com ênfase, para as desenvolvidas sobre trabalho e a educação dos jovens diante do contexto socioeconômico mundial e das suas implicações para o quadro juvenil brasileiro, foram tomadas de alguns relatórios do BM. O escopo toma como referência analítica alguns relatórios do BM e centra o estudo em alguns aspectos da dinâmica do processo de especulação financeira na forma de endividamento e suas condicionalidades como um processo de criação de antivalor (HARVEY, 2018), a concepção sobre o processo capitalista de alienação que estabelece o *tempo de trabalho necessário* e a concepção sobre o *tempo disponível* (MÉSZÁROS, 2008, p. 97-98). Essas referências analíticas foram tomadas como contradições e mediações fundamentais do processo de reprodução social e sustentam as categorias orientadoras da análise da temática. Na continuidade da análise, diante dos processos socioeconômicos e ideológicos revelados, tratamos de alguns aspectos funcionais e

8 A análise (*inédita*) aqui desenvolvida é parte de relatórios de estudos desenvolvidos em pesquisas vinculadas ao GEPPES – Grupo de Estudos e Pesquisas em política Educacional e Social, e ao PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

ideológicos para a política de educação profissional e a situação da juventude brasileira. Na primeira parte analisamos aspectos referentes aos pressupostos orientadores do BM; na segunda, examinamos as implicações dessas orientações para a política de educação profissional no Brasil; e, na terceira, apresentamos algumas considerações inacabadas.

A miséria da ideologia do Banco Mundial

Toda vez que me debruço sobre as orientações e os relatórios do Banco Mundial e de alguns outros organismos internacionais, sinto que o discurso ideológico é profundamente cínico dos que se sentem acima dos seres mortais. Mas particularmente num primeiro momento quase fico eufórico ao ver os propósitos do Banco Mundial em seus relatórios, estudos e informes (BANCO MUNDIAL, 2017a, 2017b, 2018a, 2018b, 2018c, 2019) ao afirmarem sempre com conscienciosa prudência que, em primeiro lugar, está a preocupação com a vida dos mortais habitantes da terra.

Nesses poucos momentos quase fico com um gesto pensativo em ver uma fresta de humanidade que vai aos poucos se apagando, até tornar-se a manifestação de uma ironia sagaz dos que especulam e *matam* sem usar explicitamente armas, mas apenas a especulação, a espoliação, a exploração e a rapinagem especulativa e financeira. Minha crença ficava cada vez mais cética conforme lia com ânsia intelectual seus diagnósticos, estratégias e estudos sobre a vida, a economia e as condições de existência da humanidade. Muito mais ainda, quando se referia aos seres humanos e a sua condição para viver, trabalhar, estudar e sermos seres que ao estarem vivos almejam condições minimamente viáveis para viver e ser felizes, enquanto a terra não se torna plana (como num cenário devastado) pela poeira da destruição econômica, socioambiental e militar.

Quase sempre ao ler esses documentos, tem-se aquela impressão, que não passa de uma percepção ingênua, de que quase não parece um banco que articula e pensa primeiro em como controlar economicamente a vida de milhões de pessoas e ocultar, que não visa oxigenar a especulação e aumentar os lucros

das grandes empresas e corporações nacionais e internacionais, enquanto a miséria de bilhões de seres humanos é tratada só como um detalhe da geografia mundana de seres infelizes, que não sabem fazer suas escolhas certas e mais ainda com o perigo de *caírem nas beiradas da terra* que defendem como *plana* e morrerem por não terem a esperteza de fugir das suas bordas abismais. Dizem com penúria cínica: “pobres miseráveis acreditavam que a terra era redonda, mas nunca conseguiram chegar ao topo, porque erram fracos e não sabiam que a terra era plana”. Como bem caracterizou Balzac em sua irônica crítica aos homens honestos, as novas nuances dos senhores dos dinheiros, podem bem ser inovadoras estaticamente, basta ver como agem os mais espertos financistas do mundo hoje. Vejamos a irônica crítica:

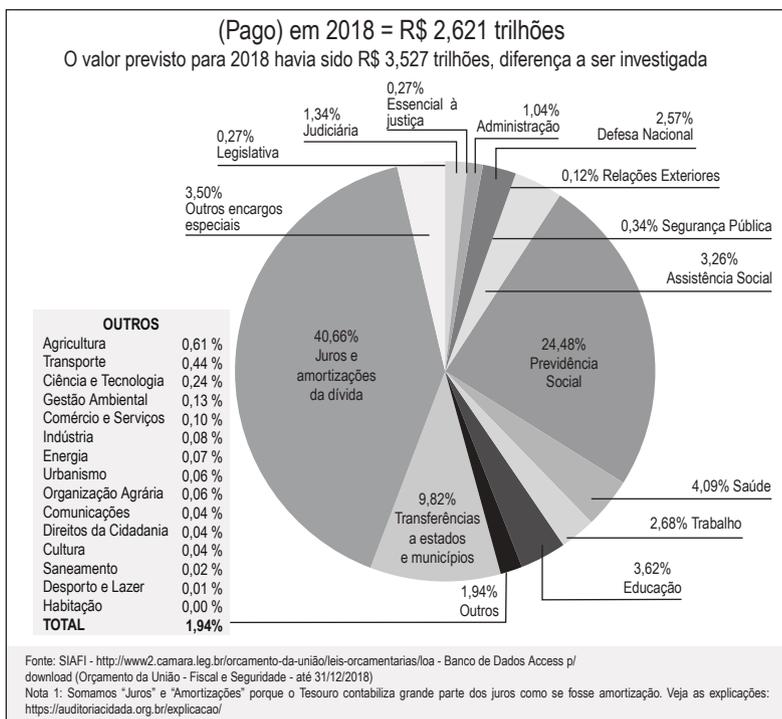
O roubo em questão é uma ação através da qual um objeto passa de uma mão à outra, sem esforço, sem arrombamento, mediante apenas um pouco de habilidade. Às vezes, para efetivar esse roubo, é preciso ter ideias novas e criativas (BALZAC, 2015, p. 30).

O *processo especulativo/destrutivo* financeiro é secular, ultrapassa tempos e fronteiras (BALZAC, 2015; HARVEY, 2016, 2018; MARX, 2012; MÉSZÁROS, 2002, 2008, 2014; FATTORELLI, 2013). Os processos *especulativos/destrutivos* mais sagazes e certos sempre foram os praticados pelo sistema financeiro (personificados pelos banqueiros/financistas), que tem na especialização a qualidade em especular, espoliar e ao final passar por bons emprestadores de dinheiro aos que precisavam ou aos que precisam manter-se endividados com eles de uma forma quase eterna. Por isso, o sistema corrupto da dívida não funciona plenamente sem um conjunto de instituições financeiras estatais, privadas e multilaterais e bilaterais, pois,

[...] funciona como um conjunto de engrenagens e tem propiciado as imposições dos organismos financeiros internacionais que submetem os países devedores a planos de ajuste fiscal e anti-reformas, baseadas em cortes de direitos sociais para priorizar o pagamento de dívidas públicas. Ademais,

tais organismos impõem diversas medidas que beneficiam o setor financeiro, principalmente por intermédio da transformação de dívidas privadas em públicas, ocasionando ainda mais sacrifícios sociais e a perpetuação das dívidas (FATTORELLI, 2013, p. 3).

Não precisam sacar nenhum tipo de arma letal visível, mas, *matam* mais do que as guerras dirigidas e financiadas por eles. Tomando como referência o processo de endividamento brasileiro, e de acordo com dados disponibilizados pela Auditoria Cidadã da Dívida – ACD, coordenada pela Maria Lucia Fattorelli (2019, 2020), o endividamento apresenta crescimento astronômico, com fortes características de procedimentos ilegais e ilegítimos em vários aspectos de sua composição. De acordo com dados da ACD (2019, 2020), o endividamento público/privado brasileiro, composto da dívida pública federal em 2017 foram pagos, em juros e amortizações pouco mais de 986 bilhões de reais e em 2018 foram pagos, até 31 de dezembro de 2018, o montante de pouco mais de um trilhão de reais, o equivalente a 2,9 bilhões de reais por dia. O montante da dívida interna federal, em dezembro de 2018, atingiu 5 trilhões e 523 bilhões de reais e a dívida externa total atingiu 556 bilhões e 326 milhões de dólares. Já, a Figura 1, mostra o volume do pagamento da dívida e o gasto federal executado em 2018. Somente no tocante aos juros e amortização da dívida, em 2018, o valor alcançou pouco mais de 1 trilhão de reais, como podemos observar. O contraste disso tudo fica para os recursos investidos em políticas sociais, que são fortemente reduzidos.

Figura 1 – Orçamento Federal executado em 2018

Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida, 2019.

Pois nem sempre tudo é obra de solidariedade voluntária e prestimosa, antes um pouco, mais que tudo, é manejar o dinheiro no circuito de não produzir quase nada de valor, e sim mais dinheiro como valor especulativo de mais dinheiro do dinheiro, ou seja, valor fictício e mais-valor nunca. E o botãozinho para isso se chama juros, mais juros, juros sobre o juro do capital financiado que acaba se tornando a isca do processo de financeirização compulsiva, predatória e destrutiva, um verdadeiro roubo consentido e legalizado ilegitimamente com a anuência das organizações estatais e institucionais. Como afirma Harvey (2018), o empréstimo, financiamento, endividamento nesses termos, significa antecipar o comprometimento do futuro e produzir um processo de antivalor. Por isso,

[...] O setor financeiro é o principal ator e beneficiário do Sistema da Dívida e sua atuação está marcada pela utilização de uma série de estratégias fraudulentas, que têm viabilizado um grande esquema de dominação mundial. [...]. Experiências da Auditoria Cidadã vêm revelando que a maior parte da dívida pública não foi gerada pelo efetivo ingresso de recursos, mas, sim, pela utilização de uma série de mecanismos, condições viciadas e medidas impostas por organismos internacionais [...] (FATTORELLI, 2013, p. 4).

Como podemos verificar, em dados de 2019, publicados pela Auditoria Cidadã da Dívida⁹, os gastos com juros e amortização da dívida federal atingiu 1,038 trilhão, o processo de endividamento e a comparação com os gastos com as políticas e direitos sociais demonstram as prioridades dirigidas aos interesses de acumulação dos setores econômico-financeiros.

Como ensinava Marx (2012) e ensina Harvey (2016, 2018) é criar dinheiro sem criar valor algum, é a verdadeira oligarquia financeira: de algum modo sempre o valor real das coisas produzidas são devastados e sugados pelos juros, pela espoliação, exploração e pela especulação. A vida real, o valor e o uso das coisas e as necessidades humanas são pouco ou nada do que coisas reais e pouco valem. Só valem muito quando entram no circuito do dinheiro.

Assim, o caridoso Banco Mundial cuida de emprestar dinheiro, principalmente para os estados nacionais nas suas diferentes esferas administrativas e jurídicas (governo central, estados e municípios) e induzir sistematicamente o processo de reformas sociais e econômicas, também denominadas de ajustes estruturais e setoriais (LEHER, 1998; FONSECA, 2001; NOGUEIRA, 1999; ALBA, 2019; ABRANTES, 2019; SILVA, 2002). Esses são os seus clientes prioritários. Mas, além do circuito de criar mais dinheiro do dinheiro emprestado a juros compostos sobre juros, o Banco Mundial também é um agente orgânico, articulado e ardiloso dos interesses financeiros, ideológicos e de controle

9 Ver, dentre outros, dados e documentos sobre o endividamento, orçamento público e gastos sociais disponíveis em Auditoria Cidadã da Dívida: <https://auditoriacidadada.org.br/>

institucional e social das sociedades e organizações estatais. Participa organicamente, por vários mecanismos de assessorias e controles de projetos de reformas, induzindo, estabelecendo normativas de controle e assessorando intencionalmente os agentes públicos e privados na condução dos objetivos e estratégias orientadoras e condutoras das reformas, com especial relação de cumplicidade carnal com os banqueiros e financistas.

Além disso, seus destacados e ilustres representantes costumam assumir elevados postos que cuidam das finanças do estado. Os financistas possuem um coração bem apurado, seus batimentos são calculados, mais ou menos assim: dinheiro, juros, mais dinheiro, juros... Por isso afirma Harvey que o processo de endividamento é a apropriação antecipada do futuro, ou seja, funciona como um mecanismo de criação do antivalor, pois

[...] a dívida é uma reivindicação sobre a futura produção de valor que só pode ser efetivamente resgatada pela produção de valor. Se a futura produção de valor for insuficiente para resgatar a dívida, há uma crise. Colisões entre valor e antivalor provocam crises monetárias e financeiras periódicas. Ao longo prazo, o capital tem de enfrentar reivindicações cada vez maiores sobre os valores futuros para resgatar o antivalor que se acumula na economia da dívida e do sistema de crédito. Ao invés de uma acumulação de valores e de riqueza, o capital produz uma acumulação de dívidas que precisam ser resgatadas. O futuro da produção de valor é comprometido (HARVEY, 2018, p. 86).

Esse processo entre valor e antivalor está entrelaçado e envolve diretamente o processo de exploração da força de trabalho como condição inerente ao seu desenvolvimento. Por isso,

O capital cria espaços para políticas de oposição enquanto circula e se expande. Mobilizando a força da arte, da ciência e da tecnologia, o capital, a despeito de si próprio, cria uma oposição entre a regra do valor como tempo de trabalho socialmente necessário e o tempo de trabalho disponível ou “tempo de não trabalho” (HARVEY, 2018, p. 95).

Esse processo é o eixo fundamental da divisão internacional do trabalho na sociedade capitalista e o elemento fundante do processo socioeconômico, apresentando mediações, contradições e características peculiares e particulares para a compreensão do processo social,

[...] porque a instituição do *tempo disponível* como o novo princípio orientador e operacional do processo de reprodução societária exige uma adesão *consciente* a ele. Isso se opõe totalmente à tirania do *tempo de trabalho necessário* que domina a sociedade na forma de *compulsão econômica geral* [...].
[...] o *sujeito social* capaz de regular o processo de trabalho com base no *tempo disponível* só pode ser a *força conscientemente combinada da multiplicidade de indivíduos sociais*: os “produtores livremente associados”, como habitualmente denominados [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 99-100).

A questão do valor e do antivalor, bem como tempo de trabalho socialmente necessário e o tempo disponível são ingredientes fundamentais do processo de reprodução e acumulação capitalista. Os organismos internacionais trabalham para o processo de gestão econômico-financeira e o controle ideológico e político desses componentes socioeconômicos.

Como *agentes orgânicos do capital*, os organismos internacionais, particularmente os bancos e financistas de toda a ordem, em especial o Banco Mundial – BM, como agente orgânico destacado do capital em âmbito mundial (BANCO MUNDIAL, 2017a, 2017b, 2018a, 2018b, 2018c, 2019), são articuladores orgânicos da ordem socioeconômica e agem para articular mundialmente a ordem capitalista na particularidade e peculiaridade das sociedades nacionais e sua gestão estatal. São dois movimentos articulados e combinados da ordem social e econômica mundial e a sua reprodução e organização em cada sociedade nacional sob o comando da ordem política estatal. Portanto, articulado ao aspecto econômico-financeiro vincula-se o aspecto social, estatal, jurídico e militar. Por isso, regularmente defendem reformas e medidas econômicas, fiscais e sociais aos países, configurando-se como um agente de poder ideológico e político intenso (MÉSZÁROS, 2014).

O trabalho dos sem futuro

A questão educacional e profissional para jovens e adultos trabalhadores e a questão do trabalho assalariado são aspectos centrais para o tratamento das sociedades futuras, ou do futuro dessas sociedades nacionais e de suas populações como forma de organização social mundial. Esses aspectos são, dentre outros, tratados com certa relevância, pois indicam tendências socioeconômicas das sociedades nacionais e dos desafios para o capital no que tange ao controle social, político, ideológico, cultural e psicossocial de milhões de seres humanos no mundo.

Ao mesmo tempo em que os estados nacionais e os organismos internacionais (BANCO MUNDIAL, 2017a, 2017b, 2018a, 2018b, 2018c, 2019) defendem a educação e a profissionalização de jovens e adultos em todas as partes do mundo, enfrentam o desafio e encaram a necessidade de estabelecer controles cada vez mais militarizados, ideológicos e psicossociais do tipo genuíno de seres que querem formar e o que devem pensar e ter consciência. É um eixo do processo contraditório do movimento de desenvolvimento da sociedade contemporânea, na qual cada vez mais a produtividade das atividades econômicas aumenta, o desemprego induzido próprio processo de produção aumenta (chamado de desemprego estrutural), a produtividade de alimentos aumenta, as possibilidades de desenvolvimento científico e social aumentam, mas em contrapartida a produção dessas riquezas, incluindo a educação e as qualificações científico-profissionais são cada vez mais levadas para um estado de precarização e intensa desorganização dirigida para disseminar caos e violência, intensificando os mecanismos policiais e de controle psicossocial e ideológicos. Esses dois elementos são fundamentais para um fluxo contínuo dos gastos supérfluos e destrutivos, mas que ainda rendem muito lucro e permitem o fluxo contínuo da produção destrutiva (MÉSZÁROS, 2002, 2008). Ou seja, um por cento dos muito ricos concentra 99% da riqueza e do poder econômico, enquanto o restante da população mundial detém o insignificante 1% desse quinhão (HARVEY, 2016, 2018; FATTORELLI, 2013). O receituário é bastante *confortante* da miséria humana, pois

como um comportamento vinculado à psicologia refratária, o Banco Mundial veste um manto de solidariedade cínica, típico das porcelanas enferrujadas por dentro, quando docemente retrata os avanços globais:

Nos últimos 20 anos os indicadores socioeconômicos avançaram enormemente em todo o mundo. A rápida difusão da tecnologia e um maior acesso ao capital e aos mercados mundiais permitiram taxas de crescimento econômico anteriormente inimagináveis e ajudaram a retirar mais de um bilhão de pessoas da miséria. Todavia, fluxos maiores também levaram a um aumento da desigualdade, dentro e fora das fronteiras nacionais, e uma maior vulnerabilidade a ciclos e tendências econômicas globais. Embora a disseminação global de capital, tecnologia, ideias e pessoas tenha ajudado muitos países e pessoas a progredir, outras regiões e populações parecem ter sido deixadas para trás e ainda enfrentam violência, crescimento lento e oportunidades limitadas de avanço (BANCO MUNDIAL, 2017a, p. 2).

Só não sabemos onde fica o mirante dos avanços nem seus parâmetros, se daqueles que manejam o capital ou daqueles que estão descartados pelo mercado mundial. Se só a China sozinha retirou mais de 700 milhões de pessoas da miséria (BANCO MUNDIAL, 2017a, p. 2), mas ainda tem mais de 300 milhões nesse estado. E ainda quase 450 milhões de crianças no mundo estão em condições de pobreza extrema (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2017). Isso significa que o restante do mundo reduziu muito pouco a população em condições miseráveis, mas o otimismo dos agentes do capital é sempre movido pelos números da acumulação e especulação destrutiva. Uma conta que necessariamente é alimentada pela riqueza acumulada e a pobreza gerada.

Para a análise do processo de produção e crescimento econômico, dentre outros fatores econômicos e produtivos, dois elementos são considerados importantes para o Banco Mundial (2018a) para medir o grau de produtividade do trabalho, que em síntese mede a quantidade de riqueza gerada por cada trabalhador

e produtividade total dos fatores que mede a eficiência da cadeia de insumos que são considerados no processo produtivo¹⁰.

Vejamos o que pensa o Banco Mundial sobre a situação da juventude e do trabalho contemporâneo e futuro. Para o Banco,

As intervenções por meio de políticas públicas podem melhorar o sistema educacional e de capacitação para oferecer competências relevantes e com base na demanda, bem como aumentar a eficiência do mercado de trabalho em termos de alinhamento entre trabalhadores capacitados e empregadores (BANCO MUNDIAL, 2018b, p. 7).

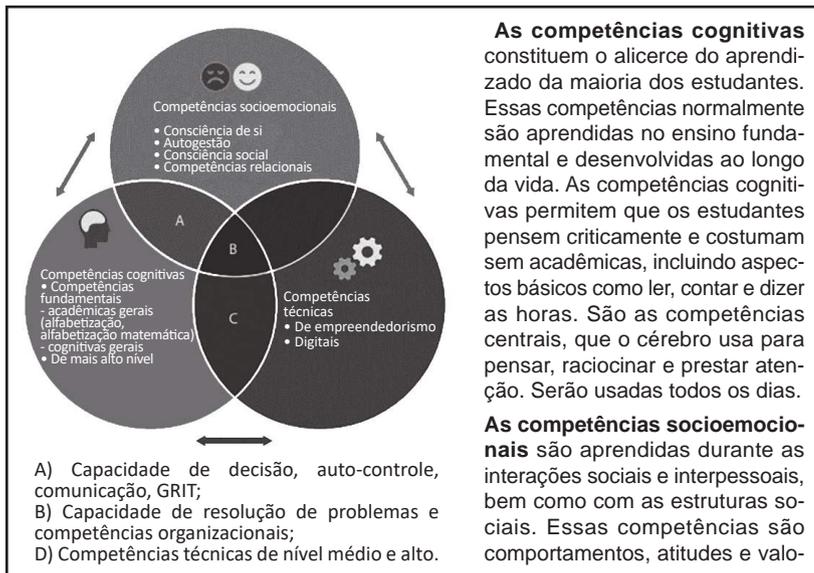
Observa-se que a preocupação dessa instituição está em orientar a educação de modo geral e a qualificação profissional, tomando como referência as demandas elencadas pelo setor produtivo. Ou seja, o setor produtivo é quem deve estabelecer os requerimentos formativos para a força de trabalho. O BM eleva o tom desse direcionamento, subordinado aos ditames do capital, quando afirma que,

- 10 Nota explicativa: “A produtividade é um indicador de eficiência técnica que demonstra como as empresas, indústrias (grupos de empresas no mesmo mercado de produtos), setores (grupos de indústrias) ou o país transforma insumos medidos na produção de bens e serviços. As duas medidas de produtividade mais comuns são: a produtividade do trabalho (PT) e a produtividade total dos fatores (PTF). Embora esses dois conceitos sejam relacionados, eles são, de fato, distintos. A PT captura o valor dos produtos (outputs) produzidos (ou com o valor agregado), dividido pelo número de trabalhadores. Trata-se, portanto, da medida da quantidade de riqueza gerada por cada trabalhador. Ela é determinada pela quantidade de capital e de outros insumos não relacionados ao trabalho disponíveis para os trabalhadores, bem como pela eficiência do uso de tais insumos. [...]”. A PTF é derivada como residual do produto, depois de contabilizado o impacto de todos os insumos medidos – especificamente, o trabalho (fomentado pela qualidade do capital humano) e o capital (incluindo capital físico – como máquinas, computadores e edificações, além de energia, materiais e serviços, e algumas medidas de capital intangível). A PTF, portanto, representa a eficiência com a qual todos os insumos serão combinados no processo produtivo. A evolução da PTF pode ser encarada como uma medida econômica do progresso técnico. O crescimento da PTF decorre da realocação (deslocamento de recursos de empresas menos eficientes para empresas mais eficientes dentro da mesma indústria ou entre indústrias e setores diferentes) ou da inovação. A inovação pode incluir o desenvolvimento de produtos e tecnologias completamente novas e a adoção e adaptação de tecnologias existentes. [...]. No longo prazo, a eficiência no uso de todos os insumos disponíveis no país será o principal determinante das diferenças entre as taxas de crescimento econômico e os níveis de renda resultantes (BANCO MUNDIAL, 2018a, p. 8, quadro 1.1).

Se a educação básica e o sistema de desenvolvimento de competências estiverem preparados para atender às demandas dos empregadores, os jovens terão maior chance de acompanhar as mudanças e atendê-las. Assim como o envelhecimento da população, isso transfere o peso da urgência da agenda jovem do objetivo de inclusão social para o da produtividade e do crescimento econômico (BANCO MUNDIAL, 2018b, p. 9). Nada alentador para os jovens e adultos trabalhadores, pois a escolaridade e a qualificação profissional, tratadas como desenvolvimento de competências não são os eixos norteadores para o ingresso no mercado de trabalho, são apenas indicadores seletivos para a formação da massa de estoque do trabalho necessário para a reprodução do capital.

Nesse mesmo rumo, o BM direciona seus esforços para orientar o processo, a gestão e o controle dos conteúdos formativos, culturais e ideológicos que deverão compor o escopo do quadro de sustentação psicossocial da juventude. A Figura 2 descreve os pressupostos aqui relatados e demonstram o organograma de como o processo ocorre.

Figura 2 – Competências para a juventude segundo o Banco Mundial



As competências cognitivas constituem o alicerce do aprendizado da maioria dos estudantes. Essas competências normalmente são aprendidas no ensino fundamental e desenvolvidas ao longo da vida. As competências cognitivas permitem que os estudantes pensem criticamente e costumam sem acadêmicas, incluindo aspectos básicos como ler, contar e dizer as horas. São as competências centrais, que o cérebro usa para pensar, raciocinar e prestar atenção. Serão usadas todos os dias.

As competências socioemocionais são aprendidas durante as interações sociais e interpessoais, bem como com as estruturas sociais. Essas competências são comportamentos, atitudes e valo-

res que a pessoa pode expressar em qualquer momento e determinam a maneira como pode reagir em várias situações. Podem incluir consciência de si, competências relacionais e conversacionais. As competências socioemocionais fazem parte das “competências para a vida” necessárias para a boa condução da própria vida, para além dos limites cuidadosamente estruturados da escola e da vida familiar quando jovem. Aplicam-se a uma ampla gama de disciplinas e podem ser aprendidas em diversas facetas da vida, inclusive em casa, na escola ou no local de trabalho.

As competências técnicas são o conhecimento e a experiência necessários para realizar uma tarefa. Podem ser bastante específicas e incluir o domínio de temas e de certos materiais ou tecnologias. As competências técnicas muitas vezes são aprendidas depois das cognitivas e socioemocionais em anos posteriores de escolaridade básica, tais como ensino médio, escola técnica ou educação terciária.

Estes três tipos de competência interagem para formar uma pessoa equilibrada e permitir que seja bem sucedida e lide com diversos desafios e situações. As competências reforçam-se umas às outras, sendo as cognitivas as mais necessárias para formar o início da aprendizagem. A aquisição de uma base sólida de competências cognitivas e socioemocionais pode determinar o rumo da trajetória de toda uma vida de realizações, pois facilita a aquisição de competências técnicas mais adiante.

Fonte: Banco Mundial, 2018b, p. 10.

Esse escopo orientador é gerenciado para um quadro formativo que congrega três categorias direcionadoras dos objetivos para o desenvolvimento das competências que são: a) as competências cognitivas, b) as competências socioemocionais, e c) as competências técnicas. As cognitivas tratam das capacidades psicointelectuais que são desenvolvidas e internalizadas, em especial, durante o processo de aprendizagem no decorrer do ensino fundamental. As socioemocionais referem-se às capacidades psicossociais que são internalizadas pelo processo de interação em vários ambientes sociais, tais como escola, trabalho, casa etc. E, por fim, as técnicas que são internalizadas em processos de domínio psicotecnológicas, que são desenvolvidas durante processos realizados em escolas de nível médio, de educação profissional técnica e instituições de ensino superior. Por isso, as orientações do BM são direcionadas em seu conjunto de análises e prognósticos formativos nesta mesma direção teórico-metodológica para sustentar um único padrão formativo e constitutivo da força de trabalho juvenil. O processo econômico para o BM é sempre uma porta de oportunidades aberta, e as exigências sempre recaem sobre os indivíduos isolados.

Para o BM, ninguém pode fugir do quadro operativo orientado para direcionar a formação escolar e a qualificação

profissional da força de trabalho juvenil. O eixo norteador não é um processo de apropriação sociocultural e tecnológico abrangente, mas a formação de um estoque de força de trabalho socialmente necessária e apta para responder as demandas do setor produtivo. Nesse mesmo processo, o estoque sobrando da força de trabalho juvenil deve ser sempre superior ao que a demanda direta necessita para o processo produtivo direto. Isso irá contribuir diretamente na diminuição dos custos da mão de obra, compondo o exército (estoque) de reserva de trabalhadores presentes e futuros. Além disso, criar socialmente as condições psicossociais necessárias ao estabelecimento de controle social que forneçam elementos ideológicos, capazes de ser internalizados e que possibilitem a segurança e a estabilidade da ordem social. Essas são as características consideradas essenciais que devem orientar a formulação e implementação das instituições sociais e educativas formais, dando o caráter de sua função social.

Trabalho e educação profissional no Brasil: aqueles que foram esquecidos pelo futuro

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), a população juvenil de 15 a 29 anos é de aproximadamente 50 milhões de pessoas em um país cuja população estimada é de pouco mais de 210 milhões de habitantes. Já a População Economicamente Ativa – PEA, de 14 a 65 anos, é de cerca de 104 milhões e representa a força de trabalho brasileira (IBGE, 2019). De acordo com dados de estudo realizado,

No Brasil, 11 milhões de jovens, quase um quarto da população entre 15 e 29 anos, não estudam nem trabalham. Em um país cuja força de trabalho está ficando mais velha e começará a diminuir em 2035 [...] (CERATTI, 2018, fl. 1).

Mas, como nem tudo é sonho, mas muitas vezes farsa, os jovens brasileiros sofrem o penoso processo de inserção social, educacional e econômico ditado pelas condições impostas pela estrutura socioeconômica e política brasileira. Por isso, afirma-se

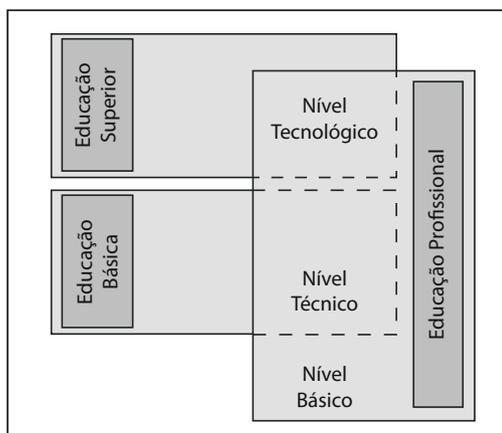
que a solução seria encontrada nas competências adquiridas na escola e no mercado de trabalho. O eixo está centrado no trabalhador juvenil na escola e fora dela.

Portanto, a aquisição de competências na escola, bem como no mercado de trabalho, torna-se parte do capital humano do Brasil e determina as perspectivas de produtividade e inclusão. O Brasil avançou significativamente na universalização do ensino fundamental e na promoção do acesso ao ensino médio, mas ainda persistem muitas preocupações com a qualidade da educação e a relevância das competências que estudantes estão adquirindo (BANCO MUNDIAL, 2018b, p. 9).

O BM como *senhor das trevas* fornecendo lanterna sem pilhas, retrata o receituário de forma complacente ao indicar que as competências educacionais e as adquiridas no próprio mercado de trabalho é que determinam a inserção e a produtividade juvenil.

A estrutura educacional brasileira é estabelecida em duas grandes etapas em que a educação profissional atravessa verticalmente e incorpora uma modalidade básica que é ofertada independentemente das duas etapas de escolarização, conforme organograma descritivo (Figura 3).

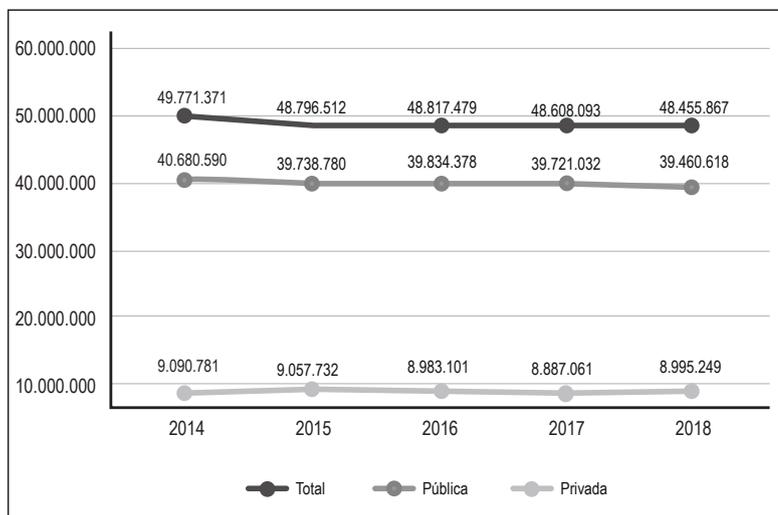
Figura 3 – Estrutura simplificada da educação brasileira



Fonte: Moraes, 2019, p. 15.

De acordo com Censo Escolar 2018 (BRASIL, 2019a), a educação básica brasileira comporta o seguinte quadro de matrículas, no setor público e privado:

Figura 4 – Total de matrículas na educação básica segundo a rede de ensino – Brasil – 2014 a 2018

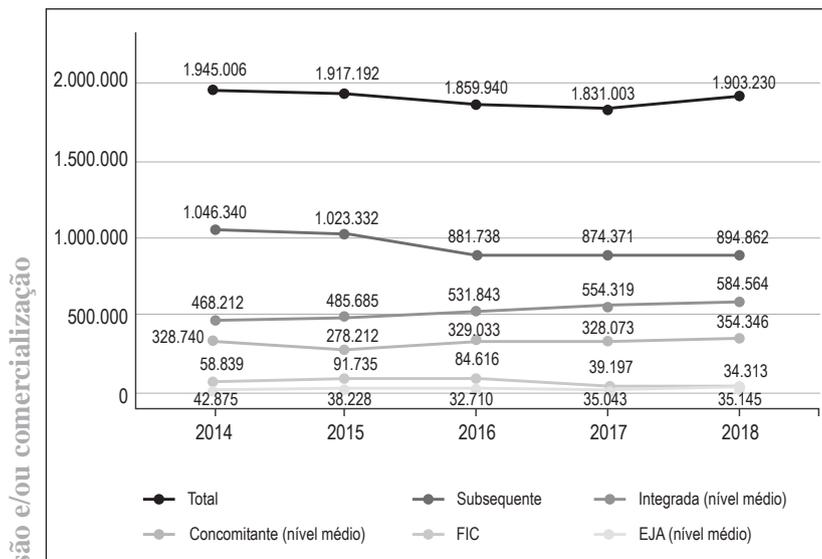


Fonte: Brasil, 2019a, p. 2.

Para o conjunto do setor público e privado, de acordo com o Censo Escolar de 2018 das 48.455.867 de matrículas, o número de matrículas na educação infantil atingiu 8,7 milhões em 2018. Em 2018 foram registradas 27,2 milhões de matrículas no ensino fundamental, e 7,7 milhões de matrículas no ensino médio em 2018 (BRASIL, 2019a).

Já a educação profissional, nas suas diversas modalidades de oferta, no ano de 2018, de acordo com o Censo Escolar, totalizou 1.903.230 matrículas.

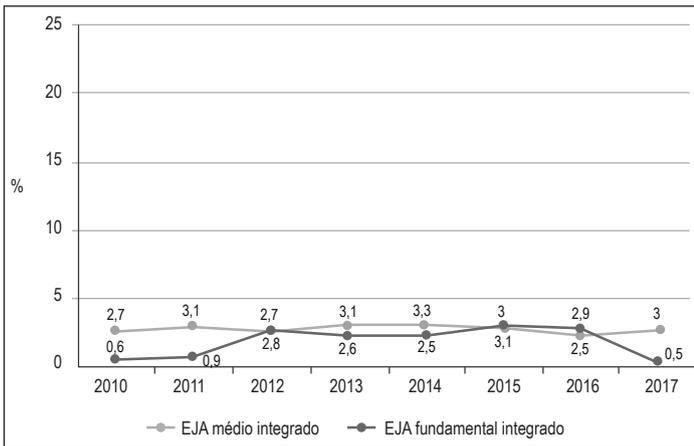
Figura 5 – Número de matrículas na educação profissional – Brasil – 2018



Fonte: Brasil, 2019a, p. 4.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA comporta em torno de 3,7 milhões de matriculados em 2018. Na modalidade de ensino integrado à educação profissional, nível fundamental e médio, é bastante baixo o percentual de matriculados, como podemos observar, em 2017, a oferta de EJA ensino médio integrado atingiu 2,9% das matrículas e a EJA ensino fundamental integrado atingiu 0,5% das matrículas.

Figura 6 – Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, por etapa de ensino (fundamental e médio) Brasil – 2010-2017



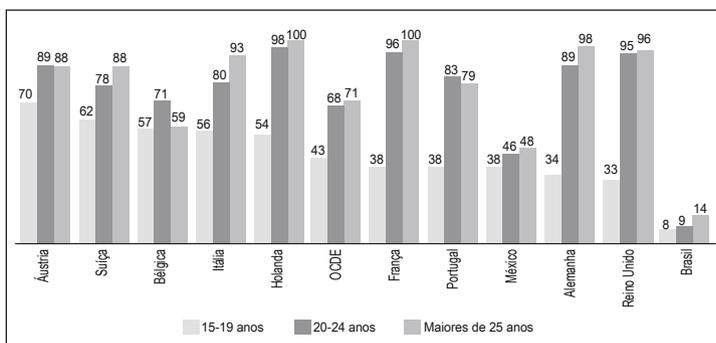
Fonte: Moraes, 2019, p. 8.

A análise de Moraes (2019) apresenta um diagnóstico em que o secular “atraso social, tecnológico e educacional” é uma das justificativas para a situação. É também importante verificarmos que as narrativas, principalmente oficiais (estado/governos) e das instituições internacionais (destaque para o BM), justificam as reformas educacionais e muitas vezes acobertam as intenções funcionais e ideológicas que a educação de um modo geral e a educação profissional, de modo particular, ocupam no processo de desenvolvimento produtivo dependente e centrado nas transferências de produtos alimentícios e matérias-primas. Vajamos o diagnóstico,

Surpreendentemente, a estatística apresentada anteriormente é otimista: tomando-se por base os indicadores da Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE), que monitora o percentual de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) integradas à EPT, verifica-se que elas representam irrisórios 0,5% no ensino fundamental e 3% no ensino médio [...], o que demonstra, indiscutivelmente, o nosso secular atraso social, tecnológico e educacional (MORAES, 2019, p. 8).

Verifica-se que a educação profissional que compreende a modalidade de oferta subsequente e o ensino médio integrado absorvem mais de 70% das matrículas no ano de 2018. Porém, em relação ao total de matriculados no ensino médio, a educação profissional concentra-se em torno de número relativamente baixo ao considerarmos o número de jovens em idade para cursar ensino médio regular e educação profissional. Isso pode ser demonstrado pela situação de estudantes matriculados em cursos técnicos no Brasil em comparação com outros países.

Figura 7 – Percentual de estudantes matriculados em cursos técnicos nos países da OCDE, por faixa de idade – 2017



Fonte: Moraes, 2019, p. 8.

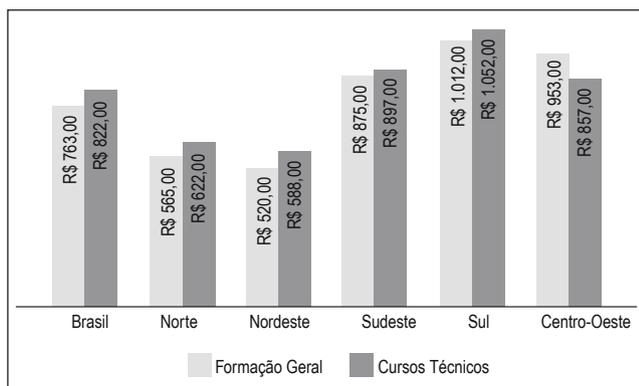
Não é por acaso, mas em razão de suas prioridades para os investimentos e a política para a educação e ciência e tecnologia que,

[...] o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional. Enquanto nos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm-se, em média, 43% dos estudantes entre 15 e 19 anos matriculados em cursos técnicos, no Brasil esse índice é de apenas 8%. A realidade torna-se ainda mais precária nas faixas etárias superiores, contrariando as tendências internacionais, que apostam na intensificação da oferta de educação profissional para pessoas que se encontram fora da idade escolar, o Brasil continua apostando na

educação básica “regular”, que não resulta em profissionalização. Segundo o *Education at a Glance 2017*, enquanto nos países da OCDE 71% dos estudantes com mais de 25 anos estão matriculados em cursos profissionais, no Brasil esse número chega a apenas 14% [...] (MORAES, 2019, p. 7).

O diagnóstico apresentado no documento (Moraes, 2019): primeiro compara os indicadores brasileiros com os dos países da comunidade europeia; depois remete para nosso passado a negligência com a educação e ciência, e por fim chega a educação básica quase fica descaracterizada numa análise estatal das diretrizes e problemas educacionais. O mais tenso em relação ao quadro social e educacional é o discurso oficial considerar que a renda *per capita* familiar de estudantes da educação técnica é mais vantajosa que a dos estudantes da educação geral (Figura 8), como se ela fosse uma grandiosa diferença de ganhos ou que o elemento de mediação central das relações produtivas e de formação e renda da força de trabalho estivessem centradas no eixo escolaridade e formação profissional apenas, esquecendo que essas qualificações são apenas mais uma parte dos requisitos para determinar a operacionalização dos custos da força de trabalho e seu controle social e econômico.

Figura 8 – Renda *per capita* familiar dos estudantes, por tipo de curso no ensino médio e por região – Brasil – 2017

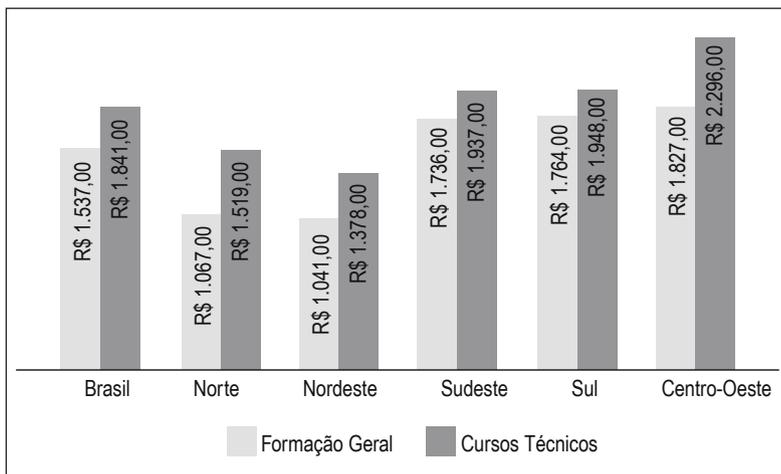


Fonte: Moraes, 2019, p. 10.

Esses valores de renda *per capita* familiar são inferiores a um salário mínimo nacional com valores de 2019. Esses valores são menores do que 30 reais/dia *per capita* por família de estudante.

Já de porte das formações geral ou técnica profissional, os egressos foram diagnosticados com salário *per capita* familiar que ligeiramente atingem um salário mínimo e meio ou quase dois salários mínimos a valores de 2019. Mesmo assim, ficam abaixo da média salarial nacional, que é superior a 2.300, conforme dados de 2019 (IBGE, 2019), mas extremamente inferiores aos gastos mínimos com as necessidades básicas.

Figura 9 – Renda *per capita* familiar dos egressos, por tipo de curso no ensino médio e por região – Brasil – 2017



Fonte: Moraes, 2019, p. 11.

O mais desconcertante é que a culpa por não terem uma renda *per capita* melhor é a escolha inadequada das famílias em não apostar na educação profissional.

[...] a renda *per capita* familiar dos estudantes de cursos técnicos é 11,7% superior ao dos estudantes do ensino médio regular [...], o que demonstra uma “vantagem” econômica entre as famílias que apostam na EPT. Entre os egressos da

EPT, a vantagem é ainda mais visível, com os técnicos recebendo salários 20% maiores do que os egressos da formação tradicional. (MORAES, 2019, p. 8).

A educação profissional sempre foi uma tarefa subsidiada pelo estado, quando ofertada em escolas públicas de nível estadual e federal, ou escolas privadas em diversas organizações, em particular as ofertadas pelas unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, como podemos observar nos dados de 2017.

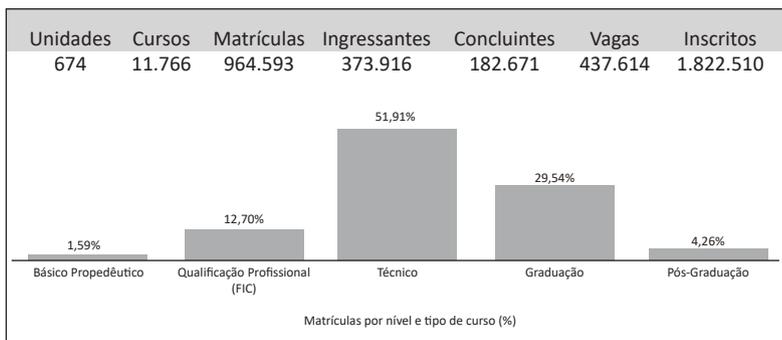
Tabela 1 – Número de matriculados em cursos do Senai em 2017

Ações Finalísticas	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total Brasil
Educação Profissional (matriculas)	163.149	379.915	1.146.514	373.449	309.394	2.372.421
Iniciação Profissional	70.982	108.486	415.751	109.491	122.509	827.319
Formação Inicial e Continuada	83.191	215.869	665.678	223.580	151.583	1.339.901
Técnico de Nível Médio	8.976	50.762	58.733	33.817	31.301	183.589
Educação Superior	–	4.798	6.352	6.561	3.901	21.612

Fonte: Moraes, 2019, p. 26.

O volume de matrículas dos cursos técnicos de nível médio no Senai, dados de 2017 são menores do que o volume de matrículas nos cursos técnicos de nível médio, dados 2018, ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além do que são ofertados gratuitamente.

Figura 10 – Cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos por tipo de curso e tipo de oferta



Fonte: Brasil, 2019b.

Outra observação pertinente é que o Senai oferta um volume grande na iniciação profissional e na formação inicial e continuada. Já os cursos técnicos de nível médio apresentam números bem menores no volume de matrículas em comparação com as ofertadas pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Um dos motivos do volume de cursos básicos de formação profissional é a obrigação legal da contrapartida do Senai em relação aos subsídios fiscais recebidos regularmente pelo estado.

Outra questão importante, além dos cursos técnicos de nível médio ofertados pela rede pública e privada no Brasil, são os cursos superiores ofertados nestas mesmas redes de ensino. Dados compilados do Censo de 2017 dão conta que o total de matrículas no ensino superior é de 8.286.663 estudantes, sendo que as redes públicas estaduais, municipais e a federal concentram 2.045.356 estudantes e a rede privada 6.241.307 estudantes matriculados (BRASIL, 2018, p. 9).

De maneira geral, esses dados não são animadores e nem sustentam índices de acesso educacional nos níveis médio, técnico e superior sustentáveis ao ponto de termos que, nesse ritmo, precisar mais de quatro décadas para avançar na universalização do ensino médio; já para o ensino técnico seriam necessárias pelo menos cinco décadas, para assim atingirmos níveis de países

européus. No ensino superior esse processo levaria, nos níveis atuais de progressão educacional, pelo menos um século, para atingir níveis de países europeus, considerados com níveis de escolarização superior elevados.

Para animar o prognóstico da crônica educacional, com toda a sutileza de uma bondade cosmopolita, o BM indaga com presteza:

A pergunta essencial que essa análise suscita para os formuladores de políticas é saber se, em condições econômicas menos favoráveis, é possível manter as conquistas anteriores em termos do engajamento juvenil. Esta é uma preocupação para um país cujo potencial de produtividade depende de forma tão crítica do engajamento de seus jovens (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 15).

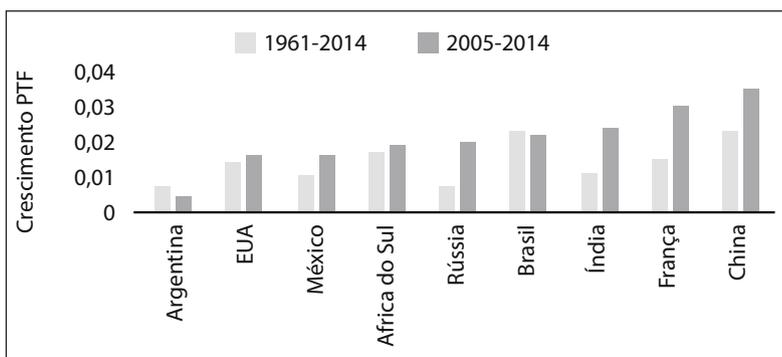
Se o prognóstico para aumentar a produtividade depende do engajamento dos jovens e o país oferece uma lenta e, mais ainda neste momento, regressiva política de oferta educacional de nível médio, técnica e superior, associada à grave situação socioeconômica por que passamos. Os setores produtivos na indústria, agricultura e construção civil, por exemplo, vem cada vez mais perdendo postos de trabalho. Na indústria e na construção civil em razão do projeto de desenvolvimento econômico voltado para a especulação e transferência riquezas minerais (reprimarização) aos países centrais do capitalismo. Já o agronegócio, centrado na produção para a exportação, aumenta a produtividade e diminui, com a inovação tecnológica, os postos de trabalho no setor, sem, evidentemente, diminuir seus lucros dolarizados. Por isso,

Entre 1996 e 2014, o número total de trabalhadores empregados aumentou de 72 para 106 milhões devido às mudanças demográficas e ao aumento da participação no mercado de trabalho. A maior parte dessa nova força de trabalho foi para o setor de serviços enquanto o setor agrícola perdeu trabalhadores. Entre 1996 e 2014, a parcela de empregos no setor de serviços aumentou de 56 para 66 por cento, enquanto a parcela de empregos na agricultura caiu de 25 para 13 por cento

[...]. No setor de serviços, a principal ampliação ocorreu nos serviços empresariais, acompanhada de uma contração nos serviços domésticos. Esses padrões destacam uma limitação da economia brasileira, que parece ter sido impulsionada por aumentos de produtividade no setor agrícola e pela expansão do tamanho do setor de serviços. A produtividade de grande parte dos serviços e do setor de manufatura ficou estagnada (BANCO MUNDIAL, 2018a, p. 22).

Os dados demonstram que o processo de desindustrialização é bastante significativo e que os setores primário e secundário da economia estão cada vez mais em um processo de diminuição do volume necessário de trabalhadores, sem, no entanto, para o caso da agricultura e agropecuária e também extração de minerais e vegetais, perder a produtividade ao mesmo tempo em que diminuem a necessidade de mão de obra direta (força trabalho vivo). O padrão de desenvolvimento produtivo e econômico adotado pelo Brasil avança em direção a uma economia predominantemente exportadora de alimentos e seus derivados, agropecuária e seus derivados e exploração de riquezas minerais e vegetais e seus derivados. O gráfico (Figura 11) demonstra esse desempenho produtivo no setor da agricultura brasileira:

Figura 11 – O crescimento da PTF na agricultura brasileira em comparação com outros países



Fonte: Banco Mundial, 2018a.

Particularmente, os argumentos sobre o desempenho da produção agrícola brasileira no que se refere à produtividade é demonstrativo de que essa cadeia vem avançando em termos produtivos, com ganhos tecnológicos e no manejo de inovações da cadeia, com a conseqüente diminuição dos postos de trabalho ofertados e ao mesmo tempo com o aumento dos rendimentos econômicos aos empresários do agronegócio brasileiro.

Já em se tratando da necessidade de educação e qualificação profissional, o Banco Mundial, ao se referir à situação brasileira apresenta um receituário sempre recheado de ingredientes, o pior de tudo é que eles sempre sabem o que é necessário ou não para nossa população trabalhadora em termos de educação e qualificação profissional.

O ensino e a formação técnica e vocacional também têm sido inadequados, embora as recentes iniciativas de incluir informações do mundo dos negócios revelem-se promissoras. O ensino técnico, nos últimos anos do ensino médio, pode ter um papel cada vez mais importante na formação do capital humano necessário para o Brasil aumentar sua produtividade. Na esteira das conquistas no ensino médio, uma estratégia bastante eficaz para desenvolver ainda mais as competências é aumentar o protagonismo das empresas, para que elas ajudem a garantir que os trabalhadores tenham as habilidades que as empresas exigem [...] (BANCO MUNDIAL, 2018b, p. 65).

A lógica centrada na exclusividade do processo produtivo em que a produtividade é o argumento e a estratégia determinante está centrada na narrativa ideológica de que o os jovens e trabalhadores desempregados estão nessa situação em razão das debilidades formativas que não lhes oferecem as competências requeridas pelas empresas. Derivada dessa visão tosca, mas própria da visão econômica capitalista, justificam seu cinismo aos desempregados que recebem incentivos, tais como o seguro-desemprego.

[...] Os incentivos perversos da “bonança do desemprego” geraram um dos índices mais altos de rotatividade de

trabalhadores formais no mundo; o tempo médio de permanência no emprego não chega a cinco anos [...] (BANCO MUNDIAL, 2018b, p. 66).

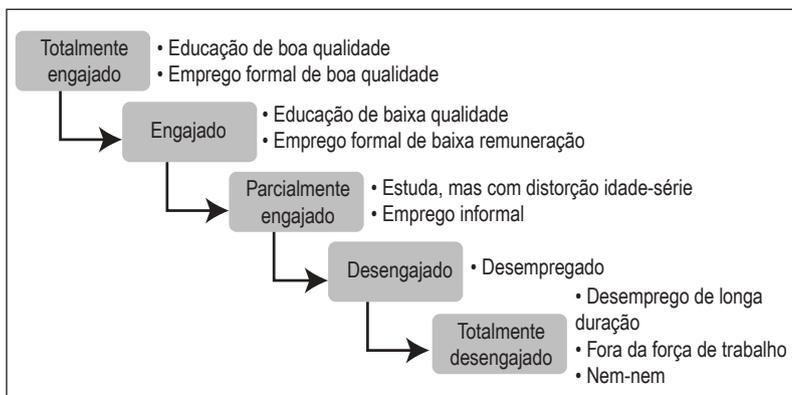
Num país em que os desempregados superam os 12 milhões de pessoas, e se somado aos outros quase 18 milhões desalentados e os que não procuram mais empregos, chegamos perto dos 30 milhões, e acusar as políticas para os desempregados de perversa é, no mínimo, um cinismo insano. Como tática psicossocial, o BM afirma que se a questão educacional de desenvolvimento de competências estiver preparada, as mentes terão chances.

Se a educação básica e o sistema de desenvolvimento de competências estiverem preparados para atender às demandas dos empregadores e responder a elas, as mentes jovens terão maior chance de acompanhar as mudanças e atendê-las. Assim como o envelhecimento da população, isso transfere o peso da urgência da agenda jovem do objetivo de inclusão social para o da produtividade e do crescimento econômico. Essa importante transformação do mercado de trabalho, que está moldando o futuro do trabalho no país, lança novos desafios à educação e ao sistema de desenvolvimento de competências do Brasil; define novas prioridades para esses sistemas, que devem estar centrados em novas competências, bem como em competência digitais, para dar maior apoio à empregabilidade e à produtividade do trabalho por meio de maior adoção e uso de tecnologia digital. Portanto, a aquisição de competências na escola, bem como no mercado de trabalho, torna-se parte do capital humano do Brasil e determina criticamente as perspectivas de produtividade e inclusão. [...] a importância dos três tipos diferentes de competências – cognitivas, técnicas e socioemocionais [...]. Esses três tipos de competências podem ser adquiridos durante toda a vida, mas a primeira infância é o período ideal para aprender a maioria das competências, que podem ser rapidamente acumuladas e dar ao jovem um bom começo (BANCO MUNDIAL, 2018b, p. 9).

O interessante é a constatação de que os jovens mais interessados e engajados social e economicamente são os que estão

efetivamente dotados de acesso a educação e empregos formais de boa qualidade. Como podemos observar, na figura abaixo, os jovens totalmente desengajados são os que estão desempregados e fora da escola.

Figura 12 – Retratos do desengajamento de jovens em uma perspectiva de competências & empregos



Fonte: Banco Mundial, 2018b, p. 14.

O receituário do BM mundial consegue impor uma indagação extremamente secular sobre o indivíduo jovem, perguntando se a causa principal dos desengajados é que estão desconectados da escola formal e do mercado de trabalho.

Será que o Brasil pode inserir seus jovens na escola e no trabalho de forma mais eficaz e plena e assim elevar sua produtividade? Esta pergunta central é composta de diversas indagações a que o presente relatório procura responder. Será que o Brasil está equipando seus jovens com os conhecimentos e competências que necessitarão no futuro local de trabalho? Será que os jovens poderão ter altos níveis de empregabilidade e produtividade do trabalho, e podem desempenhar um papel crítico na onda final da transformação demográfica do país? Quantos jovens brasileiros estão desconectados do sistema escolar formal e do mercado de trabalho? (BANCO MUNDIAL, 2018b, p. 11).

E finalizam com uma resposta indutiva de que a culpabilidade pelo não acesso à escola e ao emprego é do indivíduo jovem, num processo ideológico de internalização da situação social, ao afirmar que,

Hoje, mais de cinquenta por cento dos jovens estão em risco de desengajamento porque não estudam nem trabalham, ou então estudam ou trabalham mas dificilmente adquirem capital humano relevante para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo [...] (BANCO MUNDIAL, 2018b, p. 14).

A questão das qualificações escolares e laborais dos jovens trabalhadores brasileiros, bem como do conjunto da população juvenil mundial, são tratadas pelo Banco Mundial como ingredientes determinantes para o acesso aos postos de trabalho e atividades remunerativas. Essa determinação condiciona os empregos e a produtividade dos processos produtivos aos requisitos técnicos e tecnológicos dos jovens trabalhadores, como se os determinantes da produção e da produtividade estivessem sob a tutela exclusiva destes requisitos.

Esse argumento ideológico invertido é tomado como a variável central, mas na verdade, essa variável é uma das componentes da força de trabalho juvenil e é tratada da mesma maneira que o conjunto da força de trabalho no processo produtivo. Ou seja, a força de trabalho é, para os capitalistas, uma variável do custo da produção que compõe o conjunto do valor das mercadorias produzidas. Como essa componente envolve o tempo de trabalho socialmente necessário, o capital eleva constantemente os requerimentos formativos e as competências exigidas, agrega trabalho morto (técnicas, inovação, ciência e tecnologias) e represa a elevação salarial e o volume de trabalhadores imediatos ao processo produtivo (criando o desemprego estrutural e a precarização permanente).

Considerações

Quando uma agência do capital mundial, como o BM, fica piedosa com os 1% mais ricos do mundo e do Brasil e remete a

solução do crescimento para a produtividade como único fator para aumentar a renda sobre as costas dos trabalhadores, está apenas expressando o processo real de funcionamento da economia capitalista e daqueles que eles defendem por ofício.

Em todo o mundo, o crescimento da produtividade oferece a oportunidade de reduzir a pobreza, promover a prosperidade compartilhada e aumentar a mobilidade social. Sem o crescimento da produtividade, aumentar a renda das pessoas menos favorecidas dependeria inteiramente de redistribuir recursos dos ricos para os pobres. [...]. Nenhum país conseguiu eliminar a pobreza de forma sustentável desta maneira. No entanto, também é verdade que o crescimento médio da produtividade e dos rendimentos nem sempre está associado a reduções na pobreza (BANCO MUNDIAL, 2018b, p. 68, 71).

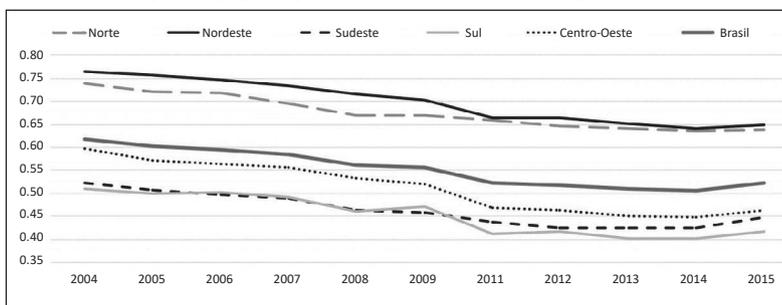
Aos trabalhadores o remédio mais amargo com rótulo açucarado: “Os trabalhadores deslocados por mudanças estruturais precisam atualizar suas competências ou aprender novas competências” (Banco Mundial, 2018b, p. 77). Nesse sentido, o receituário do BM obedece a um escopo ideológico repetitivo sempre, pois

[...] uma análise mais aprofundada da falta de engajamento da juventude, destacando como a baixa qualidade da educação ou a percepção limitada de sua relevância pode levar os jovens a perder o interesse e a investir pouco em sua formação, mesmo que os retornos esperados sejam elevados. De forma mais ampla, se há consenso sobre a consequência da última onda de mudanças tecnológicas globais é que ela proporciona mais oportunidades para os mais qualificados. Qualquer estratégia de reforma a médio prazo para aumentar a produtividade deve incluir esforços adicionais para melhorar os resultados da educação, a partir da reforma do ensino médio adotada no final de 2016 (BANCO MUNDIAL, 2018b, p. 98).

O BM define parâmetros como acesso ao emprego e à escola para estabelecer a condição do jovem engajado. Quando os jovens não têm acesso a esses dois requisitos entram para o purgatório

dos desengajados, nome pomposo para os precarizados, desempregados, desalentados, fora da escola e descartáveis. A população juvenil brasileira, de 15 a 29 anos, é de aproximadamente 50 milhões de jovens. Se, desses, pelo menos 52% (aproximadamente 26 milhões de jovens) estão na condição de população juvenil desengajada em relação à população total juvenil, a situação social é extremamente grave no presente e será muito mais no futuro.

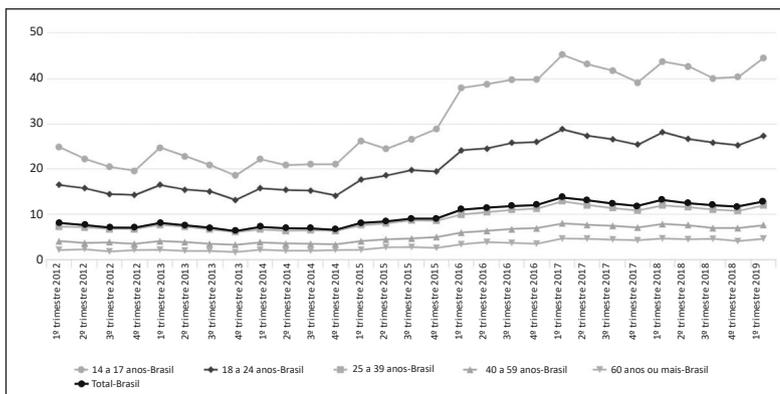
Figura 13 – Porcentagem de jovens desengajados em relação à população de jovens, tendência por região



Fonte: Banco Mundial, 2018b, p.15.

O desemprego juvenil direto atinge uma população de aproximadamente 9 milhões de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, somada aos que estão fora da escola a situação fica insana. É um verdadeiro exército de seres descartáveis e destinados aos ditames mais perversos do processo socioeconômico vigente. Somado a essa situação, os jovens trabalhadores empregados assalariados que ganham menos que um salário mínimo atingiu em 2015 o percentual de 18%, e o total de trabalhadores assalariados, em 2015, que recebiam menos de um salário mínimo atingiu 13% (BANCO MUNDIAL, 2018b, p. 22; 27). Mais grave ainda é a situação atual, dados do primeiro trimestre de 2019 demonstraram que a taxa de desocupação de jovens de 14 a 17 atingiu 45% e de 18 a 24 anos, em crescimento desastroso, atingiu o percentual de 28% da população juvenil, como mostra o gráfico (Figura 14).

**Figura 14 – Taxa de desocupação, por idade,
1º trimestre 2012 – 1º trimestre 2019**



Fonte: IBGE, 2019.

O BM segue a mesma lógica da sutileza cínica e promove um discurso incentivador dos desesperados ao afirmar que as reformas trabalhistas e educacionais, em especial, a do ensino médio promovida nos últimos dois anos levariam a resultados positivos.

O relatório sugere novas mudanças nas políticas que o Brasil deveria priorizar de forma a aproveitar a última onda de sua transição demográfica. O Governo do Brasil tem sido muito ativo na área de políticas trabalhistas e de competências. O ano de 2017 foi de mudanças políticas ambiciosas, tanto relativas ao Ensino Médio quanto ao código do trabalho. [...] Trata-se de passos importantes na direção certa, e levarão tempo para gerarem os esperados resultados positivos. Os esforços no âmbito da reforma do Ensino Médio, em particular, são tão profundos quanto amplos (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 31).

Mas, a realidade não pode ser desfigurada, apenas dissimulada nos propósitos da agenda neoliberal em curso. Como demonstra os dados do gráfico abaixo, os jovens que não estudam e nem trabalham nos anos de 2017-2018, permaneceu nos níveis de 23% dos jovens. Mas a realidade apresenta outras situações nada alentadoras e nos revelam quão grave é a situação social brasileira (FERREIRA, 2019).

Estudo da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2018) estima uma perda de até 50% dos postos de trabalho no Brasil nos processos produtivos em todos os setores devido à incorporação de tecnologias, que são consideradas geradoras do chamado desemprego estrutural. O quadro futuro não é nada promissor para o lado dos trabalhadores, mesmo para os mais qualificados.

Um dos estudos [...] estimou uma perda de até 50% dos postos de trabalho no Brasil em função do crescente uso de processos automatizados, tecnologia de informação e inteligência artificial, capazes de progressivamente substituir trabalhos rotinizados, até mesmo aqueles exercidos por trabalhadores altamente especializados. Em que pese à inserção brasileira nas cadeias globais de fornecimento que se dá, prioritariamente, por meio de exportação de commodities agrícolas e minerais, e, em menor escala, através de atividades intensivas em trabalho, os desafios trazidos pelas tendências mundiais na produção industrial e na especialização dos serviços foram caracterizados como cruciais (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2018, p. 9).

As orientações e proposições do BM mundial para o trabalho e a educação profissional no Brasil não são nada alentadoras, muito menos carregam alguns indícios de justiça rasa. Porque,

A história que ouvimos por toda parte, das salas de aula a praticamente todos os meios de comunicação, é que a maneira mais barata, eficiente e adequada de obter valores de uso é liberando o espírito animal do empreendedor, faminto de lucro, que o incita a participar do sistema de mercado. Por isso, muitos valores de uso que antes eram distribuídos gratuitamente pelo Estado foram privatizados e mercantilizados: moradia, educação, saúde e serviços públicos seguiram nessa direção em muitos países. O Banco Mundial insiste que esta deve ser a regra geral (HARVEY, 2016, p. 34).

Na verdade, o BM não fornece nenhuma proposição ou orientação que possa contribuir efetivamente com as mudanças setoriais e estruturais de nosso desenvolvimento social e

econômico que possibilita maior ampliação de políticas sociais e econômicas na direção da diminuição das desigualdades sociais, culturais e econômicas em que vive a grande maioria do povo brasileiro e da própria humanidade, especialmente no que se refere aos ditames do capital nas transformações produtivas e no processo de exploração da força de trabalho atual e futura:

[...]. El capital humano también adquiere más importancia debido a la creciente demanda de habilidades socioconductuales. Los empleos que se basan en la interacción entre personas no serán reemplazados fácilmente por máquinas. Sin embargo, para tener éxito en estos puestos de trabajo, se necesitan sólidas habilidades socioconductuales, las cuales se adquieren a temprana edad y se van configurando a lo largo de toda la vida. El capital humano es relevante porque en la actualidad se valora en mayor medida la adaptabilidad. (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 10).

As proposições que tratam do eixo da escolarização e das competências como saída para a empregabilidade e a produtividade, não expressam a realidade socioeconômica, pois,

Apesar do aumento relativo dos anos de estudo dos trabalhadores nos últimos dez anos, constatamos que o aumento da escolarização não é o principal item com relação à exigência para as ocupações, mas requisito para o processo de pressão e seleção da quantidade de força de trabalho necessária, tanto que 79% da distribuição por nível de qualificação, exigidos pela ocupação, estão centrados nos níveis de baixa e média qualificação (DEITOS; LARA, 2016, p. 178).

São duas variáveis, ambas com caráter funcional e ideológico que acabam dissimulando os reais problemas do nosso desenvolvimento dependente e subordinado aos ditames do capital, em especial dos mecanismos do estado-finanças (Harvey, 2018) e a tirania do tempo de trabalho socialmente necessário impostos pelo sistema do capital (MÉSZÁROS, 2008). A saída deverá nascer das entranhas do que temos, mas não pela continuidade de suas mazelas destrutivas.

6. TENDÊNCIAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: aspectos socioeconômicos, políticos e ideológicos (2003-2022)

Introdução

“[...] *Senhor, dai idealismo às autoridades para que elas criem em cada bairro pobre de Goiânia uma Escola conjugada Profissional e Alfabetização para os meninos pobres, antes que eles se percam pelo abandono e por medidas inoperantes e superadas dos que tudo podem.*” (CORA CORALINA, 1985, p. 233).

Compreendemos, neste capítulo¹¹, nos termos elencados em trecho do poema de Cora Coralina (1965) que, ao tratarmos da educação, e, em particular, da política educacional que, “*os que pouco podem, os de baixo*”, são espoliados em todos os sentidos pelas políticas e decisões “*dos que tudo podem*”. É nesse sentido que é preciso compreender a educação como condição social que faz parte efetiva do processo de humanização histórico de construção do ser social. Por isso, para compreender a educação e, particularmente a política educacional, implementada pelo aparato central estatal, é necessário avançar na compreensão das determinações do problema analítico em que se configura ao revelar as mediações deste processo que se constitui em sua complexidade e particularidades como um fenômeno social histórico e socioeconômico demarcado. Tal processo expressa determinações

11 Este capítulo (*inédito*) é parte de relatório de pesquisa desenvolvida e vinculada ao GEPPES – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social, do Centro de Educação Comunicação e Artes – CECA, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Cascavel. Texto analítico concluído em 29 de outubro de 2022.

e mediações socioeconômicas, políticas e ideológicas que revelam a composição e a forma organizacional, estrutural e social em curso em determinado espaço e tempo expressando as características fundamentais nas relações sociais e de produção, em particular, a brasileira, uma sociedade marcada pela desigualdade crônica e uma estrutura socioeconômica que expressa a luta de classe em sua composição originária definindo de um lado a classe dominante (frações hegemônicas, detentoras dos meios de produção capitalista, que podem ser *ilustradas* com termos como elites, personificações do capital), e do outro a classe dominada (trabalhadores em diversas posições e postos de trabalho, força de trabalho explorada, despossuídos das riquezas que produzem) constituindo a formação estrutural determinante da formação social brasileira¹². Nestes termos, examinamos algumas tendências predominantes da política educacional no Brasil, tomando como foco central as implicações socioeconômicas, políticas e ideológicas para a política educacional brasileira, aspectos que destacaremos em nossa análise.

A educação e, em particular, a política educacional, portanto, é parte constituinte desta formação estrutural determinante da formação social brasileira como sendo uma parte do

12 Ver, dentre outros, os seguintes autores: FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980; FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981a. (1. ed. 1974); FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981b. (1. ed. 1971); FIORI, José Luís. **A instabilidade e crise do Estado na industrialização brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ: IEI, 1988. (Tese de Concurso de Professor Titular). 234 p.; FIORI, José Luís. O cosmopolitismo de cócoras. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, SP: CEDES – Unicamp, ano XXII, n. 77, p. 11-27, dez. 2001c; FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985. 248 p.; FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. [Texto extraído da 1ª parte de *O mito do desenvolvimento econômico*. Paz e Terra, 1974]. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 89 p.; IANNI, Octávio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. 181 p.; IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. (Coleção Retratos do Brasil, v. 155); MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Organização e apresentação: Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000. 295 p.; SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Retratos do Brasil, v. 98). 415 p.

processo socioeconômico, político e ideológico que se expressa no campo da política educacional estatal, esta como a representação da configuração do poder político e da superestrutura de poder fundamental na manutenção da ordem socioeconômica dominante vigente.

Alguns aspectos socioeconômicos, políticos e ideológicos que revelaram as marcantes tendências do período estudado serão tratados tomando como foco central as implicações para a política educacional brasileira, particularmente os que marcaram o empreendimento das diretrizes e proposições do Estado brasileiro para a educação, no período de 2003-2022.

Aspectos históricos, políticos e ideológicos

O período antecedente que corresponde de 1990 a 2002 foi marcado pelo processo de redemocratização e pelo fim da ditadura militar instaurada em 1964 e como revelava Florestan Fernandes (1980, 1981a) e analisava Francisco Oliveira (2003) a ditadura militar que marcou seu fim em 1985, apenas vai sendo gradativamente destituída institucional e politicamente no decorrer de um longo período e, por isso, o processo desencadeado era lento, gradual e consentido como processo que desembocou no fim da ditadura e nos novos arranjos da chamada *Nova República*, carregada de velhos resquícios autoritários e de forte estrutura social segmentada e desigualmente estratificada, formando uma classe dominante (elites personificadas em frações hegemônicas, grupos econômicos nacionais e transnacionais) extremamente articuladas nas posições decisórias e benevolentes do aparelho central de estado, com desenvoltura financeira, política e ideológica que sustentou e sustenta uma condição estrutural e social que gerou e gera a dominação da classe dominada (trabalhadores, força de trabalho) em condições historicamente de miserabilidade social degradantes e desumanas.

A transição institucional da ditadura militar para a chamada Nova República (FLORESTAN, 1980, 1981a) e a luta social e política desencadeada nos anos de 1980, particularmente os seus

desdobramentos depois de 1985, e com o chamamento para as eleições parlamentares de 1986, e a consagração da nova Constituição promulgada em 1988 selou o *pacto democrático-liberal* com forte apelo social dado pelo movimento de luta contra a ditadura e a luta contra os níveis de deterioração e miserabilidade social do povo brasileiro, imposto por uma rotina permanente das frações hegemônicas da classe dominante antes, durante e depois da ditadura militar. A eleição para presidente em que Collor é eleito em 1989 foi a consumação dessa conciliação de forças conservadores (extrema-direita, direita e centro). Arranjos que nunca foram ou produziram algumas brechas fora dos ditames conciliatórios sob o domínio político e econômico da classe dominante (frações hegemônicas nacionais articuladas com frações transnacionais). Mesmo depois do impedimento do presidente Collor e a sucessão com o vice Itamar Franco geraram alguns abalos e tensões que não colocaram em perigo o *pacto conciliatório*, apenas novos arranjos do curso mais seguro para o pacto político e econômico nacional articulado com os interesses hegemônicos transnacionais culminou com a coalizão liderada pelo novo governo do presidente Itamar Franco (1992-1994), e permitiu que o *pacto conciliatório* levasse ao governo forças de centro-direita de fortes envergaduras para produzirem, lideradas pelo então ministro Fernando Henrique Cardoso (FHC), com *poderes articuladores* de um primeiro-ministro que criou o chamado Plano Real (1994) (WILLIANSO, 1992; CARDOSO, 1994; BRESSER-PEREIRA, 2003; BRASIL, 1988) e lançou o *social-liberalismo* como força política gestora do Estado e palco político para tornar vitoriosa a candidatura de FHC à presidência da República, em 1994 e 1998, consolidando dois mandatos consecutivos (1995-2002).

As eleições de 2002 e 2006 consagraram a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) para dois mandatos seguidos (2003-2010) e lançou uma jornada política que gestou um *pacto conciliatório* em que forças de centro-direita e sociais-democráticas de centro-esquerda deram vazão para um *liberalismo social-democrata* de cunho *neodesenvolvimentista*. Esse processo, com certas articulações políticas, permitiu o prolongamento da gestão do aparato central estatal em que o presidente Lula

conseguiu respaldar a candidatura da presidente Dilma Rousseff (Dilma), com eleições vitoriosas em 2010 e 2014. O governo Dilma ancorou o mesmo *pacto conciliatório*, mas ao mesmo tempo, essas forças foram dilatando para o centro-direita e para a extrema-direita de maneira que foram sedimentando *pragmaticamente* o *pacto de classe* em que sempre estiveram posicionados historicamente até o impedimento da presidente Dilma, em 2016, alçando para a gestão do Estado Brasileiro o então vice-presidente Michel Temer, que assumiu a presidência da república, interinamente em 12 de maio de 2016, e depois em 31 de agosto de 2016 assumiu a presidência da república até o final do ano de 2018, tornando-se o principal articulador do acordo político para o processo de impedimento da presidente Dilma e também articulador do *pacto conciliatório* explicitamente declarado como de forte cunho *neoliberal* sustentado pelas forças políticas e econômicas de centro-direita/extrema-direita que apenas condensou o histórico domínio de classe e suas frações na gestão do Estado e na manutenção da ordem social vigente. Tal *pacto conciliatório* verteu vários *acordos programáticos neoliberais* com destaque para a Reforma Trabalhista que prometendo modernizar e flexibilizar a legislação avançou profundamente contra os direitos sociais dos trabalhadores e gerou maior precarização das condições de trabalho e das condições já degradantes dos trabalhadores e das classes populares já historicamente excluídas das condições sociais e laborais elementares. Associada com a reforma trabalhista promoveu a reforma constitucional que alterou e gerou controle sobre os gastos públicos de forma exclusiva para as políticas sociais obrigatórios do estado, tais como saúde, educação, assistência social, moradia¹³. Em outras áreas também promoveu contenção de gastos gerando maior desemprego e miserabilidade social.

13 Política de destruição dos direitos sociais estabelecidos desde a Constituição de 1988, o então presidente da República, Michel Temer, apresentou à Câmara dos Deputados a PEC nº 241 (no Senado, PEC nº 55, também conhecida como a "**PEC do Teto de Gastos**"). Aprovada e publicada no Diário Oficial da República em 15 de dezembro de 2016, a posterior Emenda Constitucional nº 95 limita, por 20 anos, o aumento das despesas primárias da União para cada um dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e para os órgãos com autonomia administrativa e financeira: BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 15 dez. 2016b.

As eleições de 2018, eleições marcadas pela forte ascensão de forças de direita e de extrema direita, que antes se alinhavam e se moviam pactuando sempre o estado com forças de centro-direita e até de centro-esquerda, perceberam que as condições nacionais e mundiais favoreciam o avanço dessas mesmas forças e tingiam e dirigiram fortemente um possível *pacto conciliatório* como força política *neoliberal focada na conduta de classe de frações da direita e da extrema direita como vanguardas* desse processo. Tal movimento tornou vitoriosa a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro (Bolsonaro) com mandato de 2019-2022. O governo Bolsonaro alimentou e tornou possível o *pacto conciliatório neoliberal* de cunho *fundamentalista: político, ideológico, econômico, cultural e religioso*, típico de condutas *pragmáticas* lideradas pelas forças de direita e extrema-direita com convicções e nuances autoritárias e totalitárias próprias das *plutocracias fundamentalistas*. O governo Bolsonaro manteve e avançou nas medidas antissociais, tais como reforma da previdência e políticas de redução das condições sociais, produzindo histórico processo de deterioração e aumento da miserabilidade social que já vinham sendo historicamente degradantes à classe dominada e as aprofundou com *tinturas e nuances autoritárias e totalitárias* o que cunhamos chamar de *pacto conciliatório: plutocracia neoliberal fundamentalista*¹⁴.

Um quadro tendencial da política educacional no Brasil

No período de 1985-2002 e no período de 2003-2022 desencadeou-se longos períodos históricos com quadros e tratamentos socioeconômicos, políticos e ideológicos marcados

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 6 dez. 2020; BRASIL. MF. **Exposição de Motivos nº 00083/2016 MFDG**. 15 jun. 2016a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 6 dez. 2020.

14 BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Brasil: revisão das despesas públicas. Washington, D.C.: Banco Mundial, nov. 2017. v. I: Síntese.

profundamente por diversas circunstâncias, contradições e mediações em âmbito estrutural e superestrutural, com destaque para as mediações realizadas pelo aparato central estatal, processo esse consequentemente refletidos pela luta de classes.

Nesse processo histórico diverso há algumas tendências das políticas educacionais empreendidas pela esfera de comando estatal (1985-2022) que predominaram e predominam nesse longo período, evidentemente que *banhadas e entranhadas* na e pela realidade socioeconômica e política, demonstram *roupagens e facetas diferenciadas* e algumas, em especial, as desencadeadas e empreendidas pelo *aparato central estatal no período de 2016 a 2022 (governos Temer e Bolsonaro), mesmo que ancoradas nos mesmos eixos estruturantes demarcados de 1985 a 2022, sofrem uma acentuada dilação para um processo de forte significado e direcionamento de cunho pragmático neoliberal e fundamentalista, ancorado em alguns ditames da direita, mas dirigidos hegemonicamente pelos ditames da extrema-direita.*

Os **eixos estruturantes** que fundamentaram e fundamentam as **tendências predominantes** são *marcantes e reafirmados* no processo social e político de 2003-2022, com *cortes específicos* que acentuam certos aspectos socioeconômicos, políticos e ideológicos que eclodiram e se *intensificam* e se *modificaram* como significados expressos por essas tendências na *trajetória e circunstâncias históricas* demarcadas no período de 2016 a 2022:

A **primeira tendência** da **inadequação educacional** em relação aos novos requisitos exigidos pelo processo econômico e social (MELLO, 1991; XAVIER; DEITOS, 2006; CUNHA, 1991; LEHER, 1998; SAVIANI, 1998a, 1998b, 2007; DEITOS, 2000, 2007, 2005, 2010b, 2011, 2012, BRASIL, MEC, PNE, 2001, 2004, 2014, 2018).

A **segunda tendência** da **inadequação funcional ou da qualificação profissional** como eixo fundamental para justificar a inserção da força de trabalho para os requerimentos supostamente modernizantes que a configuração econômica de cada período histórico exige dos trabalhadores em todos os níveis. (BRASIL, 1998, 2001b, 2004; BANCO MUNDIAL, 1998, 1997, 2000; LEHER, 1998; NOGUEIRA, 1999; FONSECA, 1995, 1996;

SILVA, A. N., 2002; MELLO, 1991; XAVIER; DEITOS, 2006; DEITOS, 2000, 2005, 2010b, 2011; CUNHA, 1991; BRASIL, MEC, PNE, 2001, 2014).

A *terceira tendência* que considera o *atraso econômico e tecnológico* o elemento crucial para enfrentar os desequilíbrios e os desafios que o desenvolvimento econômico do conjunto da economia nacional e mundial. (MELLO, 1991; BRESSER-PEREIRA, 2003; CARDOSO, 1994; FIORI, 2001; OLIVEIRA, 2003; CARNEIRO, 2002; FATTORELLI, 2013; FAGNANI, 1999; LEHER, 1998; BID, 1998, 2000; CARDOSO JR.; CASTRO, 2006; BRASIL, 2001, GONÇALVES; POMAR, 2001; PINTO, 2000; DEITOS, M. L., 2006; CEPAL, 1995; LIMA FILHO, 2003; DEITOS; ZANARDINI, J.; ZANARDINI, I. M., 2016; ZANARDINI, I. M.; ZANARDINI, J.; DEITOS, 2020; SILVA, 2020; BRASIL, MEC, PNE, 2001, 2014; BRASIL, PDE, 2008; FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, PMDB, UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015; BANCO MUNDIAL, UM AJUSTE JUSTO, 2017b).

Os *eixos estruturantes* que fundamentam as *tendências predominantes*: a da *inadequação educacional*, a da *inadequação funcional ou da qualificação profissional* e a do *atraso econômico e tecnológico* demonstram algumas variáveis e *algumas alterações em suas roupagens, facetas* e no *significado* dado para *alguns conteúdos* e a *forma* para processá-las na dinâmica das contradições e mediações socioeconômicas e políticas dirigidas pelo aparato central do estado em determinadas circunstâncias históricas, com características específicas:

O *governo Lula* (2003-2010) incorporou elementos do *liberalismo social-democrata* como vertedouro para o que se convencionou chamar de *neodesenvolvimentismo*¹⁵ que culminava com a expansão relativa da estrutura universitária e escolas federais, bem como com a dinamização de aportes aos setores públicos e privados nos níveis da educação básica e superior. Esse processo, com inúmeros conflitos de interesses e contradições

15 Ver, dentre outros, ZANARDINI, I. Monica Souza; ZANARDINI, João Batista; DEITOS, Roberto Antonio. Do Estado de Bem-Estar Social ao neodesenvolvimentismo: considerações sobre o papel do Estado sob o capital. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 72-90, maio/ago. 2020.

não resolvidas desde o primeiro governo Lula, mas que resolveu algumas demandas sociais específicas e represadas, ao mesmo tempo em que não rompeu radicalmente com os ditames essenciais que as ancoravam, tais como as expressas no PNE – Plano Nacional de Educação do governo FHC (BRASIL, MEC, 2001), para as políticas educacionais. Com o avanço do governo Lula, o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, MEC, PDE, 2008) congregou as ações e proposições dirigidas às políticas educacionais e ampliou as alianças sociais e com os setores econômicos que oxigenava a pauta social-democrata no campo educacional brasileiro gerando relativa, mas positiva expansão e ampliação das demandas educacionais públicas e especialmente a expansão privada de instituições educacionais técnicas e de ensino superior.

Já no **governo Dilma** (2011-2016) essa tendência assumiu a consolidação do processo que já estava ocorrendo no governo Lula, mas que aos poucos, dadas as peculiaridades e particularidades do processo social e político, foi acentuando, na correlação de forças, o projeto na direção do que se convencionou chamar de *economia do conhecimento* para demonstrar avanços no processo de educação média, profissional e superior, tanto em âmbito do setor público como privado. Uma das expressões mais articuladas desse processo, no governo Dilma, foi a criação do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego que já revelava forte conexão com os setores econômicos e o direcionamento dessas políticas por forças sociais que detinham o controle das instituições lideradas pelos setores econômicos, em especial, o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, e ao SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. A culminância dessa articulação para reorganizar a estratégia da política educacional no governo Dilma girou bastante em torno do novo PNE – Plano Nacional de Educação (BRASIL, PNE, 2014) que deveria ser aprovado em 2011, mas que só foi aprovado em 2014, com vigência até 2024. Os interesses dos setores econômicos predominaram na disputa gerando a contenção do processo de criação do novo PNE, que deveria ocorrer em 2011, já como uma expressão das

forças hegemônicas no direcionamento das políticas sociais e no estreitamento da expansão de novas demandas e de recursos para o financiamento das políticas sociais. Na prática, essas forças *tingiram e frearam* as políticas sociais e educacionais e caminharam para a realização daquilo que Cunha (1991) chamou de contenção da ascensão do nível médio para o nível superior de uma maior parcela da população e ao mesmo tempo criar condições para gerar um equilíbrio funcional mais seletivo demandado pelos setores produtivos em âmbito das necessidades funcionais de nível médio, técnico e superior, constituído por um processo de desenvolvimento econômico nacional pautado na *reprimarização* da economia brasileira¹⁶.

No *governo Temer* (2016-2018) esse processo acentuou, na *forma* e no *conteúdo*, o forte *pragmatismo político neoliberal* já demarcado pelas políticas de *orientação hegemônicas pelas frações da extrema-direita*, mesmo que lideradas em parte pela própria direita e centro-direita, ancoradas na gestão do aparato central do estado. Desse modo, no campo da política educacional houve um afunilamento para as políticas sociais pautadas no receituário neoliberal, hegemônico pelos pressupostos da extrema-direita¹⁷. A gestão do aparato central estatal liderada pelo governo Temer sustentou a destrutiva reforma trabalhista, a reforma fiscal concebida pela PEC-95 – Proposta de Emenda Constitucional, que afunilou e congelou os gastos em políticas e direitos sociais legalmente previstos pela Constituição de 1988, priorizando a acumulação financeira dos setores hegemônicos internos e externos, e uma reforma do ensino médio e profissional demarcada pelo processo de expansão da profissionalização controlada pelos setores econômicos. Planificou o terreno, no conteúdo e na forma, para a gestão do aparato estatal que iniciou em 2019.

16 Ver, dentre outros: Deitos; Lara (2016); SILVA, Luciano Edison. **Educação e força de trabalho em uma economia primário-exportadora**: o panorama das ocupações para os egressos do ensino médio da microrregião de Capanema-PR. 230 p. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2020.

17 FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, 29 out. 2015.

O *governo Bolsonaro* (2019-2022) pousou na *pista planejada* entre 2016 a 2018, mas trouxe na *bagagem* e na *carruagem*, tanto no *conteúdo*, como na *forma*, a ênfase nos aspectos e eixos que nortearam, no jogo de forças e disputas das frações da classe hegemônica, os componentes que iriam disseminar e dar fluidez aos interesses dominantes em disputa e o assentamento do processo de domínio de frações da classe dominante na repartição da riqueza socialmente produzida, mesmo que a miséria e a degradação social seja o resultado a ser *domado* pela força da lei e da violência que o estado possui, consolidando na gestão central do aparato estatal os ditames do *pragmatismo neoliberal* e *fundamentalista*, ancorado em pressupostos ideológicos da extrema-direita, com fortes e definidas *nuances* de cunho *autoritário*, *autocrático* e *totalitário*, culminado com o desejo e as práticas de poder e governança que levam a tomar a forma de um *poder político-social-estatal* constituído por uma *plutocracia fundamentalista dirigida pela extrema-direita*. Governo pautado num *pragmatismo político* alicerçado e alimentado ideologicamente por uma tendência à *plutocracia fundamentalista* que levou a gestão central do aparato do estado a empreender a política educacional que *aparentemente despretensiosa* em suas ações era na verdade impulsionadora de proposições e estratégias que designaram e designam no campo da política educacional os mesmos objetivos empreendidos nas outras áreas dirigidas pelo aparato central do estado. Especificamente para a política educacional, a gestão do aparato central do estado foi progressivamente impulsionando e redefinindo ações, estratégias e proposições normativas e políticas que foram permitindo revelar o *pragmatismo educacional* da *plutocracia fundamentalista*. Projetos e ações que deslocaram o processo para o campo do *fundamentalismo ideológico* e *religioso* como orientação para *normativas ideológicas comportamentais* do tipo controle de docentes e suas perspectivas pedagógicas e intelectuais com uma militância *fundamentalista* em torno do que se convencionou chamar de *escola sem partido*¹⁸, *bem como*

18 Ver, dentre outros: WALTENBERG, G. Silva. Esmeril News entrevista o advogado, procurador aposentado do Estado de São Paulo em Brasília e fundador do Escola Sem

com a gestão estratégica do pragmatismo fundamentalista educacional. Outra dimensão desse embate foram as proposituras que encampam a defesa da terceirização da gestão de políticas e direitos sociais, a criação de escolas cívico-militares, o controle, a redução e o congelamento dos recursos na diversas instâncias da gestão central estatal da educação com a prática revelada de mecanismos operacionais de recursos federais que burlavam os caminhos contábeis, fiscais, institucionais e legais obrigatórios para a gestão de recursos públicos e infraestrutura para a educação brasileira¹⁹. O que era aparentemente e é, até o momento, uma falta de projeto de gestão da política educacional nacional, nada mais é do que a efetivação de uma gestão de um órgão central do aparato estatal reveladora de um *projeto político neoliberal fundamentalista* centrado no *rompimento gradual de direitos sociais e educacionais democráticos e liberais progressistas estabelecidos na Constituição de 1998* que vão sendo aos poucos destruídos e os eixos centrais rompidos. No lugar desses eixos vão sendo expostos e impostos condutas antidemocráticas e antissociais que vão sendo operacionalizadas pelo aparato estatal central na

Partido sobre os efeitos da Lei 14.164/21 para as Famílias brasileira. **Revista Esmeril**, 2019. Disponível em: <https://revistaesmeril.com.br/entrevista-dr-miguel-nagib/>. Acesso em: set. 2022.

- 19 SALDAÑA, Paulo; TEIXEIRA, Matheus. Órgão do MEC orientou prefeitura a forjar pedido de verba já liberada, mostra email. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 out. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/10/orgao-do-mec-orientou-prefeitura-a-forjar-pedido-de-verba-ja-liberada-mostra-email.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 22 out. 2022; CASADO, Leticia; MADEIRO, Carlos. Governo quase zera verba de programas alimentares no Orçamento de 2023. **UOL**, São Paulo, 27 set. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/27/governo-quase-zera-verba-de-programas-alimentares-no-orcamento-de-2023.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 22 out. 2022; ALVES, Chico. MEC não explica gastos de R\$ 18 bi no FNDE, diz Controladoria da União. **UOL**, São Paulo, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2022/06/29/mec-nao-explica-gastos-de-r-19-bi-no-fnde-diz-corregedoria-da-uniao.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 22 out. 2022; SERAPIÃO, Fabio; SALDAÑA, Paulo; MATTOSO, Camila. Ex-ministro Milton Ribeiro e pastores ligados a Bolsonaro são presos pela PF. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/pf-mira-ex-ministro-e-pastores-ligados-a-bolsonaro-em-operacao-sobre-verba-do-mec.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 22 out. 2022.

consumação de um *pragmatismo fundamentalista* ancorado por frações políticas de extrema-direita como um projeto de sociedade, obviamente que de uma sociedade altamente estratificada, estrutural e socioeconomicamente desigual e violenta. Nesse quesito, o campo educacional e conseqüentemente da política educacional empreendida expressa os mesmos desígnios desse processo, eis o caminho que tomou e vem tomando até o momento a política educacional *destrutiva* do governo. Nela, a educação, e particularmente a política educacional empreendida pelo aparato central estatal, cumpre uma função específica e centrada na *formação de valores psicossociais e capacidades profissionais* com foco dirigido e preestabelecidos para garantir a estrutura social, que já é desigual e estratificada, para sedimentar a *internalização*²⁰ de que só existe essa estrutura viável, estável e ideologicamente a única que pode ser realizável como projeto societário²¹.

20 Ver, dentre outros, MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

21 Ver, dentre outros: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SEAE). **Política Nacional de Longo Prazo**. Brasília: SEAE, ago. 2022; INSTITUTO SAGRES. **Projeto de nação: cenário Prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivo, Diretrizes e Óbices 102**, Brasília, fevereiro de 2022; BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020**: sumário executivo. Brasília, 2020; BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Brasil em Números [Brazil in Figures]**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, p. 1-480, 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual do uso do poder político estatal e das funções do Estado, as ramificações, as influências diretas ou indiretas, e a eficácia da plutocracia ampliaram-se e aprofundaram-se. O que antes só podia ser conseguido mediante tráfico de influências, corrupção ou coação, hoje pode ser feito de modo simples e direto, através da composição entre interesses privados (nacionais e estrangeiros) e as cúpulas políticas, militares ou tecnocráticas dos governos. Diferentes tipos de políticas “nacionais”, de programas de “racionalização” e de “planificação estatal” canalizam as decisões, que interessam à “iniciativa privada” e mobilizam os meios para atingi-las. Em consequência, as associações de dominação vinculadas às classes privilegiadas sofreram forte intensificação de suas funções especificamente políticas, embora tivessem de passar por profundas alterações (especialmente quanto à articulação com outros grupos – políticos, militares e técnico-burocráticos – e quanto ao “estilo” de atuação política). E, o que é mais relevante, formaram-se identificações com a “ordem”, a “segurança nacional”, a “revolução institucional” e a “modernização”, que amadureceram a consciência e as formas de solidariedade de classe da plutocracia em sentido realista. As classes privilegiadas entenderam que não podem ser “iluministas”, “liberais” e muito menos “tolerantes”. Acabaram acomodando-se à ideia de que não podem repetir o padrão europeu de revolução burguesa e que podem tirar maior proveito do “*pragmatismo político*”, que lhes ensina ser impossível conciliar capitalismo e democracia, sem abrir mão do seu superprivilegiamento relativo e sem atacar as iniquidades do subdesenvolvimento. Portanto, o resultado final dessa complexa evolução foi uma concentração ainda maior do poder político no tope, uma adulteração ainda maior do ritualismo democrático e uma desenvoltura sem contenções no uso do Estado para fins particularistas. As estruturas de poder em que se funda a hegemonia burguesa racionalizam-se, enquanto as demais estruturas da sociedade de classes evocam as realidades e os dilemas do

subdesenvolvimento. (FLORESTAN FERNANDES, 1972, edição de 1981, p. 111-112).

Florestan Fernandes (1981) compreendia com profunda dimensão os problemas da sociedade latino-americana e, em especial, os da sociedade brasileira. Não se cansava de ensinar que as relações predominantes nesta parte do mundo sofriam dos mesmos problemas *crônicos* de que padecia e padece a humanidade com seu modo de vida ancorado estruturalmente numa sociedade cindida pela divisão de classes, classe dominante e classe dominada, como a única forma de viver. Essa propositura da classe hegemônica é o indicativo de que a visão, e a consciência possível só é permitida para “os mortais” quando se enquadram nessa configuração pré-estabelecida. Esse processo, no campo educacional, e a função que a educação ocupa na disseminação destes valores e parâmetros de classe são traduzidos e operacionalizados como pressupostos ideológicos, políticos e psicossociais para a implantação e implementação de estratégias de gestão do aparato estatal central educacional hegemônicos, no momento atual, por forças políticas de extrema-direita. Aparato este que não é neutro, muito menos harmonioso ou isento das correlações e forças econômicas, sociais e políticas que o disputam, o controlam e o dirigem. Desse modo, particularmente a política educacional nada mais é do que parte desse processo contraditório engendrado nessa dinâmica social e política e representa efetivamente o que emerge e se consolida como realização por meio de mediações promovidas e gestadas pelo aparato central estatal.

Para finalizar este livro²², num ano pouco comum, depois de dois anos muito difíceis para toda a humanidade e de modo muito particular para o Brasil, um país que sofreu muito com o enfrentamento da pandemia e das políticas empreendidas pelo atual governo nesses quase quatro anos, não há outro modo mais humano que deixar a alma falar porque é nela que nasce a esperança quando já pensamos que não há mais por onde caminhar!

22 Conclusão finalizada no dia 29 de outubro de 2022.

Ao fazer a revisão da diagramação do texto final deste livro, agora em dezembro²³, após o resultado das eleições que consagrou a vitória de **Luiz Inácio Lula da Silva** como *presidente eleito*, algumas constatações foram divulgadas pela Comissão do Congresso Nacional que trata do Orçamento Federal e pela Comissão de Transição do Governo Eleito²⁴ sobre o orçamento federal para o ano de 2023. Destaco especialmente algumas situações *dramáticas* e extremamente *danosas e destrutivas do direito à educação estabelecido como dever do Estado brasileiro na Constituição de 1988*, dentre elas, a que se refere aos **cortes** e a **drástica redução orçamentária promovida pelo governo nefasto derrotado nas eleições**, perversamente ancorada pelas imposições fiscais da *PEC do Teto de Gastos*, PEC 95 (BRASIL, 2016)²⁵, e na peça orçamentária para o ano de 2023, para a edu-

23 Esta parte conclusiva (breve comentário final) acrescentei depois das eleições para presidência do Brasil que consagrou a vitória de **Luiz Inácio Lula da Silva** como *presidente eleito*. Este breve acréscimo das considerações finais foi concluído em 08 de dezembro de 2022.

24 CONGRESSO NACIONAL. **PLOA-2023**: Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32 de 2022. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-orcamentarias/ploa-2023>. Acesso em: 13 nov. 2022.

25 Ver, dentre outros, análises da Auditoria Cidadã da Dívida, com destaque para o contido nos seguintes documentos: <https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2016/11/DENU%cc%81NCIA-CONTRA-A-PEC-55.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022; Carta aberta e notas. Carta aberta ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional e à sociedade. 6 dez. 2022. (Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida). Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-ao-presidente-eleito-luiz-inacio-lula-da-silva-ao-congresso-nacional-e-a-sociedade/>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Ver também manifestação do *presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva* sobre como o orçamento federal para o ano de 2023, em processo de discussão no Congresso Nacional, é tratado quando entra na conta os trabalhadores e a população em situação de pobreza e miséria e quando é necessário contestar o *privilegiamento* de classe *petrificado* pelos detentores do poder econômico e político: “Quando você coloca uma coisa chamada **teto de gastos** tudo que acontece é você **tirar dinheiro da saúde, tirar dinheiro da educação, tirar dinheiro da ciência e tecnologia, tirar dinheiro da cultura**. Você tenta **desmontar tudo aquilo que faz parte do social**. E você **não mexe em um centavo do sistema financeiro**. Você não mexe um centavo daquele juro que os banqueiros têm que receber”. (AMARAL, Ana Carolina; WATANABE, Phillippe. “Vai cair a Bolsa, vai aumentar o dólar? Paciência”, diz Lula ao defender furar teto de gastos para “responsabilidade social”. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 17 nov. 2022, às 6h50, atualizado: 17 nov. 2022, às 8h43.

cação básica, educação superior e desenvolvimento da ciência no país. De forma absurda, modo peculiar de governos pautados em fundamentos da extrema-direita, o *atual governo derrotado nas eleições de outubro* e que **seguia um programa devastador dos direitos e políticas sociais e princípios democráticos**, alimentado e sustentado pelo **projeto neoliberal fundamentalista de extrema-direita**, em termos de algumas políticas educacionais, tais como merenda escolar, infraestrutura para o desenvolvimento da educação infantil (crianças) e investimentos em ciência e ensino superior público são devastadores e demonstram efetivamente o que movia e o que pretendiam com tais políticas. Basta analisar que para a política de implementação de infraestrutura para o desenvolvimento da educação infantil no Brasil e de acordo com o que está previsto no orçamento para 2023, apenas é possível valor correspondente para a construção de uma escola de educação infantil (valor máximo destinado no orçamento; dois milhões e quinhentos mil reais) em um país que conta com 5.570 municípios e com elevado número de crianças que ainda não estão com seus direitos de acesso à educação infantil garantidos²⁶. Somado a isso, cresce assustadoramente o número de pessoas que estão passando fome e na miséria com grande parcela de crianças e adolescentes, adultos e idosos (*seres humanos*)²⁷. Como conclusão deste livro quero trazer uma passagem do professor e neurocientista **Miguel Nicolelis**²⁸ que considero pertinente à nossa reflexão para o campo da educação e para a análise crítica da sociedade:

Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/11/na-cop27-lula-defende-furar-teto-de-gastos-para-responsabilidade-social.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso 17 de nov. 2022. Grifos nossos).

- 26 CONGRESSO NACIONAL. **PLOA-2023**: Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32 de 2022. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023. Brasília, DF: Congresso Nacional. 2022. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-orcamentarias/ploa-2023>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- 27 CUCOLO, Eduardo. Após tombo em 2020, extrema pobreza voltou a subir no Brasil em 2021. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2022, às 17h. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/11/apos-tombo-em-2020-extrema-pobreza-voltou-a-subir-no-brasil-em-2021.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 12 nov. 2022.
- 28 NICOLELIS, Miguel. **O verdadeiro criador de tudo**: como o cérebro humano esculpiu o universo como nós o conhecemos. São Paulo: Planeta, 2020.

Envolver-se no debate sobre as causas primordiais do surgimento de complexas estruturas sociais humanas que definem sistemas político-econômicos é essencial porque, como vimos, o nosso cérebro permanece maleável ao longo de toda a vida. Isso implica que, por meio da educação crítica, pode-se desmistificar a natureza das abstrações mentais, como o mercado e o sistema financeiro, demonstrando que são apenas criações do ser humano, não produto da intervenção divina. Somente essa iniciativa pavimenta o caminho de um sistema educacional que incuta uma visão humanística, muito mais relevante e sólida, na mente da sociedade e de seus futuros líderes, no que tange à sabedoria de comprometer o bem-estar de centenas de milhões ou bilhões de pessoas em favor de uma miragem mental. Em outras palavras, ao demonstrar que a ideologia baseada apenas no mercado não é um deus nem parte de sua obra, temos mais chances de promover agendas político-econômicas que priorizam a qualidade de vida da humanidade, bem como o ambiente natural do nosso planeta.

Educação, oportunidades e justiça ilimitadas, não ganância, deveriam ser o mote que impulsiona o universo humano futuro. (NICOLELIS, 2020, p. 355).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ABRANTES, T. A. **As condicionalidades do Banco Interamericano de Desenvolvimento e as políticas de educação profissional no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019.

ALBA, R. P. **Mercantilização da educação no Brasil: da proposta do banco mundial à incorporação nos planos nacionais de educação**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019.

ALVES, Chico. MEC não explica gastos de R\$ 18 bi no FNDE, diz Controladoria da União. **UOL**, São Paulo, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2022/06/29/mec-nao-explica-gastos-de-r-19-bi-no-fnde-diz-corregedoria-da-uniao.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 out. 2022.

AMORIM, Ricardo L. C.; CAMPOS, André Gambier; GARCIA, Ronaldo Coutinho (ed.). **Brasil: o estado de uma nação – estado, crescimento e desenvolvimento: a eficiência do setor público no Brasil**, 2007. Brasília, DF: IPEA, 2008.

AQUINO, Luseni Maria C. de. A juventude como foco das políticas públicas (Introdução). *In*: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2009. p. 25-39.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Carta aberta e notas. carta aberta ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional e à sociedade. 6 dez. 2022. (Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida). Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/>

carta-aberta-ao-presidente-eleito-luiz-inacio-lula-da-silva-ao-congresso-nacional-e-a-sociedade/. Acesso em: 7 dez. 2022.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Contra a PEC 55**. Brasília, 1º nov. 2016. (Maria Lucia Fattorelli Carneiro, Presidente da Auditoria Cidadã da Dívida). (EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e Excelentíssimos Senhores Presidentes das Comissões do Senado Federal: • de Constituição, Justiça e Cidadania • de Assuntos Econômicos • de Assuntos Sociais • de Educação, Cultura e Esporte • de Direitos Humanos e Legislação Participativa). Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2016/11/DENU%cc%81NCIA-CONTRA-A-PEC-55.pdf>.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Gráfico do Orçamento Federal Executado – 2018 e dados da Dívida Brasileira 2017-2018**. Brasília, DF: ACD, 2019. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BALZAC, H. de. **Código dos homens honestos: ou a arte de não se deixar enganar pelos larápios**. Tradução: Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Documento de país. In: VIANNA JÚNIOR, Aurélio *et al.* (org.). **A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos**. Brasília, DF: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 1998. p. 172-196.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Documento de país. (GN -2104-1, de 7 de julho de 2000, original: espanhol). Washington, DC: BID, 2000. In: BARROS, Flávia *et al.* (org.) *et al.* **As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil (2000-2003)**. Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2001. Anexo I, p. 222-255.

BANCO MUNDIAL. **Competências e Empregos**: Uma agenda para a Juventude. Síntese de constatações, conclusões e recomendações de políticas. Mar. 2018b. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/953891520403854615/pdf/123968-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P156683-CompetenciaseEmpregosUmaAgendaparaaJuventude.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BANCO MUNDIAL. Corporação Financeira Internacional. **Estratégia de parceria com o Brasil (2008-2011)**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2008.

BANCO MUNDIAL. Corporação Financeira Internacional. **O Estado num mundo em transformação**. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997. Washington, D.C., 1997.

BANCO MUNDIAL. Corporação Financeira Internacional. **Um Brasil mais justo, sustentável e competitivo**: estratégia de assistência ao país 2004-2007. Brasília, DF: Banco Mundial. Departamento do Brasil. Região da América Latina e Caribe; Corporação Financeira Internacional, Departamento da América Latina e Caribe, 2003.

BANCO MUNDIAL. **Educación técnica y formación profesional**. Documento de política do Banco Mundial. Washington, D.C., EUA, 1992.

BANCO MUNDIAL. **Emprego e Crescimento**: a Agenda da Produtividade. Washington, D.C.: BM, 2018a.

BANCO MUNDIAL. Estratégia de assistência ao país. (Relatório nr. 20160-BR, 06 de março de 2000, Tradução: Maria Isabel de A. F. Bandeira Taveira e Marieane Arantes R. de Oliveira, Serviço de Tradução – SIDOC – Senado Federal), 2000. *In*: REDE BRASIL SOBRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS. BARROS, Flávia (org.) *et al.* **As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil (2000-2003)**. Brasília: Rede Brasil, 2001. Anexo II, p. 269-314.

BANCO MUNDIAL. **Governança e a lei**: visão geral. Relatório de Desenvolvimento Mundial. Washington, D.C.: BM, 2017a.

BANCO MUNDIAL. **La naturaleza cambiante del trabajo**: informe sobre el desarrollo Mundial. Washington, D.C.: BM, 2019.

BANCO MUNDIAL. **O Estado num mundo em transformação**. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997. Washington, D.C., EUA, 1997.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual de 2009**: ano em perspectiva. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2009a.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual do Banco Mundial 2005**. (Ano em perspectiva). Washington, D.C., EUA, 2005.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**: principais mensagens: aprendizagem para realizar a promessa da educação. Washington, D.C.: BM, 2018c.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2010**: visão geral antecipada: desenvolvimento e mudança climática. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2009b.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Brasil: revisão das despesas públicas. Washington, DC: BM, nov. 2017b. v. I: Síntese.

BANCO MUNDIAL; CFI. Estratégia de assistência ao país. In: VIANNA JR, Aurélio (org.) *et al.* **A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil**: análise crítica e documentos inéditos. Brasília, DF: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 1998. p. 105-134.

BANCO MUNDIAL; CFI. **Um Brasil mais justo, sustentável e competitivo**: Estratégia de assistência ao País 2004-2007. Brasília, DF: Banco Mundial. Departamento do Brasil. Região da

América Latina e Caribe; Corporação Financeira Internacional, Departamento da América Latina e Caribe, 9 dez. 2003. (Tradução de partes do documento oficial em inglês da Estratégia de Assistência ao País, discutido pela diretoria executiva do Banco Mundial em 9 de dezembro de 2003). p. 15-24: Antecedentes e evolução recente; p. 25-47: Desafios ao desenvolvimento brasileiro.

BANCO MUNDIAL; CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL. **Barreiras jurídicas, administrativas e políticas aos investimentos no Brasil**: o quadro dominante das leis e das políticas e o papel da promoção dos investimentos. Washington, D.C.: Serviço de Assessoramento sobre Investimentos Estrangeiros, 2001. v. 1.

BRASIL. **Avaliação do Plano Nacional de Educação – PNAE/2001**. Brasília, MEC, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 6 dez. 2020.

BRASIL. INEP. Financiamento da educação no Brasil. **Em aberto**, Brasília, DF: INEP/MEC, v. 18, n. 74, p. 1-164, dez. 2001a. Disponível em: inep.gov.br.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020**: sumário executivo. Brasília, 2020.

BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. MEC. INEP. **Educação recebeu R\$ 117 bilhões em 2007**. Brasília, DF: MEC, 2009. (15 de abril de 2009, outras notícias, MEC-INEP).

BRASIL. MEC. INEP. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. (Fernando Haddad). Brasília, DF: INEP, 2008.

BRASIL. MEC. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. MF. **Exposição de Motivos nº 00083/2016 MFDG**. 15 jun. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 6 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Brasil em Números [Brazil in Figures]**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, p. 1-480, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo escolar – notas estatísticas 2018**. Brasília, DF: INEP/MEC, jan. 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **CONAE 2010: Conferência Nacional de Educação**. Brasília, DF: CONAE, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação**

superior 2017. Brasília, DF: Deed, set. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **PNP 2019 (Ano base 2018)**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://resultados.plataformamanilopecanha.org/2019/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**. Brasília, DF: Presidência da República, 12 jan. 2007a. (Apresentação no Senado Federal, 2007).

BRASIL. Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**. Brasília, DF: Presidência da República, 2007b.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. v. 67.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNAE**. Brasília, DF: MEC, 2001b.

BRASIL. Presidência da República (F. H. Cardoso). Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Presidência da República. Governo Fernando Henrique Cardoso. **Nova política industrial: desenvolvimento e competitividade**. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SEAE). **Política Nacional de Longo Prazo**. Brasília: SEAE, ago. 2022.

BRASIL. Presidente. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, DF: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. **PROEJA, Documento Base**. Brasília, DF: MEC, 2006.

BRASIL. Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República. Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**. Brasília, DF: Presidência da República, 2007a. (Material para a Imprensa, divulgação no lançamento do PAC, 22 jan. 2007).

BRASIL; CARDOSO, Fernando Henrique (Ministro de Estado da Fazenda). Plano Fernando Henrique Cardoso (Exposição de Motivos n. 395, de 7 de dezembro de 1993). **Revista de Economia Política**, São Paulo: Brasiliense, v. 14, n. 2(54), abr./jun. 1994. (Plano Real).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial de 1995. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 3, p. 29-46, jul. 2001. Burocracia e reforma do Estado.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Apresentação. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. (org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Tradução: Carolina Andrade. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999a. p. 7-13.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. Tradução: Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Ed. 34, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. (org.). **Reforma do Estado e administração pública**

gerencial. Tradução: Carolina Andrade. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999c. p. 237-270.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil:** história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Ed. 34, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Economia conservadora e economia progressista. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 4(20), p. 5-14, out./dez. 1985.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. *In:* BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. (org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial.** Tradução: Carolina Andrade. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999b. p. 21-38.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Influências e contribuições. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 20, n. 1(77), p. 155-176, jan./mar. 2000.

CAMARANO, Ana Amélia; LEITÃO E MELLO, Juliana; KANSO, Solange (org.). **Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros:** juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2009.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso; CASTRO, Jorge Abrahão. Economia política das finanças sociais brasileiras no período 1995-2002. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 145-174, jan./jun. 2006.

CARDOSO, F. H. Apresentação. *In:* BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.** Brasília, DF, 1995. p. 9-12.

CARDOSO, F. H. FHC defende novo 'pacto constitucional' em 2007. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 out. 2003. p. A4.

CARDOSO, F. H. Plano Fernando Henrique Cardoso: exposição de motivos n. 395, de 7 de dezembro de 1993. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 14, n. 2(54), p. 114-131, abr./jun. 1994.

CARDOSO, F. H. (Ministro de Estado da Fazenda). Plano Fernando Henrique Cardoso (Exposição de Motivos n. 395, de 7 de dezembro de 1993). **Revista de Economia Política**, São Paulo: Brasiliense, v. 14, n. 2(54), abr./jun. 1994. (Plano Real).

CARDOSO, F. H. Reforma do Estado. *In*: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. (org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Tradução: Carolina Andrade. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999. p. 15-19.

CARDOSO, F. H. **Revista VEJA**, São Paulo, 10 set. 1997. (Entrevista, Rev. Número 1512). Disponível em: http://veja.abril.com.br/100997/p_022.html.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE-Unicamp, 2002. Prefácio: Luiz Gonzaga de Mello Belluzo (p. 13-26). 423 p.

CASADO, Letícia; MADEIRO, Carlos. Governo quase zera verba de programas alimentares no Orçamento de 2023. **UOL**, São Paulo, 27 set. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/27/governo-quase-zera-verba-de-programas-alimentares-no-orcamento-de-2023.htm?cmpid=copiaecola>.

CASTRO, Cláudio de Moura. **O secundário**: esquecido em um desvão do ensino? Brasília, DF: INEP, 1997. (Série documental/textos para discussão).

CEPAL/UNESCO. **Educação e conhecimento**: eixo da transformação produtiva com equidade. Brasília, DF: IPEA/CEPAL/INEP, 1995. Apresentação, p. 3-13; O desenvolvimento Latino-Americano e a proposta de transformação produtiva com equidade, p. 17-40.

CERATTI, Mariana Kaipper. Jovens que não estudam nem trabalham: escolha ou falta de opções?. [Entrevista]. **El País**, Brasília, 17 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/16/economia/1521229056_606414.html. Acesso em: 23 mar. 2019. (Pesquisa referenciada: MACHADO, A. L.; MULLER, M. If it's already tough, imagine for me...: a qualitative perspective on youth out of school and out of work in Brazil. World Bank Group – Poverty and Equality Global Practice, Mar. 2018. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/860281520017410767/pdf/WPS8358.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019).

CORALINA, Cora. **Poemas dos Becos de Goiás e estórias mais**. 10. ed. São Paulo: Global Editora, 1985. p. 233 (1. ed. 1965).

CRUZ, S. C. V. **Organizações internacionais e reformas neoliberais**: reflexões a partir do tema da propriedade intelectual. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2002.

CUNHA, L. Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e o orçamento da educação**: desvendando a caixa preta. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. 121 p.

DEITOS, Maria Lúcia Melo de Souza. **As políticas públicas de qualificação de trabalhadores e suas relações com a inovação tecnológica na indústria brasileira**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2006. Disponível em: www.unicamp.br.

DEITOS, Roberto Antonio. **Ensino médio e profissional e seus vínculos com o BID**: os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional. Cascavel, PR: Edunioeste, 2000.

DEITOS, Roberto Antonio. Estado, Organismos Internacionais e políticas sociais no Brasil. *In*: CHAVES, Marta; SETOGUTI, Ruth Izumi; VOLSI, Maria Eunice França (orgs.). **A função social da escola**: das políticas públicas às práticas pedagógicas. Maringá, PR: Eduem, 2011. 236 p., p. 121-150.

DEITOS, Roberto Antonio. Liberalismo educacional: o receituário de Milton Friedman. *In*: ZANARDINI, Isaura Monica Souza; ORSO, Paulino José (orgs.). **Estado, educação e sociedade capitalista**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2008. p. 25-38.

DEITOS, Roberto Antonio. **O Capital Financeiro e a Educação no Brasil**. 2005. 357 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: [www.unicamp.br/FE/Biblioteca/Acervo Digital](http://www.unicamp.br/FE/Biblioteca/Acervo%20Digital). Acesso em: 10 dez. 2010.

DEITOS, Roberto Antonio. O liberalismo social-democrata e a reforma do Estado brasileiro (1995-2002). **Perspectiva**: Revista do Centro de Ciências da Educação UFSC, Florianópolis, SC: Editora da UFSC: NUP/CED, v. 30, n. 1, p. 199-229, jan./abr. 2012.

DEITOS, Roberto Antonio. Os Organismos Internacionais e a política educacional brasileira. *In*: XAVIER, Maria Elizabete S. P. Xavier (org.). **Questões de educação escolar**: história, políticas e práticas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

DEITOS, Roberto Antonio. **Poema Humanitário**. Scortecci Editora, 2020.

DEITOS, Roberto Antonio. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, PR: UEM, v. 32, n. 2, p. 209-218, 2010.

DEITOS, Roberto Antonio. Prefácio. *In*: LÓPEZ, Jesús; GARCÍA, Silvia. **El Juego de Cambiar el Juego**: pensar el cambio en ambientes sociales complejos. Caracas, Venezuela: CENDES, 2010. Prefácio, p. 4-6.

DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Angela Mara de Barros. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ: RBE, v. 21, n. 64, p. 165-189, jan./mar. 2016.

DEITOS, Roberto Antonio; ZANARDINI, João Batista; ZANARDINI, Isaura Monica. Aspectos socioeconômicos das políticas educacionais no Brasil. **Educere et Educare**, Cascavel, PR: Unioeste, v. 11, n. 23, p. 1-11, jul./dez. 2016.

DELORS, Jacques; UNESCO. **Educação**: Um tesouro a descobrir – relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez: Unesco: MEC, 1996.

FAGNANI, Eduardo. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993/98. **Revista de Economia e Sociedade**, Campinas, SP: IE – Unicamp, n. 13, p. 155-178, dez. 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistência sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FATTORELLI, Maria Lucia. Auditoria Cidadã da Dívida. **Auditoria Cidadã da Dívida**: experiências e métodos. Brasília: Inove Editora, 2013. Disponível em: www.auditoriacidada.org.br.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. (1. ed.: 1974).

FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. (1. ed.: 1971).

FERREIRA, P. IBGE: 23% dos jovens de 15 a 29 anos não estudam e nem trabalham. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 jun. 2019. f. 1. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ibge-23-dos-jovens-de-15-29-anos-nao-estudam-nem-trabalam-23748808>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago Figueiredo. A centralidade em educação e em saúde básicas: a estratégia político ideológica da globalização. **Pro-Posições**, v. 19, n. 1(55), p. 173-187, jan./abr. 2008.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. **Desenvolvimento, globalização e políticas sociais: um exame das determinações contextuais dos projetos de reforma da educação e da saúde brasileiras da última década**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2006. Disponível em: www.unicamp.br.

FIORI, J. L. **A instabilidade e crise do Estado na industrialização brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, IEI, 1988. (Tese de Concurso de Professor Titular).

FIORI, J. L. **Brasil no espaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001a.

FIORI, J. L. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 87-147.

FIORI, J. L. O cosmopolitismo de cócoras. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, SP, ano 22, n. 77, p. 11-26, dez. 2001.

FIORI, J. L. Os moedeiros falsos. (Artigo). **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1994. p. 1, 6-7.

FIORI, J. L. Para um diagnóstico da “modernização” brasileira. *In*: FIORI, J. L. (org.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001b. p. 269-289.

FONSECA, M. A experiência de cooperação entre o Brasil e o Banco Mundial: redefinindo o papel da educação e do professor. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 7, n. 12, p. 85-98, jan./jun. 2001.

FONSECA, M. O Banco Mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro. *In*: GENTILI, Pablo (org.) *et al.* **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 169-195.

FONSECA, M. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. *In*: TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs.) *et al.* **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo, SP: Cortez Editora: Ação Educativa: PUC-SP, 1996. p. 229-251.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Colaboração: Rose D. Friedman; apresentação: Miguel Colasuonno; tradução: Luciana Carli; revisão sobre a edição de 1982 e tradução do prefácio de 1982: Nestor Deola. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Título original em inglês *Capitalism and Freedom* de 1962, 1982 – Universidade de Chicago).

FRIGOTTO, G. O contexto sócio político brasileiro e a educação nas décadas de 70/90. **Contexto & Educação**, Ijuí, RS: Universidade de Ijuí, ano 6, n. 24, p. 43-57, out./dez. 1991.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista**

Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED, v. 16, n. 46, jan./abr. 2011.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, 29 out. 2015.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985. 248 p.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. [Texto extraído da 1ª. Parte de *O mito do desenvolvimento econômico*. Paz e Terra, 1974]. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 89 p.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. **O Brasil endividado...** 2. reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, mar. 2001. 47 p.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. Tradução: Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. (Coleção Retratos do Brasil; v. 155).

IANNI, Octávio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. 181 p.

IBGE. **Estatísticas PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 15 mar. 2019.

INSTITUTO SAGRES. **Projeto de nação: cenários prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivo**, Diretrizes e Óbices 102. Brasília, fev. 2022.

IPEA. Documentos da Presidência (Marcio Pochmann). **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**. Comunicados da Presidência. Brasília: IPEA, 12 jan. 2010. n. 38.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino de 2º. Grau na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: algumas reflexões. **Revista Educação Brasileira**, Brasília, DF: CRUB, ano XI, n. 22, p. 23-33, 1º sem. 1989.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano VII, n. 12, p. 138-150, fev. 1997.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. 1998. 128 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **A desescolarização da escola**: impactos da reforma da educação profissional (período 1995 a 2002). Curitiba: Torre de Papel, 2003. Cap. 3, p. 73-95.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação: Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000. 295 p.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Capital e tecnologia**. Portada: Ricardo Noriega. São Francisco, México: Editorial Terra Nova, S. A., 1980.

MELLO, G. N. de. Políticas públicas de educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP: USP, v. 5, n. 13, p. 7-47, 1991.

MELLO, G. N. de. **Social democracia e educação**: teses para discussão. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução: Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

MÉSZÁROS, István. **O Poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: Socialismo ou barbárie**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, G. H. **As estatísticas da educação profissional e tecnológica**: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYISGMAMkW1/document/id/6688378. Acesso em: 15 mar. 2019.

NAGEL, Lizia Helena. O Estado brasileiro e as políticas educacionais a partir dos anos 80. *In*: NOGUEIRA, Francis Mary G. (org.). **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. p. 99-122.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Ajuda externa para a educação brasileira**: da USAID ao Banco Mundial. Cascavel: Edunioeste, 1999. 192 p.

NOSELLA, Paolo. Compromisso político como horizonte da competência técnica. (Debates). **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, SP: CEDES: Editora Cortez, n. 14, p. 91-97, abr. 1983.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites**. 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_626908.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Informe Mundial sobre la Protección Social 2017-2019: La protección social universal para alcanzar los Objetivos de Desarrollo Sostenible** Oficina Internacional del Trabajo. Ginebra: OIT, 2017.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília, DF: Editora Plano, 2000. p. 7-37.

RAVITCH, Diane. Nota mais alta não é educação melhor. **Estadão.com.br**, São Paulo, 2 ago. 2010. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100802/not_imp589143,0.php. Acesso em: 12 jan. 2011.

REIS, Luiz Fernando. **Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RIBEIRO, Márcio Bruno. **Uma análise da carga tributária bruta e das transferências de assistência e previdência no Brasil, no período 1995-2009: evolução, composição e suas relações com a regressividade e a distribuição de renda**. Brasília, DF: IPEA, jan. 2010. (Texto para discussão).

SALDAÑA, Paulo; TEIXEIRA, Matheus. Órgão do MEC orientou prefeitura a forjar pedido de verba já liberada, mostra email. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/10/orgao-do-mec-orientou-prefeitura-a-forjar-pedido-de-verba-ja-liberada-mostra-email>.

shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 20 out. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova lei da Educação**. LDB. Trajetória, Limites e Perspectivas. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1998a. Cap. II: A trajetória da nova LDB, p. 35-188 (anexos: I 43-56, II 71-125, III 131-149, IV 163-188: legislação – textos de análise 43 páginas).

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1998b. Cap. I: A LDB e a legislação complementar.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema nacional de educação**: conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil. 2008. Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/5trabalhos_encomendados/trabalho%20encomendado%20-%20gt05%20-%20dermeval%20saviani.pdf. Acesso em: 12 abr. 2011.

SERAPIÃO, Fabio; SALDAÑA, Paulo; MATTOSO, Camila. Ex-ministro Milton Ribeiro e pastores ligados a Bolsonaro são presos pela PF. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/pf-mira-ex-ministro-e-pastores-ligados-a-bolsonaro-em-operacao-sobre-verba-do-mec.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 20 out. 2022.

SHIROMA, Eneida Oto Shiroma. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. *In*: AZEVEDO, Mário Luiz Neves; LARA, Angela Mara de Barros (orgs.).

Políticas para a educação: análises e apontamentos. Prefácio: Afrânio Mendes Catani. Maringá, PR: EDUEM, 2011. p. 15-38.

SHIROMA, Eneida Oto *et al.* **Política educacional.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Luciano Edison. **Educação e força de trabalho em uma economia primário-exportadora:** o panorama das ocupações para os egressos do ensino médio da microrregião de Capane-ma-PR. 230 p. 2020 Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2020.

SILVA, Maria Abadia. **Intervenção e consentimento:** a política educacional do Banco Mundial. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2002.

SILVA, Rose Neubauer da *et al.* O descompromisso das políticas públicas com a Qualidade do Ensino. **Cadernos de Pesquisa** – Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 84, p. 5-16, fev. 1993.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Imposto sobre grandes fortunas uma oportunidade de maior justiça tributária.** Brasília, DF: Sindifisco Nacional, 2010. (Nota Técnica, n. 19).

SODRÉ, Nelson Werneck. **A farsa do neoliberalismo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Retratos do Brasil, v. 98). 415 p.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. *In:* TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). **Poder e dinheiro:** uma economia política da globalização. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 27-53.

TREIN, Eunice Schilling; NUNES, Lizete Castro Pereira. As políticas educacionais do governo Collor. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, RS: Universidade de Ijuí, ano 6, n. 24, p. 58-74, out./dez. 1991.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 49).

VIEIRA, Evaldo Amaro. Estado e política social na década de 90. In: NOGUEIRA, Francis Mary G. (org.). **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2001. p. 17-26.

WALTENBERG, G. Silva. Esmeril News entrevista o advogado, procurador aposentado do Estado de São Paulo em Brasília e fundador do Escola Sem Partido sobre os efeitos da Lei 14.164/21 para as Famílias brasileira. **Revista Esmeril**, 2019. Disponível em: <https://revistaesmeril.com.br/entrevista-dr-miguel-nagib/>. Acesso em: set. 2022.

WARDE, M. J. **Liberalismo e Educação**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Brasiliense, v. 12, n. 1(45), p. 43-51, jan./mar. 1992.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. A “Nova República” e as tendências da educação. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, SP: CEDES, n. 42, p. 228-233, ago. 1992.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e Escola no Brasil**: a Constituição do liberalismo em Ideologia Educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961). Campinas, SP: Papirus, 1990.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; DEITOS, Roberto Antonio. Estado e política educacional no Brasil. In: DEITOS,

Roberto Antonio; RODRIGUES, Rosa Maria (orgs.) *et al.* **Estado, desenvolvimento, democracia & políticas sociais.** Cascavel, PR: Edunioeste: CAPES: Unioeste/GPPS: Unicamp/FE/PRAESA/HISTEDBR/LAPPLANE, 2006. 184p., p. 67-86.

ZANARDINI, Isaura Monica Souza. **A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2006. Disponível em: www.unicamp.br.

ZANARDINI, Isaura Monica Souza; ZANARDINI, João Batista; DEITOS, Roberto Antonio. Do Estado de Bem-Estar Social ao neodesenvolvimentismo: considerações sobre o papel do Estado sob o capital. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 72-90, maio/ago. 2020.

ZANARDINI, João Batista. A ontologia do ato de avaliar. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 97-125, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ZANARDINI, João Batista. A reforma da educação básica dos anos de 1990 e o recrudescimento das proposições avaliativas nas políticas educacionais. *In*: ONTOLOGIA e avaliação da educação básica no Brasil (1990-2007). Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008. p. 121-155. Disponível em: www.ufsc.br.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acumulação de capital 22, 26, 29, 64, 65, 71, 73, 74, 82

América Latina e Caribe 40, 163, 165

Aspectos socioeconômicos 11, 15, 141, 143, 147, 173

B

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) 22, 33, 37, 46, 56, 77, 85, 86, 93, 94, 148, 161, 162, 172

Banco Mundial 21, 22, 27, 28, 29, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 46, 53, 56, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 92, 94, 95, 97, 107, 108, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 147, 148, 161, 163, 164, 165, 175, 177, 178, 181

Bancos multilaterais 162, 163, 164

C

Classes dominantes 30, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 64, 65, 71, 72, 73, 74, 75, 76

Crise do Estado 27, 28, 29, 48, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 84, 90, 142, 174

D

Ditadura militar 16, 17, 18, 19, 62, 143, 144

E

Economia política 168, 169, 170, 174, 181, 182

Educação básica 34, 36, 39, 41, 45, 92, 99, 118, 122, 126, 133, 148, 183

Educação de jovens e adultos 123, 124

Educação profissional 107, 108, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 139, 161, 167, 177, 178

Ensino médio 34, 45, 95, 99, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 136, 138, 150, 172, 177, 181

Estado brasileiro 20, 33, 39, 41, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 89, 92, 100, 102, 103, 143, 145, 172, 178

F

Força de trabalho 93, 113, 117, 119, 120, 126, 130, 135, 140, 142, 143, 147, 150, 181

Formação social 52, 60, 65, 142

I

Inadequação funcional 21, 22, 23, 147, 148

Instituições financeiras 109, 162, 163, 164

Instituições financeiras multilaterais 162, 163, 164

M

Mercado de trabalho 117, 118, 121, 130, 133, 134, 135

O

Organização Internacional do Trabalho (OIT) 116, 139, 179

P

Plano diretor da reforma do aparelho do Estado 47, 48, 74, 75, 77, 83, 167, 168, 169

Plano Fernando Henrique Cardoso 77, 83, 168, 170

Plano Real 17, 18, 49, 52, 61, 67, 68, 69, 70, 75, 77, 83, 84, 89, 144, 168, 169

Política de educação profissional 107, 108

Política educacional brasileira 4, 11, 16, 20, 32, 43, 46, 75, 142, 143, 172

Políticas educacionais 3, 4, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 25, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 75, 77, 78, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 107, 141, 142, 143, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 172, 173, 175, 178, 180, 181, 182, 183

Políticas sociais 25, 26, 30, 32, 35, 36, 39, 41, 42, 44, 74, 77, 78, 82, 87, 89, 90, 92, 94, 95, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 140, 145, 150, 161, 169, 172, 174, 178, 182, 183

R

Reforma do Estado 28, 39, 47, 48, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 68, 69, 70, 74, 75, 79, 82, 83, 84, 89, 90, 167, 168, 169, 170, 172

Renda *per capita* 126, 127

Repartição da riqueza 22, 30, 31, 32, 35, 101, 102, 105, 151

Riqueza nacional 31, 32, 101, 103

S

Setor público 54, 60, 83, 84, 85, 87, 88, 122, 149, 161, 169

Soberania 49, 50, 68, 69, 70, 71, 73

T

Taxa de escolarização 45, 99

SOBRE O LIVRO

Tiragem não comercializada

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 10,3 x 17,3 cm

Tipologia: Times New Roman 10,5/11,5/13/16/18

Arial 8/8,5

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização